

Defesa Nacional



MAIO
1951

NÚMERO
442

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Colonel ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MAIO DE 1951

N. 442

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Diretrizes do General Patton — Tradução do Cel. Alberto Ribeiro Paz.....	5
Comando logístico — Ten.-Cel. Antonio M. Coimbra.....	9
O poder naval na segunda guerra mundial — Ten.-Cel. J. H. Garcia.....	13
A defesa antiaéreo na artilharia de campanha — Cap. Americo Raposo Filho.....	21
Processos de conduta de tiro — Cap. Ayrton de Carvalho Mattos.....	29
Problemas de pessoal no Exército — Cap. Nazareno Fortes de Brito.....	47
Coreia — Cap. Tácito Theophilo.....	53
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Os militares e os problemas sociais — IV — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	59
Química — Maj. Arlindo Vianna.....	63
O hipnotismo na guerra — Cap. Luiz Almeida Barreto.....	67
A verdade — Ten. Amantéa.....	71
Economia e Finanças :	
É preciso conhecer a realidade !... — Cel. J. B. Magalhães.....	73
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Passagem do Rio Paraná — Cel. Honorário Engenheiro Luiz Vieira Ferreira Voando através do Brasil (Impressões) — Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....	97
OPINIÕES	
O êxodo dos campos e suas causas — Cel. Irapuan Xavier Leal.....	117
Volta ao passado ? — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	119
Para lá havemos de ir... — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	123
Criação do cavalo militar e do mular no Estado de Minas Gerais — Tenente-Coronel Hermenegildo de O. Carneiro.....	125
Ponto crucial — Ten.-Cel. J. H. G.....	127
Nós os quarentões — Maj. José Codeceira Lopes.....	128
DIVERSOS	
Português sem mestre — Sgt. Geraldino Maronês.....	129
Noticiário & Legislação.....	133

EDITORIAL

O mundo se contorce em espasmos malsãos provenientes da incompreensão dos homens, o caos das ambições e dos interesses insatisfeitos se prenuncia assustadoramente em rumores longínquos de aço que se afiam em aguçadas pontas, ou no satânico "tan-tan" de bombas experimentais dos preparativos bélicos. Pactos, tratos e conferências se sucedem no nervosismo natural de quem tem a certeza de que a guerra de ontem, parodiando as palavras de Moltke, será um brinquedo de crianças, diante da violência da de amanhã...

No entretanto, nesse florido mês de maio, há seis anos atrás comemorava-se a Vitória das Armas aliadas na Europa, festejava-se a alegria dos Povos Democráticos que viam emergir da brutalidade sem par das competições de Fôrça, a sutil e subjetiva Fôrça do Direito, igualando fortes e fracos, num devaneio utópico da verdadeira Fraternidade Universal. Mas curta e fugidia foi a Paz de maio de 1945. O amigo de ontem, embriagado no bálsamo delicioso da vitória, esquece, breve, o apêlo sobreumano de seus aliados, que o arrancaram do fundo de uma fragorosa derrota esboçante, renega, numa incompreensível ingratitude, o auxílio de que se locupletou para alimentar seu povo e rearmar seus exércitos e, num requinte de deslealdade, tenta impor exigências mais descabidas ainda, que as do inimigo comum batido anteontem.

O Brasil, empenhado no Pacto do Atlântico, prêso às decisões do Tratado do Rio de Janeiro e participante ativo da Conferência dos Chanceleres Americanos, vive também momentos de grande ansiedade e embora sentindo não completamente cicatrizadas as chagas da última guerra, há de saber honrar seus compromissos político-internacionais, colocando-se decidida e sobranceiramente nas falangas da facção sadia, dêste bipartido mundo, disposto a lutar, se preciso fôr, pela defesa do Direito e da Razão.

E não é outra a tradição histórica do nosso povo. Em maio de 1865, firma-se o tratado da Tríplice Aliança, contra a tirania de Lopes: um ano mais tarde, nos campos de Tuiuti, conquista-se um dos mais expressivos louros dos feitos d'armas dessa campanha. No campo da política interna, 13 de maio evoca o fim do odioso regime escravagista, se não representar mesmo o início objetivo dos ditames Democráticos do País. Jamais o Brasil terçou armas que não fôsse contra a Tirania e a favor da Liberdade.

Cardias, morto a 8 de maio de 1880, para rediviver eternamente no coração do Soldado brasileiro, para ser decantado solenemente pelos componentes da F.E.B., a 7 de maio de 1945, está a apontar a sublimidade de sua glória e no respeito místico de sua evocação, o caminho da honra e do dever aos bons brasileiros, assinalando que nesta terra de palmeiras não só por perífrase poética se canta:

"... se ergueres da Justiça a clava forte,

"Verás que um filho teu não foge à luta,

"Nem teme quem te adora a própria Morte..."

Praza aos céus que os anjos do Bem, com seus seráficos e divinais sopros, consigam dissipar a negra nuvem da Guerra que começa a toldar os horizontes, e que a Virgem Maria, com a sua extrema bondade, ouça, neste seu mês de consagração, a prece ardente de todos os homens de boa vontade:

"... Santa Maria, mãe de Deus, rogai por nós pecadores..."

DIRETRIZES DO GENERAL PATTON

(Do Livro "A GUERRA COMO EU A VI")

Traduzidas do espanhol, em versão de "EJERCITO", n. 127, agosto de 1950, pelo Coronel ALBERTO RIBEIRO PAZ, do E.M.E.

INSTRUÇÃO N. 1 — AOS COMANDANTES DE CORPO, DIVISÃO E UNIDADES INDEPENDENTES (6 de março, 1944)

I — GENERALIDADES

A presente diretriz tem por fim orientar os Oficiais superiores sobre os processos de comando, combate e administração, que desejo se pratiquem neste Exército e deverá constituir-se em fonte de inspiração para o exercício dos diferentes comandos.

II — DO COMANDO

1. *Do dever total.* Cada um, no seu escalão de comando, conduzirá a ação pessoalmente.

Todo Chefe que não alcançar o objetivo que lhe fôr destinado e não tiver sido morto ou gravemente ferido, não terá cumprido integralmente o seu dever.

2. *Das visitas à frente.* O General ou seu Chefe de Estado-Maior (nunca os dois simultaneamente), assim como um representante de cada uma das Seções de E.M. e, também, dos Serviços de Transmissões, Saúde, Material Bélico, Engenharia e Intendência, visitarão diariamente a frente. Para evitar duplicidade de visitas, o Chefe do E.M. repartirá, cada dia, os diferentes setores pelos interessados.

Os oficiais referidos acima atuarão como observadores e não se imiscuirão, absolutamente, nos assuntos da competência dos subordinados. Não limitarão, porém,

suas observações ao terreno das respectivas especialidades; relatarão também qualquer assunto militar de importância. Lembrem-se todos de que o aviso é melhor do que a censura e também que a tarefa primordial do Chefe é descobrir, por si próprio, o que sucede e, ao mesmo tempo, demonstrar à tropa que julga com conhecimento de causa, perfeito e pessoal.

3. *De execução das ordens.* No cumprimento da missão, o ato de dar uma ordem não representa mais do que 10 % de nossa responsabilidade.

Os 90 % restantes consistem em fiscalizar, quer pessoalmente quer por intermédio do E.M., para que se assegure o cumprimento correto e rigoroso da missão.

4. *Das reuniões do E.M.* Diariamente, tão logo as Seções de Informação e de Operações, tenham atualizado as cartas de situação, haverá uma reunião do E.M., na qual tomarão parte o General, o Chefe do E.M., os dos Serviços de Saúde, Transmissões, Material Bélico, Engenharia e de outros Serviços quando chamados.

A essa reunião comparecerão também os oficiais de E.M. que, segundo o n. 2, do presente item, tenham visitado a frente durante a jornada. Cada um dos partici-

pantes exporá, em poucas palavras, o que tenha por assinalar. (No caso em que um dos visitantes da frente tenha constatado como consequência dessa visita, um fato qualquer que imponha medida urgente, ao regressar, previrá sem perda de tempo, ao Chefe do E.M.).

5. *Do descanso no E.M.* Para subsistir é preciso descansar. Esse princípio é válido para todo o pessoal do E.M., do Chefe ao simples soldado. Cada Secção regulará, em consequência, as turmas de trabalho e de descanso, mediante uma quadro de trabalho, no qual se fixará obrigatoriamente a atividade da referida Secção.

A intensidade do trabalho de um E.M. no combate varia de maneira periódica. No escalão Exército e Corpo de Exército a maior afluência de assuntos ocorre sempre entre uma e três horas após o amanhecer e entre três e cinco horas depois do anoitecer. Nos escalões inferiores, assim como nas Chefias dos Serviços de administração e suprimento estas horas diferem mas se podem determinar nitidamente. Nessa ocasião todo mundo deve encontrar-se a postos; essas crises porém não são frequentes; os homens descansados trabalharão mais tempo e melhor, sob alta pressão.

6. *Da localização dos P.C.* Quanto mais perto da frente estiverem os P.C. menos tempo se perderá pelos caminhos.

Em situação ideal não seria necessário que o P.C. do Ex. estivesse situado a mais de meia hora de automóvel dos P.C. divisionários. Abaixo deste escalão os P.C. deverão encontrar-se a distâncias da frente proporcionalmente mais curtas.

Muito tempo e fio telefônico se economizará justificando um P.C. ao do escalão imediatamente subordinado ou instalando-o nas proximidades imediatas deste.

Todos os P.C. de Divisão e Unidades maiores serão fracionadas em pelo menos dois escalões: o P.C. avançado — a que se refere o presente parágrafo — será tão pequeno e móvel quanto possível, dispondo dum mínimo de transmissões rádio.

III — DOS PROCESSOS DE COMBATE

1. *Os planos.* Somos demasiadamente propícios a crer que podemos resolver todos os nossos problemas unicamente por meio de estudo do plano, na quietude do P.C. Isso é um erro.

Os planos são necessários para uma visão de conjunto do campo de batalha e para montagem de nossa manobra *a priori*.

Mas, extremo importante, o estudo do plano faz ressaltar, principalmente, os pontos em que as situações críticas se apresentam ou onde há probabilidade de que se apresentem em prazo mais ou menos longo e, por conseguinte, mostram o local onde se deve encontrar o Chefe.

Nos escalões elevados, um mapa de conjunto do teatro de operações contendo estradas, ferrovias, rios e cidades, é muito mais útil que uma carta em escala grande, representando o terreno nos seus menores detalhes e sobrecarregada com uma multidão de informações não essenciais.

2. *Dos planos de operações.* Os planos de operações devem ser simples e flexíveis. Não devem conter mais do que esqueleto da manobra que se tem em vista, considerando-se as necessidades e as circunstâncias. Devem ser preparados por quem os tenha que levar a cabo.

3. *Dos reconhecimentos.* Os reconhecimentos jamais serão excessivos. Todas as ocasiões devem ser neles utilizadas antes, durante e depois da batalha.

Citai fatos e não opiniões; tanto negativos como positivos. Não criéis nem transmitais todas as partes, cegamente. Terminal as informações. É preciso saber refer certas mensagens. A informação se parece com o ovo: quanto mais fresco, melhor.

4. *Das O.G.O.* As ordens gerais de operações serão precedidas de instruções escritas e de entrevistas pessoais.

Dessa forma, se explicará claramente a cada um o fim da operação, as intenções do Chefe, assim

como as diferentes missões dos subordinados. Assim sendo, cada Chefe deverá e poderá atuar por sua própria iniciativa para alcançar o objetivo final, no caso em que as ligações chegarem a romper-se durante o combate. Toda ordem será breve e acompanhada de um "croquis"; prescreverá unicamente o fim e não os procedimentos (o "que" e não o como"). Não representará senão um guia e servirá somente para definir responsabilidades.

5. *As ordens parciais.* No curso das operações, rara será a ocasião em que podereis dar uma segunda O.G.O. completa; procedereis melhor atuando mediante ordens parciais e particulares, escritas ou verbais, telefônicas ou dadas à viva voz pessoalmente.

Registrai todas as ordens verbais e as repeti. Induzi vossos subordinados a procederem da mesma maneira. Organizai um diário no qual sejam anotadas cronologicamente todas as ordens e partes, assim como as ações que delas resultem.

Redigi ordens curtas; falai com oportunidade, transmiti-as, se possível, pessoalmente e à viva voz. No combate é sempre mais fácil para o superior chegar até o subordinado do que fazer vir este à retaguarda para receber uma ordem.

Uma Divisão necessita de prazo de doze horas, ou melhor dezoito, para montar uma operação, a partir do momento em que recebe a ordem.

6. *Das ordens preparatórias.* Estas ordens têm importância vital e devem ser dadas a tempo.

Isto é aplicável não só às Unidades combatentes, como também aos Chefes da Saúde, das Transmissões, de Intendência, do Material Bélico e da Engenharia. Estes últimos precisam ser informados desde logo, porque devem traçar planos e deslocar Unidades. Se os Serviços não funcionarem não se poderá combater.

As ordens, sejam ou não gerais, são altamente prejudiciais quando dirigidas diretamente a Chefes situados abaixo do escalão de comando imediatamente subordinado.

7. *Da informação às tropas.* Utilizai todos os momentos, antes e depois da batalha, para informar vossos subordinados e explicar-lhes o que devem fazer ou o que tenham realizado.

IV — DA ADMINISTRAÇÃO

1. *Os suprimentos.* O bom funcionamento dos suprimentos depende tanto de quem os expede como de quem os recebe.

As Unidades de vanguarda devem prever suas necessidades e encaminhar seus pedidos com a devida antecedência. Devem estar sempre dispostas a ajudar, com todos seus meios disponíveis, o transporte dos suprimentos.

O serviço de suprimento é responsável pela entrega com exatidão dos materiais solicitados no momento e no lugar desejados. Fará mais: por meio de reconhecimentos preverá as necessidades da tropa e em consequência, acionará seus meios sem esperar a chegada dos pedidos.

Todos devem estar animados de vontade decidida de cumprir sua finalidade. Somente assim se conseguirá assegurar os suprimentos da linha de fogo.

2. *A substituição e o recomplementamento do pessoal.* A substituição do pessoal não constitui, no total, senão parte — muito pequena — do conjunto dos suprimentos. As tropas de frente velarão por que os pedidos de substituição sejam encaminhados com antecipação suficiente, enquanto que os serviços de retaguarda deverão saber também prevenir as necessidades. Uma simples estimativa judiciosa, quando se tem alguma experiência, é tão segura e mais rápida do que partes, com frequência crivadas de erros. Durante os períodos de calma, se poderão completar e acertar as contas. Mantende vossas Unidades combatentes no total de seus efetivos. Uma Companhia sem fuzileiros é tão inútil quanto um blindado sem carburante.

3. *Os hospitais.* As ambulâncias e os hospitais de campanha se

estabelecerão o mais próximo possível da frente.

Vital! pessoalmente os feridos.

4. *As recompensas.* Servem para aumentar o valor combativo das tropas. Fazei com que sejam distribuídas rapidamente. Conservei no vosso E. M. um oficial especialmente para redigir citações e vigiar por que sejam publicadas.

5. *Da disciplina.* Não há senão uma espécie de disciplina: a *disciplina perfeita*. Se não reforçardes e mantiverdes a disciplina sereis criminosos. Vós, próprios, deveis dar o exemplo.

V — DOS FALSOS RUMORES

Acolhei com desconfiança os informes oriundos de reconhecimentos noturnos. Procedei do mesmo modo com relação aos que provêm de feridos, ambulantes e fugitivos. Estes últimos procuram sempre, com efeito, justificar seu comportamento por meio de descrição alarmante da situação.

É muito arriscado e geralmente impossível, deslocar as reservas no escuro, a cada pedido de socorro. As Unidades da frente não podem de forma nenhuma ser totalmente destruídas por um ataque noturno.

Que se agarrem ao terreno! Desencadeai o contra-ataque ao amanhecer, depois de haver realizado os reconhecimentos necessários e vigiai para que seja bem coordenado.

VI — DO ESTADO FÍSICO

O estado físico da tropa condiciona a vitória.

Há mais Comandantes de Divisão e de Corpo de Exército cansados do que Divisões e Corpos do Exército fatigados.

A fadiga nos transforma em covardes. Os homens bem treinados não se fatigam.

VII — DO VALOR

Não deis atenção ao vosso medo.

(Continua)



CHAVES — FERRAGENS — FERRAMENTAS — LOUÇAS — ELETRICIDADE
CUTELARIA — TINTAS — ARTIGOS DOMÉSTICOS

Officinas especializadas na execução de quaisquer tipos de chaves, e consertos de fechaduras Yale, tipo Yale e para automóveis

RUA DA CARIOCA, 75 — TELEFONE 22-7565 — RIO DE JANEIRO

ARMAZÉM SANTO ANTÔNIO

SOUZA & SANTOS

Est. Luiz Lemos, 13 — Bela Vista — Nova Iguaçu

COMANDO LOGÍSTICO

Ten.-Cel. ANTONIO M. COIMBRA

Todos aqueles que se dedicam ao estudo da administração e da logística, aplicando-se aos termos o justo sentido e o evoluído conceito que lhes emprestam a arte e a tecnologia militar hodierna, empenham-se na eliminação de erros berrantemente apontados e terrivelmente onerosos evidenciados no transcurso do conflito de 1914, repetidos, confirmados e alguns corrigidos na 2ª Grande Guerra, em maioria, decorrentes de formação profissional em que o combate era tudo e o apoio logístico simples coisa de improvisação indigna de maior importância.

A arma parece ser tudo, mas sem o homem é coisa morta. Assim o combate sem o apoio dos Serviços. Entretanto, apesar das realidades afirmadas, confirmadas e predominantes da evolução técnica-científica, ainda encontramos crentes fervorosos de que a guerra "vai a grito" e muita gente, gente demais mesmo, perdendo tempo precioso na concepção de mirabolantes e artificiais manobras estratégicas e táticas, preparadas mais para embasbacar os incautos mediante efeitos cenográficos e tiradas de raciocínio brilhante, arrasador, quase mágico, mas adrede preparado, e assim elevar à exaltação divina artistas e farçantes de tão estupendo quanto cabotino espetáculo, do que para consagrar simples ensinamentos da arte e da ciência através da verdade prática.

Preocupados com as exigências de um apoio oportuno e eficaz no espaço e no tempo aos poderosos e cada vez mais exigentes instrumentos de manobra que são as organizações de combate modernas, valendo-se dos ensinamentos do

passado e do presente e debruçados para o futuro, os admiráveis mestres LEAVENWORTH, constelação de valores onde, em 1945, o então Gen. PENCE A. W. circumspecto e reto, indiscutivelmente se projetava como estrela de primeira grandeza, centralizando as idéias do Gen. MAXWELL, R.L., concretizava a "Divisão Logística" como a "unidade básica de combinação dos serviços, a menor unidade independente dotada de todos os principais serviços" (Sic) e abria caminho ao "Corpo" e ao "Exército Logístico". Eram os prolegômenos da batalha para a efetivação de uma organização genuína de Serviços com caráter de real existência em tempo de paz e apta a "proporcionar o apoio logístico às Grandes Unidades de Combate ou unidades menores atuando independentemente" (Sic).

A idéia evoluiu, sanaram-se inconvenientes apontados pela experiência e pela prática e eis que surge o "S T 600-150-1", "THE LOGISTICAL COMMAND", de fevereiro de 1951, editado pelo admirável laboratório de experimentação que é o "COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE", e cuja leitura é obrigatória para todos os que se dedicam à solução dos problemas militares ligados a logística.

E, por falar em logística, convém esclarecer que a conceituação atual do termo tende a ampliar-se, e os que estão envolvidos em assuntos relacionados à planejamento, bem o sentem, principalmente no que toca aos problemas de pessoal e serviços administrativos, mormente quando inexistente na organização a "Seção do Pessoal".

As organizações apresentadas pelo Manual em tela são a consagração prática e feliz, para só citar os principais, dos princípios da simplicidade, flexibilidade, mobilidade, economia, elasticidade, combinação,

coordenação e supervisão de esforços.

Evidencia três tipos de organização definidos como Comandos Logísticos "A", "B" e "C", abaixo resumidos:

TI- PO	CMT.	Q.-G.	CIA. Q.-G.	TROPAS DOS SERVIÇOS	POSSIBILIDADES	
					COMANDO	APÓIO
A	Cel.	150 h	86 h	8000/12.000 h	8000/12.000 h (Serviços)	30.000 h (Destacamento, Div. ref., pequena Sec. de Z.A., Área Administrativa, etc.).
B	Gen. Bdn.	309 h	110 h	30.000/50.000 h	Dois ou mais Comandos do tipo A.	100.000 h (Corpo ref., Sec. de Z.A., Sec. Base, Área Administrativa, Núcleo de Cmdo. de Z.A., etc.).
C	Gen. Div.	469 h	133 h	70.000/110.000 h	Dois ou mais Comandos dos tipos A e, ou, B.	400.000 h (Exército, Sec. de Z.A., Sec. Base, Área Administrativa, Núcleo de Cmdo. de Z.A., etc.).

O que é interessante assinalar é a elasticidade de cada comando quanto às possibilidades de enquadramento e à flexibilidade, característica importante e que vem atender a uma série de necessidades, dos Comandos tipo "B" e "C". O Comando logístico "B" nada mais vem a ser do que um coordenador e controlador de Comandos do tipo "A", outro tanto acontecendo com o Comando do tipo "C" cujas funções principais são a coordenação e o controle de dois ou mais comandos do tipo A e B ou do tipo B somente. Ora quem conhece os problemas da organização e Comando tendo em vista a apoio logístico às tropas na Zona de Combate e na Zona de Administração, compreende perfeitamente a vantagem das organizações atuais e acima citadas.

Entretanto, se a exuberância de recursos permite aos norte-americanos a concretização imediata de suas idéias, muito longe estamos nós de tão invejável realidade,

principalmente nessa coisa que se chama a Zona de Administração (Z.A.). Ora, mas isso não implica em cruzarmos os braços e transformarmos-nos em logísticos de teoria ou fazermos a diletante teoria da logística. É certo que, com deficiência, a questão mais importante,

— Comando — poderá ser solucionada, pois nada impede que o organizemos e exercitemos com os meios que possuímos e em exercícios na carta, de simples e dupla ação, e tanto quanto possível no terreno, em que os quadros integrados em "Comandos Logísticos" se habituem ao trato e solução dos problemas de apoio logístico com objetivo e finalidade perfeitamente definidos. O hábito do trabalho em equipe tornado rotina é força capaz de superar deficiências que doutra maneira, mesmo a duras penas, serão de remoção duvidosa.

Excelente campo de trabalho para concretizarmos a idéia acima seria, pelo seus recursos em oficiais e instalações, a Capital Fe-

deral. Os ônus decorrentes da montagem e execução do exercício seriam mínimos, talvez ridículos mesmo, e os resultados e ensinamentos, sem medo de errar, podemos asseverar, que seriam compensadores.

Finalmente um reparo. Achamos a tradução "Comando Logístico" inexpressiva em nosso vernáculo, pois Comando pode significar: eti-

mológicamente, ação de comandar; militarmente, parte de organização militar ou então autoridade que um indivíduo em serviço militar exerce legalmente sobre os seus subordinados em virtude de posto ou função. A expressão "GRUPAMENTO LOGISTICO" obviaria a redundância, expressaria a realidade da organização e seria muitíssimo mais consentânea com a nossa terminologia militar.

"Tais, "seleções", hoje tão em voga, são, sem dúvida, um meio apropriado à divulgação das novidades e dos progressos realizados nos domínios das ciências e das artes, mas não podem substituir o estudo sistematizado, objetivo, especializado, exigido pela cultura do oficial moderno, o qual, mais do que qualquer outro profissional, não pode contentar-se com "o saber em pilulas", ministrado pela leitura de seleções e de condensações. Seria a nociva "mentalidade dos polígrafos", transplantada, agora com maior nocividade, para os domínios da cultura superior".

(Do Relatório anual da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada.)

ARMAZÉM CONFIANÇA

O MAIOR BARATEIRO DO BAIRRO

COMPLETO SORTIMENTO DE SECOS E MOLHADOS DE 1ª QUALIDADE — ENTREGAS RÁPIDAS A DOMICÍLIO

Gino Napolitano

ESTRADA DE MINAS, 1300 — VILA MERITI — ESTADO DO RIO

CARVOARIA TIRADENTES

Gau Gérico Pereira de Andrade

MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, ETC.

Rua Dr. Lúcio n. 54 — São João de Meriti — Est. do Rio

ARMAZÉM SÃO JORGE

OSWALDO COSTA

Rua E n. 64 — Bairro da Posse — Nova Iguaçu

O PODER NAVAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Notas do Livro "The Influence of Sea Power in World War II", de W. D. Puleston

1. A concepção do poder naval estabelecida por Mahan.
2. A Alemanha busca o poder naval.
3. O poder naval entre as duas guerras mundiais.
4. De setembro de 1939 a julho de 1940.
5. O poder naval salvou a Inglaterra.
6. Os altos comandos adversários.
7. Produção de material naval e recrutamento de pessoal.
8. O poder naval Japonês no Pacífico ocidental.
9. A luta pelo Pacífico central.
10. A batalha do Atlântico.
11. A campanha pelas ilhas Salomão e Aleutas.
12. O poder naval e a guerra anfíbia.
13. A reconquista do Pacífico ocidental.
14. Poder naval e capitulação.
15. As armas novas e as relações internacionais.

INTRODUÇÃO

Mahan em 1914 predisse que o poder naval seria um fator decisivo na guerra em curso então.

O objetivo do livro do qual vamos extrair passagens em traços muito gerais, "The Influence of Sea Power in World War II", de W. D. Puleston, é de examinar o papel do poder naval na Segunda Guerra Mundial e na era atômica da qual estamos no limiar.

Inicia dizendo que os exércitos russos muito contribuíram para a vitória, mas isto teria acontecido se

a Inglaterra e os Estados Unidos não dominando os mares não pudessem fazer chegar a eles as armas e o equipamento necessários a seus exércitos, impedindo ao mesmo tempo que suprimentos estratégicos chegassem às potências do Eixo?

Diz o autor que não vai fazer crítica, mas sim tratar dos objetivos de um e outro lado, bem como das estratégias utilizadas para alcançá-los, isto é, do emprego das forças navais, terrestres e aéreas.

Tratará mais das consequências das batalhas terrestres e navais do que das táticas nelas empregadas; procurará mostrar a influência do domínio naval sobre aquelas batalhas e especialmente como o domínio naval foi utilizado para impor a vitória.

No capítulo 1 resume a teoria de Mahan que podia ser admitida até 14.

Nos capítulos 2 e 3, mostra a influência do poder naval na 1ª guerra mundial e seu papel nos acontecimentos entre 1919 e 1939.

O principal objetivo do autor é mostrar a importância e os limites do poder marítimo durante a luta que começou na Polônia e terminou na Alemanha e no Japão.

Se este objetivo for atingido, o presente livro pode ser considerado continuação da obra de Mahan.

Após dizer que está melhor acompanhado o estadista que estuda os fatos e conclui que o que consulta um astrólogo, entra em seu último capítulo com a finalidade de chamar a atenção dos americanos para o poder naval na era

atômica mais do que predizer o futuro.

Se a bomba atômica marca o fim do poder naval, a presente obra mostra o zênite deste poder, salvando o império insular da Inglaterra e destruindo o do Japão, auxiliando o império terrestre da Rússia e destruindo o da Alemanha.

Se a 2ª guerra assinalou o fim daquele poder, no que o autor diz não crer, jamais na história da humanidade um elemento exerceu tal influência e tão passageira.

O autor serviu-se do interrogatório de altos chefes alemães, italianos e japoneses para fixar o ponto de vista inimigo em cada situação.

É possível que surjam outras informações, porém é provável que os fatos principais e a conduta da guerra não sejam alterados.

1 — A CONCEPÇÃO DE MAHAN

O capitão da Marinha A. T. Mahan em seu livro "The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783", provou que o controle marítimo assegura o domínio terrestre; submeteu sua teoria a uma segunda prova em seu segundo livro "The Influence of Sea Power upon the The French Revolution and Empire 1793-1815", período no qual Napoleão controlou direta ou indiretamente todos os recursos da Europa, mas do qual a Inglaterra, senhora dos mares, saiu vitoriosa.

A tese de Mahan era baseada nos resultados de batalhas travadas por navios de madeira e à vela, armados com canhões sem raia e de carregar pela boca. Entretanto, formulada em 1890, foi confirmada pelos resultados da campanha China — Japão de 1894-95, da Espanha — EE.UU. em 1898 e pela Rússia — Japão 1904-05.

Em 1890 Mahan teve dissidentes na França, os quais pretendiam que os pequenos torpedeiros rápidos que mais tarde viraram destróyers, marcariam o fim dos couraçados (predreadnoughts da época) e ao mesmo tempo o fim do domínio Inglês. Mas os japoneses em 1904-05 provaram que os torpedeiros quando utilizados conveni-

entemente em combinação com couraçados e cruzadores, tornavam-se protetores e não inimigos destes grandes navios, aumentando a influência do poder naval.

Surge, então, o submarino como o futuro vencedor dos navios grandes e novamente é previsto o fim do poder naval. Mas outra vez chega-se à conclusão de que a cooperação dos submarinos aumenta o poder da frota de superfície.

Durante ainda a 1ª Guerra alguns apontaram o avião como o elemento destinado a provocar o fim do poder naval, porém, como os outros meios, este veio fazer surgir uma mobilidade suplementar quando transportado pelos próprios navios.

Os advogados de uma arma aérea, completamente integrada na Marinha, aproveitam os casos dos torpedeiros e dos submarinos para apoiar suas convicções de que os aviões reforçariam mais as frotas. Dizem que as bombas e os torpedos aéreos podem afundar mesmo os maiores navios de batalha, mas se a frota possuir navios porta-aviões seus aviões poderão protegê-la contra os aviões inimigos. Foi nesta convicção que as marinhas americana e japonesa empenharam-se na construção de porta-aviões e de aviação naval. A presença de aviões nos grande navios veio possibilitar a conduta do tiro a 33 km, alcance máximo dos canhões 408.

Concluíram por fim que uma aviação naval integrada em uma forte Marinha poderia diminuir a duração da guerra.

A menos que seja protegida por forças aéreas muito superiores, a frota mais fraca deve sair para o alto mar a fim de se bater ou ariscar-se a ser bombardeada ou torpedeada nos portos.

Esta incapacidade da frota mais fraca permanecer nos portos vem destruir a máxima naval da "frota viva", "flotte en vie" ou "fleet in being" criada pelo almirante inglês Herbert, para justificar sua retirada para o estuário do Tamisa em 1690, o qual julgava que, conservando sua frota, paralisava a frota francesa e impedia a invasão da Inglaterra ou da Irlanda, o que

aconteceu pela falta de iniciativa do almirante francês Tourville, que não soube explorar sua vitória.

Esta inatividade deu crédito ao mito dois séculos mais tarde proclamado pelo almirante Colomb de que a frota inglesa batida havia tido o poder miraculoso de imobilizar a poderosa frota francesa vitoriosa.

Togo, cinco anos mais tarde, destruiu esta convicção, bloqueando a "frota viva" russa em Porto Artur.

Mahan em conferências na Escola de Guerra Naval dos EE.UU. mostrou que esta teoria era uma quimera.

Os desembarques nesta última guerra foram mais fáceis que em 14-18 devido à influência da aviação, das embarcações anfíbias, dos lança-chamas, do emprego da fumaça e de todos os engenhos baseados nas ondas elétricas.

Conclui, então, o autor que, se forem aceitas suas razões, as armas modernas, incluída a bomba atômica, vieram aumentar o poder naval.

2 — A ALEMANHA BUSCA O PODER NAVAL

Durante o século XVIII a Inglaterra procurou manter a relação:

Frota Inglesa $\geq$ Frota (França + Espanha).

A partir do último quartel do século XIX as opiniões sobre a equação acima se dividiram:

— Partido liberal com Gladstone e Campbell Bannermann versus conservador com Disraeli, Salisbury e Balfour; — a importância da marinha britânica até a primeira guerra mundial passa a depender dos partidos.

Em 1888 muda um termo da equação.

Frota Inglesa = Frota (França + Rússia).

Em 1902 cresceram as marinhas de guerra européias; são transferidas unidades do oriente para a Europa.

Campbell no Governo, o gabinete renuncia a tradicional equação.

Em 1904 a situação é a seguinte:

Inglaterra + França + Rússia +
+ Áustria + Alemanha + Itália.

O crescimento das marinhas dos EE.UU., do Japão, da Alemanha, da Rússia, da França, da Áustria e da Itália tornaram impossível à Inglaterra continuar seu controle geral e tradicional em todos os mares do globo.

Em 1912 a marinha alemã havia crescido tanto que a Inglaterra teve que abandonar o Mediterrâneo para poder manter a superioridade no Mar do Norte, ao mesmo tempo que a Marinha declara não poder assegurar as comunicações com as guarnições do Mediterrâneo.

Neste tempo já havia o compromisso com a França de enviar-lhe expedicionários ingleses.

O gabinete se opondo ao aumento de impostos, foi aceita a fórmula de entregar os interesses ingleses no Mediterrâneo à França e tomar a si os interesses franceses no Atlântico.

Em 1914 a força expedicionária inglesa rapidamente está na França e a marinha inglesa auxiliada pelas da França, Japão e domínios, garante a supremacia nos mares a fora o Báltico e o Negro.

O Mar do Norte é um ponto crítico; tudo depende de conter na sua parte oriental a frota alemã com base na Baía de Heligoland.

Se em junho de 16 nã batalha de Jutland, Jellicoe mesmo com grandes perdas houvesse destruído a frota alemã, poderia dispor de mais meios para se opor à crescente influência dos submarinos alemães cada vez mais numerosos.

Apesar disto o gabinete continua aumentando o Exército em detrimento da marinha que já é insuficiente para garantir o suprimento do Reino e as forças terrestres que combatem na França, na Grécia, na Palestina e na Mesopotâmia perigam de ficar cortadas da Ilha.

Os sucessos espetaculares dos submarinos alemães levaram muita gente a concluir que eles eram a arma invencível de uma marinha inferior em força e que seus progressos significavam o fim das fro-

tas de superfície e do exercício do poder naval.

Mas os submarinos só podiam exercer metade das funções do poder naval e hoje são tão úteis às frotas quanto os navios de superfície e os aviões.

Os efeitos do poder naval somente foram sentidos pela Alemanha com a entrada dos EE.UU. na guerra e a suspensão do comércio alemão por intermédio de seus vizinhos.

Em 1812 a pressão exercida nos mares pela Inglaterra levou Napoleão a invadir a Rússia; em 1917 a corrente continua de suprimentos dos EE.UU. para a França e Inglaterra levaram a Alemanha a atacar os navios americanos com seus submarinos, obrigando os EE.UU. a entrarem na guerra.

Em 1917 os Japoneses controlam o Pacífico Ocidental, os EE.UU. o Pacífico Oriental, os Ingleses, Franceses e Italianos, o Mediterrâneo, enquanto os Ingleses com algum auxílio americano controlam o Mar do Norte e dominam os submarinos.

3 — O PODER NAVAL ENTRE AS DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS

Durante a 1ª Guerra Mundial nem os zepelins, nem os aviões, constituíram uma séria ameaça para o controle dos mares; porém os submarinos chegaram a constituir grave perigo por culpa dos ingleses.

Entre as duas guerras mundiais, com a influência sempre crescente da aviação, surgiu o "poder aéreo" que para muitos significava o fim do "poder naval".

O autor passa, então a falar em

— poder naval e

— poder aéreo,

concluindo por afirmar que nada havia que discutir sobre estes poderes, tratando-se apenas de uma questão de definição.

Só os aviões ou só os navios poderão exercer o domínio dos mares?

Se só os aviões são capazes, para que navios, se ao contrário, para que aviões? Se ambos são necessários, trata-se de saber a proporção a manter entre os dois meios.

Os americanos desenvolveram a aviação como parte integrante da frota, apesar de continuarem as discussões sobre a proporção entre forças de terra, ar e mar.

Após a derrota da Alemanha em 1918, o valor do poder naval foi reconhecido por todos.

Logo após este acontecimento ressurgiu a rivalidade naval entre a Inglaterra, os EE.UU., o Japão, a França e a Itália; disputaram o controle do Pacífico, do Atlântico, Índico e do Mediterrâneo.

A rivalidade entre o Japão e os EE.UU. começou em 1890 no Havaí.

Em 1916 Wilson disse aos ingleses que os EE.UU. não se subordinariam mais ao seu domínio nos mares.

Da luta entre as marinhas americana e inglesa aproveitou-se o Japão. As restrições impostas por tratados à marinha americana diminuíram sua influência no Extremo-Oriente.

Durante a 1ª guerra a aviação teve importante papel nas operações terrestres. Os zepelins incursionaram sobre a Inglaterra. As reações do povo inglês levaram o governo a criar uma força aérea independente para proteger o país. Esta decisão não afetou a Marinha que ainda não havia sentido necessidade de aviões.

Após a guerra só a Força Aérea conseguia créditos nos EE.UU.; o Exército somente após 1930 pôde obtê-los para melhorar sua artilharia anti-aérea; a marinha nada obteve.

Com referência aos ingleses foram precisos dois anos de guerra para aprenderem que a cooperação da aviação com as tropas terrestres e navais aumentaria seu poder.

Criando uma arma aérea independente, os ingleses tiraram os aviões que cooperavam com os navios; os americanos e os japoneses, ao contrário, conservaram a aviação naval.

As aviações navais Japonesa e Americana eram bastante parecidas, apenas aquela usava muito os aviões com base em terra como apoio das operações navais.

Logo após 1918 a França chegou a ter a Força Aérea mais poderosa do mundo. Embora esta aviação fosse independente, eram conservados em ligação e trabalhando com a marinha os aviadores antigos oficiais de marinha.

A aeronáutica alemã era independente, mas havia a previsão de ceder certos elementos a determinadas unidades de terra.

Os governos americano e inglês fizeram grandes esforços para reduzir suas despesas entre as duas guerras.

Logo após 1935, Hitler concordou em manter a igualdade:

Frota Inglesa

Frota Alemã =

3

mas o termo submarino incluso não seria limitado.

Em 1936 o Japão denuncia os tratados com os EE.UU.; a conferência naval de 1921-22 havia quase destruído a indústria de construção naval deste país.

A situação no Extremo-Oriente entre 1931 e 41 criada pelos tratados da Conferência de Washington em 21-22 e pelas rivalidades na Europa, haviam animado a expansão japonesa.

Os EE.UU. estavam abertamente do lado da China, mas o controle do Pacífico Ocidental pelos Japoneses quase anulou sua assistência econômica àquele país. Ocuparam Shanghai, obrigando as exportações Americanas virem por Cantão ou Hang-Kong; ocuparam estas localidades, obrigando a volta pela Indochina e Kunning. Com a queda da França, os navios americanos foram dirigidos para Rangoon donde iam pela Birmânia para Lashio e deste ponto para Kunning via Tchoung King.

O governo Japonês não tinha encarado a possibilidade de uma oposição resoluta dos EE.UU. à sua expansão.

A expansão pelo continente asiático e pelas ilhas do Pacífico, e a necessidade de aproveitar a divisão da esquadra americana entre o Pacífico e o Atlântico, enfraqueceram o Japão.

As forças armadas japonesas tinham adquirido grande importân-

cia: o Alto Comando soubera unir e combinar suas forças de terra, mar e ar em uma equipe de combate "irifibia" muito eficaz.

No Mediterrâneo a Itália aproveitou-se de um controle temporário para desafiar a França e a Inglaterra.

Ambos, o Japão e a Itália, esqueceram que a manutenção da posse dos territórios do ultramar dependia do domínio marítimo; a estes dois países faltaram os elementos essenciais do poder naval — capacidade de produção no próprio território de matérias primas essenciais e marinhas mercantes expostas a uma potência naval superior.

De 1921 a 41 a marinha americana, embora lutando com falta de créditos, empenhou-se em um treinamento intensivo.

4 — DE 9/1939 a 7/1940

Por ocasião da invasão da Polônia, era a seguinte a situação da marinha alemã:

- 70 submarinos, dos quais 20 podiam ir até Gibraltar;
- 22 destroyers;
- 5 cruzadores leves;
- 3 cruzadores pesados;
- 3 cruzadores pesados (10.000 toneladas);

- 2 cruzadores de batalha (20.000 t e canhões de 280);

- 4 cruzadores pesados em construção;

- 3 grandes navios de batalha;
- 8 destroyers;

- 2 navios porta-aviões;

dispunha de alguns aviões, mas sob a direção da Luftwaffe.

Em consequência, Hitler podia opor:

- 2 cruzadores de 26.000;
- 3 cruzadores de bolso de 10.000;

- 14 grandes navios de batalha ingleses;

- 7 porta-aviões.

Por outro lado a França possuía:

- 10 couraçados;
- 3 porta-aviões;
- 18 cruzadores;
- 64 destroyers;
- 12 torpedeiros;
- 38 grandes submarinos;
- 51 submarinos pequenos.

Os alemães não deram importância à força invisível do poder naval. (Vice-Almirante Weichhold).

Incapaz de travar batalha com as marinhas Inglesa e Francesa, Raider propôs utilizar sua marinha e seus aviões contra os navios de comércio inimigos.

Sabendo que a Inglaterra muito dependia de fora e convencidos do valor do submarino, os Alemães passaram a aumentar seu número, chegando a construir 20 a 25 por mês.

"A aviação tinha mudado a tática e a estratégia terrestre, enquanto os submarinos e a aviação naval tinham alterado a guerra naval".

Era uma luta entre a potência terrestre e a potência marítima, ambas auxiliadas pelo poder aéreo.

A combinação tática de navios de guerra de superfície, de submarinos e de aviões em uma "task force", "force d'operation" ou frota, aumenta o poder dos componentes e diminui os limites individuais.

A aviação aumentava o valor estratégico da Inglaterra que estava tão bem colocada para as operações aéreas como navais.

Em 1939 Hitler utiliza sua primeira arma secreta — a mina magnética, que infligiu severas perdas aos navios inimigos e neutros, mas que logo foi anulada pelos cientistas ingleses.

5 — O PODER NAVAL SALVA A INGLATERRA

Em 1940 em 7 semanas os alemães liquidaram a França e os Países Baixos.

Parte das marinhas Holandesa e Francesa escapou para a Inglaterra.

Sob a proteção da R A F a Marinha Inglesa evacua a maior parte de seu Corpo Expedicionário e grande número de soldados Belgas e Franceses.

Era ponto importante para os Ingleses impedir que a frota Francesa caísse intacta nas mãos dos Alemães.

Quando a Itália declarou guerra à Inglaterra possuía:

- 8 grandes navios de batalha;
- 17 cruzadores;
- 100 submarinos;

e o fazia em um momento difícil para a Marinha Inglesa.

A situação era desfavorável em geral aos aliados, mas a Rússia e a Alemanha no fundo não se entendiam.

Churchill não desejava sacrificar o império e reforça o Egito para guardar o controle do Mediterrâneo e manter o Médio-Oriente.

Em junho de 40, a aviação italiana bombardeia Malta pela primeira vez. Esta pequena ilha servia de base aérea e naval. Partindo seus aeródromos, os aviões de caça ingleses protegiam a guarnição e o arsenal da ilha e aumentavam a cobertura aérea dos navios pelos aviões de seus porta-aviões na região mais perigosa da linha de comunicações; ao mesmo tempo podiam atacar os navios inimigos.

A fortaleza de Malta e seus canhões protegiam-na contra ataques dos navios e aviões inimigos; o arsenal naval supria os cruzadores leves, os destroyers e os submarinos que atacavam as linhas de comunicações do eixo com a Síria e faziam algumas reparações em navios grandes a fim de que pudessem alcançar Alexandria ou Gibraltar.

Malta constituía um formidável obstáculo às operações do eixo neste mar em que as aviações italiana e alemã podiam operar dos aeródromos bem equipados e bem armados da Sicília.

Os acontecimentos que se desenrolam no Atlântico e no Mediterrâneo servem para provar que uma aviação perfeitamente integrada na marinha de guerra era coisa muito necessária a esta para poder exercer o domínio dos mares.

O controle do Mediterrâneo era importante para os aliados, mas o controle do Atlântico era-lhes coisa vital.

Os alemães sabiam que, para invadir a Inglaterra, precisavam antes cortar-lhe as linhas de comunicações. Mas isto fracassou.

Após a invasão da França, as forças de Hitler ficaram a 35 km de Douvres e sua bandeira teria tremulado sobre Buickingham se não fosse o domínio dos mares que a Inglaterra conservava.

Enquanto os Alemães faziam os preparativos para a invasão da Inglaterra, a Marinha e a Luftwaffe redobravam seus ataques aos navios de comércio aliados.

A conquista da França rodeava a Inglaterra de bases aéreas e navais alemãs.

Goering sentiu que precisava primeiro vencer os caças Ingleses (no que fracassou), passando, então, à destruição das cidades e da indústria inglesa.

Em 1940 a indústria americana produzia aviões em massa para a Inglaterra.

Os alemães continuavam martelando a Inglaterra com grandes perdas e treinando nas operações de desembarque.

O alto comando naval alemão estabeleceu como condições para o desembarque na Inglaterra, a derrota da R A F e logo a seguir o ataque à marinha de modo a obrigá-la a se afastar para bases longínquas.

Pouco mais tarde Hitler desistia...

No inverno de 1940, Hitler anuncia uma futura vitória relâmpago no Atlântico, isto para encobrir a derrota da sua aviação sobre a Inglaterra; Raeder em um bárbaro esforço coordenou as ações das suas "mentes de loup", isto é, de submarinos com os aviões Condor, servindo de órgãos de reconhecimento, pois, havia chegado à conclusão de que era mais difícil descobrir os comboios que atacá-los.

As perdas de navios mercantes nesta época se elevaram de 300.000 a 600.000 toneladas.

A guerra contra o suprimento da Inglaterra foi cuidadosamente preparada, conduzida com violenta energia e fortemente apoiada.

Uma dificuldade sempre lembrada era a da falta de prática dos pilotos alemães no trabalho sobre o mar.

As patrulhas aéreas aliadas descobriam os submarinos, obrigando-os a trabalharem submersos ou manterem-se bem afastados das costas da Inglaterra. Esta circunstância obrigava as patrulhas aéreas alemãs a buscarem muito longe os comboios.

De junho a setembro de 41 as perdas britânicas de navios mercantes caíram para 180.000 t.

Foi comum os britânicos usarem nos navios de escolta um avião que era lançado ao ar e que descobria e atacava os submarinos, mas que em geral era perdido. O raio de ação dos hidroaviões, operando da Inglaterra, foi aumentado continuamente; suas patrulhas eram combinadas com a dos aviões catapultados.

Várias medidas foram tomadas pelos Ingleses para aumentar o volume de tonelagem disponível: fundiram os ministérios da marinha mercante e dos transportes, no ministério dos transportes de guerra, unificando assim a direção do tráfico marítimo, ferro e rodoviário.

Em 1941, a situação no Mediterrâneo estava favorável aos Ingleses e Gregos.

Os esforços feitos pelos navios de superfície, sem apoio aéreo, para deter a invasão de Creta, custaram tantas perdas que tiveram de ser abandonados.

A situação no Mediterrâneo tornou-se difícil até que os alemães invadiram a Rússia. O domínio naval permitiu aos ingleses transportarem suas divisões para onde a situação era pior.

A derrota em terra e a evacuação por mar, tornaram-se uma manobra comum na 2ª guerra, como havia sido nas guerras de Napoleão.

Segundo o Almirante Denitz, Hitler estava pouco antes da invasão da Rússia, cego pela miragem da super estimativa da mobilidade da infantaria motorizada e das divisões blindadas.

O controle Britânico do Mediterrâneo foi uma das causas da invasão da Rússia, mas a resistência à tentativa da invasão da Inglaterra não o foi menos.

A resistência Inglesa provou que o canal da Mancha é nesta época de carros blindados e de aviões, um obstáculo mais sério para as tropas de terra e do ar que a Linha Maginot ou que as estepes Russas, enquanto a Inglaterra conservar o domínio dos mares.

Não se sabe o que o futuro reserva para as marinhas de guerra e para o poder naval, porém o que fôr é evidente que entre junho de 1940 e junho de 1941, o poder naval da Inglaterra, obtido e mantido pelo controle dos mares e do ar em certas regiões estratégicas como

o Passo de Calais, o Canal da Mancha e as águas nos arredores de Malta, teve influência decisiva no curso da guerra e na sorte do Império Britânico. Por outro lado, foi a capacidade da Inglaterra de lutar só, antes de tudo por seus próprios meios e pelo inteligente uso do seu poder naval que levou a Alemanha a atacar a Rússia, o que pressagiou a queda do Império de Hitler envolvido por terra como já estava pelo mar.

6 — OS ALTOS COMANDOS

As vitórias alemãs na Europa encorajaram os Japoneses a aumentarem suas exigências para com a China e a Indo-China Francesa. A posse da Indo-China ameaçaria as Filipinas e a Malásia britânica.

Roosevelt e Churchill mandaram preparar os planos "Rainbow" (arco-íris) prevendo as operações combinadas anglo-americanas contra o Japão. Segundo este plano a derrota do Japão era o 2º objetivo, sendo 1º a da Alemanha.

Pouco tempo antes de Pearl Harbor em dezembro de 1941 é organizado em Washington o Estado-Maior Aliado.

Knox editor do Chicago Daily News, é nomeado Secretário de Estado para a Marinha.

Knox por morte, foi substituído pelo Subsecretário Forrestal o qual teve que enfrentar os problemas da redistribuição da frota após a derrota da Alemanha, evitar a desordem nas indústrias navais quando a guerra chegava ao fim e preparar a desmobilização e a volta à organização de paz.

Artemus Gates, Secretário Adjunto para a Aeronáutica, concluiu que os aviões dos navios porta-aviões podiam chegar a dominar os aviões inimigos com base em Luçon e nas Marianas, cobrindo a marinha em seus bombardeios das costas do Japão.

A secção americana do Estado-Maior Combinado Aliado em Washington, compreendia:

— O Cmt. Chefe das Forças Navais;

— O Chefe do E.M. do Exército;

— O Chefe das Forças Aéreas.

A secção inglesa contava com quatro oficiais.

Para coordenar as operações navais, o Oceano Atlântico foi dividido em duas partes mais ou menos iguais. Com os Ingleses, ficaram o Atlântico Oriental, o Mediterrâneo e o Índico; com os Americanos, o Atlântico Ocidental e o Pacífico.

O Almirante King chegou a ser o Comandante Chefe das Forças Navais Americanas.

As decisões tomadas pelo E.M. Combinado eram executadas pelos respectivos Chefes de E.M. agindo por intermédio de seus adjuntos; no caso americano em nome de Marshall e de King.

King foi o primeiro na história americana que acumulou as responsabilidades da construção, do aumento e da manutenção da Marinha, bem como da condução das operações.

Nimitz dirigia as operações no Pacífico e Ingersoll no Atlântico. Do lado do Eixo não houve E.M. Combinados.

Sob Kaiser como sob Hitler a Marinha Alemã era subordinada ao E.M. Geral do Exército; nenhum almirante alemão tomava parte na preparação da guerra.

No Japão, Nagano era o Chefe do E.M.G. da Marinha; Yamamoto era o Comandante Chefe da Frota Combinada.

A Marinha Japonêsa tinha duas missões:

— destruir a Marinha Americana;

— apolar o Exército na ocupação das regiões ricas do Sul.

Yamamoto tinha completa liberdade de ação; sob a inspiração de Togo ele pensava:

— preparar um ataque de surpresa à Frota Americana do Pacífico (Pearl Harbor);

— e assim ganhar tempo para a Frota Japonêsa ocupar as Filipinas, a Malásia e as Índias Orientais.

A DEFESA ANTICARRO NA ARTILHARIA DE CAMPANHA

Cap. AMERINO RAPOSO FILHO.

EVOLUÇÃO DA DEFESA ANTICARRO NA DIVISÃO

I — Justificativa

Efetivamente, o grande conflito que abalou o mundo já findou há mais de quatro anos, e ainda projetam-se profundas modificações nas dotações em material e homens, para melhor atendimento à evolução da doutrina de guerra, sensivelmente abalada com a introdução — para o caso da desintegração do átomo aplicada à guerra — e o desenvolvimento tremendo que tiveram as duas audaciosas armas: a aviação e os blindados. As experiências acumuladas em largos anos de campanha, nos diferentes teatros de operações, com os exércitos mais modernos e dotados de grandes flexibilidade e de mobilidade táticas; a aplicação em massa das G.U. nas missões ofensivas como nas defensivas; — a reunião e a codificação em sucessivos e contínuos relatórios dos chefes militares, de todos os resultados de tamanhos testes, a par do desenvolvimento cada vez mais crescente e rápido da indústria, tudo isso motivou enormes transformações.

A estrutura das G.U. teria de sofrer, evidentemente, e muito. Principalmente, para atender à nova doutrina de combate das Divisões Blindadas, nas suas rápidas e agressivas ações de ruptura na retaguarda inimiga, desmantelando eficaz e velozmente todo o seu dispositivo.

II — Modernização das D.I.

Como não poderia deixar de ser, procurou-se fazer um estudo do que precisaria uma D.I. para sua vida plena em campanha, como unidade de emprêgo das armas, e se bastando, tanto quanto possível, no que respeitasse aos meios de defesa e ataque contra a incursão da aviação e dos carros de combate.

Porque, como observamos em ligeira notícia, no início destas notas de defesa anticarro — uma Divisão de Infantaria tinha à sua disposição um B.C.C., cujo Ten.-Cel. Cmt. seria o consultor técnico do Cmt. da D.I., para o emprêgo dos carros. Na A.D. um Major seria o escalão maior dentro da Artilharia para a coordenação, distribuição e providências que se tornassem necessárias à defesa anticarro entre os grupos e agrupamentos.

A não ser, portanto, o B.C.C. adicional e, às vezes, um Btl. de Destruidores de Carros, as diferentes unidades contavam com poucos recursos para defender-se eficazmente contra os blindados.

Ainda os R.I. possuíam Cias. de Canhões A.C. e outros elementos de menor importância para executar um plano de defesa em alguma profundidade.

Não eram dotados, porém, de meios de ataque agressivos. Isso para só falar na Infantaria, porque a Artilharia, essa não tinha praticamente meio algum especializado para defender-se das penetrações profundas dos carros às suas posições.

Dentro dessa ordem de idéias fazem-se estudos para uma modernização mais atualizada da D.I., onde se procura dotá-la de meios que, realmente, sejam condizentes com suas necessidades.

É a razão de publicarmos o esquema da projetada DI (que, aliás, já saiu na "A Defesa Nacional", há algum tempo), comparativamente com o esquema atual, vigorando na nossa organização, — isso é feito propositadamente. Para mostrar a importância que assume para todas as armas a necessidade de uma Consciência da Defesa Anticarro, em todos os escalões. Para que a Artilharia sinta a importância que para ela representam os carros.

Vejamos, pois, os dois esquemas, ressaltando apenas o que nos interessa:

Esquema 1: DI Atual;

Esquema 2: DI Projetada pelos americanos.

Da simples contemplação dos dois esquemas podemos observar o aumento grande que tem a DI projetada. Ficará ela com a potência de fogo bastante aumentada. Senão, vejamos:

1. 1 Btl. de Carros de Combate Médios, a 3 Cias., como órgão divisório;

2. 1 Cia. de Carros de Combate Médios por R.I., perfazendo isso um total de 3 C.C.C.M. na Divisão.

3. A A.D. terá sua potência de fogo aumentada de 50 %, com o aumento de 2 canhões por Cia. Cada Cia. terá, portanto, 6 canhões.

4. 1 Cia. de Morteiros Pesados por R.I.

Para somente falar no mais importante que interessa à defesa anticarro.

II — Evolução dos carros de combate.

Não sabemos ainda se essa projetada organização, verdadeiramente formidável para as D.I., aprovada e posta em execução, perdure ainda por muito tempo. Por que os engenhos blindados não pa-

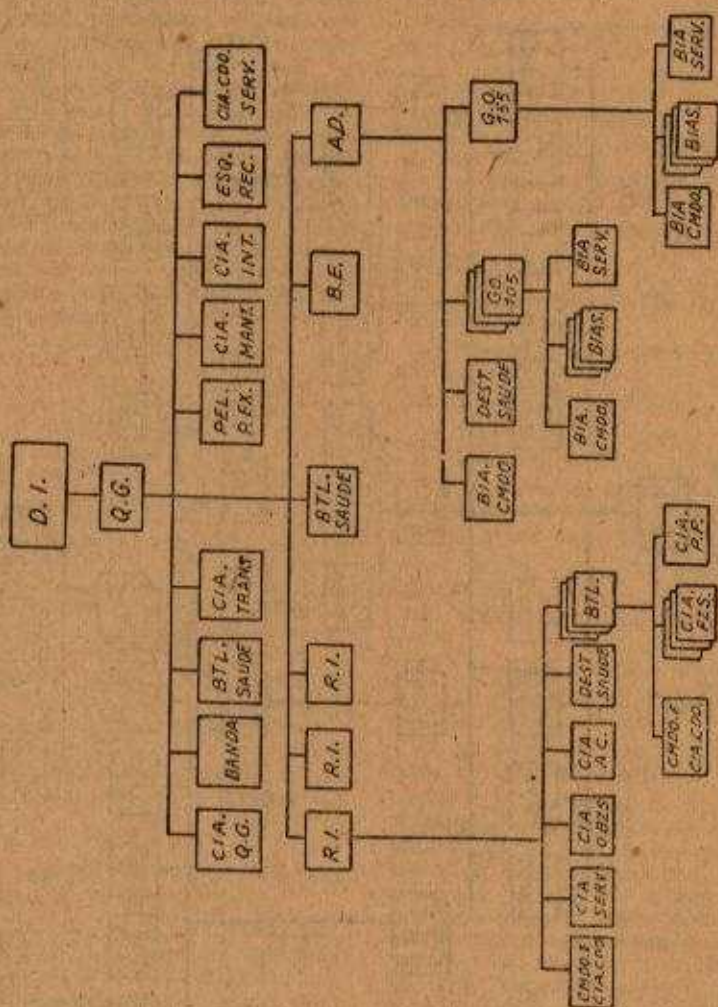
raram no seu afã de procurar, cada vez mais, aumentar suas principais características militares e mecânicas.

Se nos detivermos um pouco, observando o cuidado das principais nações em aperfeiçoar os carros de combate, criando novos tipos, diminuindo a silhueta, aumentando a potência do motor, etc., então poderemos pensar em que as D.B. sofrerão transformações radicais, dentro em pouco.

O tremendo surto e desenvolvimento da aviação, principalmente no que respeita ao poder ofensivo e destruidor e seu extenso raio de ação, e sua particular predileção pelos carros de combate — fizeram com que os responsáveis pelas armas blindadas procurassem dotá-las de meios potentes de defesa contra aviões. As características mecânicas e militares sofreram algumas restrições, para atendimento a um melhor aparelhamento dos carros com metralhadoras pesadas e eficazes contra a aviação. Inclusive, as formações blindadas passaram a ter carros cuja missão principal fosse a defesa contra aeronaves (D.C.A.). Esses tipos de carros foram criados para permitir uma proteção maior contra a agressividade intensa dos caças e bombardeiros inimigos. Eles poderão cooperar eficazmente com a artilharia antiaérea, já que são dotados de conjugados de 40 ou 57 de tiro rápido.

Uma potência de fogo adicional se deu às D.B. para atenuar e, até certo ponto, preservar dos ataques intensos e continuados dos aviões de mergulho.

Mas não só a arma aérea impõe modificações aos blindados. O crescente aperfeiçoamento das armas anticarro terrestres, permitindo a execução de tiro com projéteis perfurantes de alto poder explosivo, que podem ser atirados a uma distância maior que a costumeira, isso também provocou grandes perturbações mecânicas, principalmente, nos blindados. Começaram a surgir carros de blindagem mais espessa, de canhões mais potentes, tudo exigindo u'a maior potência do motor e um deslocamento mais vagaroso.



Esquema 1

A D.I. atual

sidades de emprêgo durante a II Grande Guerra — tal problema desapareceu. A nova D.B., projetada pelos americanos é completamente independente.

Isso serve como abono à nossa assertiva de que precisamos cuidar da nossa defesa anticarro na artilharia de campanha, desenvolvendo os meios, intensificando a instrução de serviço em campanha e, princi-

palmente, criando o reflexo da Consciência da Defesa Anticarro.

Mormente para a Artilharia a evolução da Divisão Blindada se reveste de aspectos mui comprometedores. Porque, as futuras penetrações às áreas inimigas serão com agressividade muito maior e mais intensa do que as arrancadas das Panzer e suas similares no conflito que findou.

CUTELARIA MARANDOLA

OFICINA DE CUTILEIRO

Amolam-se tesouras, navalhas, máquinas, bisturis, alicates de unhas e tôda e qualquer ferramenta — Oxida qualquer peça — Trabalhos garantidos — Completo e variado sortimento de artigos de cutelaria

José Marandola

Rua Marechal Floriano Peixoto, 2019 — Nova Iguaçu — Estado do Rio

OFICINA AMERICANA

REFORMAM-SE BICICLETAS EM GERAL — SOLDA A OXIGÊNIO, A PRATA E METAIS FINOS

José Pereira

288, RUA JOAQUIM PALHARES, 288 — TELEFONE 48-0766
RIO DE JANEIRO

FABRICA NOVA ESTRELA

CIMENTO ARMADO EM GERAL, CAIXAS D'ÁGUA, FOSSAS, TANQUES, MUROS LISOS, SOLEIRAS, GRADIL, PEITORIS E BANCOS DE PIA PARA COZINHA — ANEIS PARA POÇO

Geraldina dos Santos Weber

ESTABELECIDO À RUA B, 289 — FUNDOS — NOVA IGUAÇU
ESTADO DO RIO

ARMAZÉM SÃO JORGE

Felismino Augusto

SECOS — MOLHADOS — BEBIDAS

RUA E N. 325 — BAIRO DA POSSE — NOVA IGUAÇU

PROCESSOS DE CONDUTA DO TIRO

Cap. AYRTON DE CARVALHO MATTOS

O autor serviu em 1949, no 1/4º R.O.-105, em Juiz de Fora, onde "aprendeu" os novos processos de conduta do tiro. Vindo cursar a E.A.O., em 1950, notou pequenas diferenças, em detalhes no modo de proceder-se à regulação.

Em conversa com companheiros, chegaram à conclusão de que, embora o modo operatório fôsse o mesmo, em suas linhas gerais, diferia em minúcias conforme o ano em que o oficial encarregado da instrução tivesse cursado a E.A.O.

O curso de Artilharia da E.A.O. tem feito notas de aula, algumas publicadas em "A Defesa Nacional", comentando os parágrafos do C-6-40. Torna-se mais fácil apreender o assunto, fazendo-se um documento único, combinando os conceitos regulamentares com as notas da E.A.O.

Com o propósito de mostrar, detalhadamente, como é feito, na E.A.O. a conduta da Regulação Percutente de Precisão e Regulação de Precisão do Tiro de Tempo; fundir num documento único os parágrafos regulamentares e comentários; e mais, colocar os assuntos na ordem em que eles se apresentam, numa Escola de Fogo, com a finalidade de ter-se uma visão de conjunto, em cada fase, dos trabalhos no Observatório e na Central de Tiro, foi este artigo escrito.

Tudo o que se lê adiante está contido em diversos capítulos do C-6-40 e nas citadas notas do C.A., só tendo sido alterada, em parte, a ordem em que os assuntos se apresentam, no Regulamento.

REGULAÇÃO PERCUTENTE DE PRECISÃO

a) Conduzida por peça.

b) Divide-se em três fases:

- 1) *Fase preparatória* — em que o Observador conduz o tiro para a Linha de Observação, com a finalidade de observar alcance e levar o tiro para as proximidades do objetivo;
- 2) *Fase de ensaio* — cuja finalidade é obter a alça de ensaio e a direção de ensaio, médias de um enquadramento de 100 m ao longo da Linha de Observação ou as que forneceram um tiro NA;
- 3) *Fase de melhora* — a que tem por fim colocar o ponto médio dos tiros sobre o centro do objetivo, determinando a alça de regulação e a direção correta.

FASE PREPARATÓRIA

No Observatório:

O Observador envia a mensagem inicial à C.T. da Bia., do seguinte modo:

Identificação do Observador: usa o Código AQ 02

Ordem de alerta: missão de tiro (MT)

Lançamento: com aproximação de 20" e, sempre, com quatro algarismos. Mede-se com precisão o lançamento para o PV e alguns pontos bem definidos da Z.A.; a medida, com o binóculo, do desvio do ponto de regulação para um desses pontos, permite determinar, rapidamente, o lançamento do ponto de regulação. Lançamento do PV é 4130"; a regulação será sobre um AA, 200" à direita do PV: o lançamento para o AA será: $4130 + 200 = 4330$. Quando o Observador não dispuser de meios para determinar o lançamento, ele deverá estimá-lo e anunciá-lo da seguinte forma:

"Lançamento aproximado, tanto."

Localização do Objetivo: Há diversas maneiras:

— Designação à vista.

O Observador determina o transporte, partindo de um ponto, cuja posição seja conhecida na prancheta de tiro da CT. O transporte é feito por meio de correções em direção, altura e alcance, determinadas com aproximação de 10 m. Se a altura for a mesma do ponto de referência, esse elemento é omitido.

Para a direção, o desvio, em milésimos, do ponto de referência ao ponto de regulação é medido e a distância do ponto de referência é estimada. Determina-se a correção, em metros, pela fórmula de milésimos e anuncia-se DR (ES) tanto.

Para a altura adota-se conduta análoga e anuncia-se AC (AB) tanto.

Para o alcance, o Observador estima a distância ao longo da linha "Observador — ponto de regulação", do ponto em que a perpendicular baixada do ponto de referência intercepta a linha acima, — até o ponto de regulação. A correção é anunciada ALO (ENC) tanto:

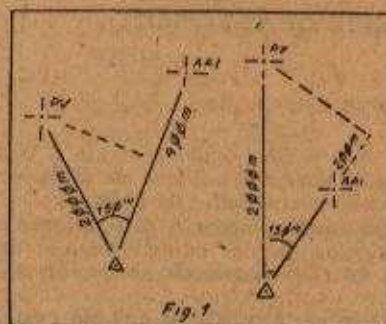


Fig. 1
DO PV DR 300 — ALO 400
DO PV DR 300 — ENC 200

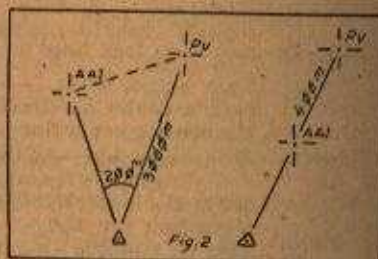


Fig. 2
DO PV ES 600 — RAL
DO PV RD — ENC 400

- *coordenadas retangulares* — métricas ou hectométricas, — anunciadas COORDENADAS (tanto — tanto), ou convencionais COORDENADAS (EN — tanto — tanto), tiradas numa carta, foto ou foto-carta;
- *direções geográficas e distâncias a um ponto de referência conhecido*: da bifurcação 224 — N 490 — E 500;
- *coordenadas polares* — desde que a posição do Observador seja conhecida da CT. Este processo é particularmente favorável no caso de transportes laterais muito grandes (superiores a 600") e de distâncias de observação muito pequenas. O polo é o Observador e o eixo polar a linha N-S, obtendo-se para ângulo, o lançamento; a diferença de altitude é dada sob a forma de sítio, em relação ao Observador. No caso de coordenadas polares, em que o eixo polar é o N-S, omite-se o lançamento após a ordem de alerta, e fica: AQ 02 — MT — PL (L 5360 — D 1500 — M (N) 8). A posição do Observador pode ser determinada:

- a) por coordenadas da carta ou foto-carta, obtidas por inspeção e remetidas à CT;
- b) o Observador mede o lançamento para um ponto conhecido ou um arrebitamento, e estima a distância do mesmo. A CT loca a posição do Observador na prancheta de tiro, de acordo com esses dados;
- c) o Observador mede o lançamento para dois pontos, pelo menos, cujas posições sejam conhecidas da CT. Sua localização é determinada por interseção (preferivelmente);

- *tiro de identificação* — o Observador pede um tiro de identificação, de onde, então, fará o transporte para o objetivo: As PV, AS CZA, AS ELCOD. Elementos Código são uma direção e um alcance, correspondentes ao CZA, PV ou qualquer ponto de referência, conhecidos dos que irão aplicá-los e que assim enunciados, são mantidos em sigilo.

Tipo de regulação — Regulação sobre tal ponto: RG SB PV.

Contrôle..... — Regularéi (REG); se a observação é difícil ou intermitente, o Observador envia "Não carregar" (NCG) ou "Ao meu comando", antes de "Regularéi" (AMC — REG); neste caso, a CT dará "Pronto" ao Observador, cabendo a este comandar "Fogo", quando achar-se em condições de observar, precedido de "Carregar", se o comando tiver sido NCG.

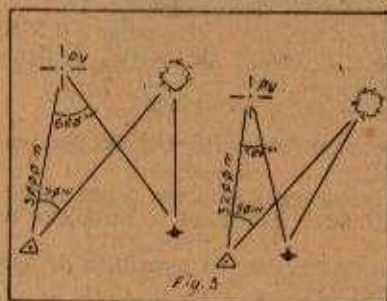
Exemplos de mensagens iniciadas:

AQ OG — MT — L 4100 — ASPV — RG SB AAZ — REG
 AQ — VM29 — MT — L 1930 — AS L COD — AL COD —
 ALO 2000 — RG SB AA1 — REG.

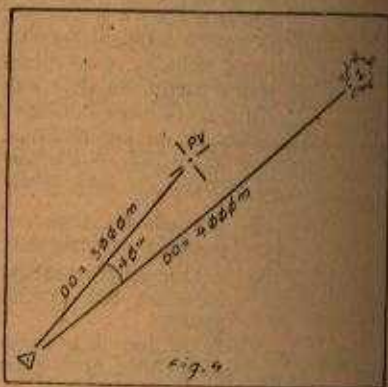
Transmitida a mensagem, o Observador aguarda o início do tiro, — a fim de observá-lo e corrigi-lo em relação à L. Obs. Para isso, considerar-se-á, sempre, como se estivesse junto à peça, isto é, observará e corrigirá o tiro, apenas, em relação à L. Obs., não se preocupando com a associação da correção necessária para ele com a correção conveniente para a peça, conseqüente da posição relativa entre ambos. Um tiro fora da L. Obs. é trazido para ela, multiplicando-se o desvio observado pela distância de observação, em quilômetros (com aproximação de 500 m) e enviando à CT a correção DR (ES) tanto (aproximada para 10 m).

Quando se conhece a distância de observação com precisão, não se deve aproximá-la para múltiplo de 500; utilizar-se-á como se apresenta. No exemplo anterior, a correção seria ES 160 ($50 \times 3,2$) — RAL.

Os tiros serão mantidos na L. Obs., graficamente, por intermédio do T. Loc., na CT. É preciso notar que, nesta fase, o 1º tiro poderá ter grandes erros em alcance; assim sendo, as correções para o 2º tiro deverão ser feitas, tomando-se por base a distância de observação do 1º tiro.



OBS: 50DR — NO OBS: 50DR — NO
Cor: ES150 — RAL Cor: ES150
— (50×3) — RAL



OBS: do 1º tiro — 40 DR-L COR p/o
2º tiro: ES 160 (40×4) — ENC 800

Se houver necessidade de repetir o tiro, o Observador envia RD — RAL. A correção em direção assinala o início e a correção em alcance constitui o fecho da mensagem. Quando o Observador transmitir uma observação errada, faz a correção, enviando a observação correta, precedida da expressão "Erro"; por exemplo, ES 200 — ALO 400. Deseja corrigir: "Erro DR 200 — ALO 400". Se o Observador transmitir a mensagem inicial e verificar um erro num dos elementos, ele transmite "Erro", seguido, unicamente, do elemento em erro; os demais elementos da mensagem não precisam ser corrigidos.

Na CT da Bia.:

Para o tiro inicial, se não houver preparação topográfica e, portanto, não se puder local, precisamente, a peça e o PV, usam-se elementos aproximados da zona de ação (CZA), fornecidos pelo S-3 ou Cmt. da Bia.

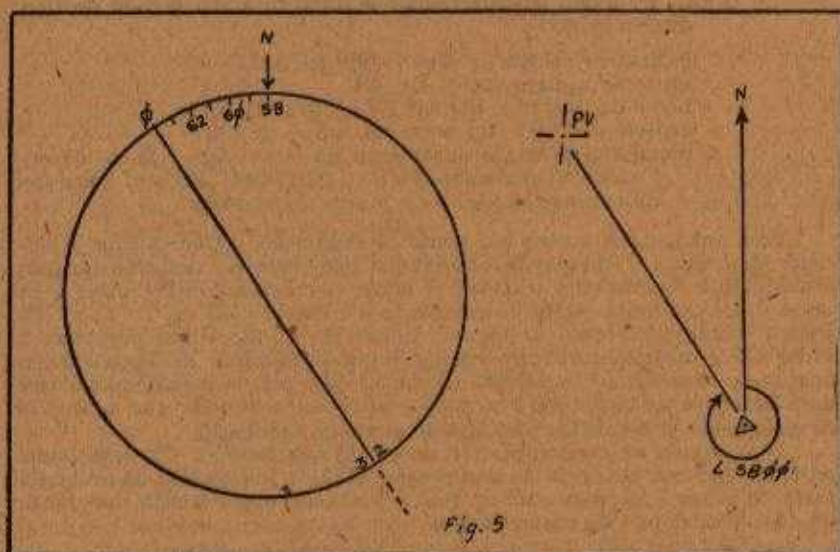
Escolhe-se um ponto central (canto de quadricula), para servir de CZA e fixa-se o T. Loc.; escolhe-se uma direção para servir de N (norte de quadriculado) e marca-se o índice de leituras de lançamentos, a partir do bordo do T. Loc.; gira-se o T. Loc. até que o lançamento do CZA fique em frente ao índice; a partir do ponto escolhido para CZA e sobre a linha 0-32, marca-se o alcance do CZA. Neste ponto estará a peça. Em seguida, no alinhamento PD — PV, marca-se com um alfinete, no bordo do TDA, o índice de derivas, indicando DER 2600 ou 2800 conforme o material.

Ao ser transmitida a mensagem inicial pelo Observador, o Calculador registra na "ficha do Calculador".

O Controlador-Ajustador dispõe o T. Loc. para a regulação, colocando-o sobre o ponto de referência, indicado na mensagem inicial do Observador e constrói o índice (se já não houver), correspondendo ao N, a partir do bordo do T. Loc.

O CLF que é quem organiza e dirige a CT, escolhe a carga a empregar, se ela não tiver sido determinada pelo S-3 ou o Cmt. da Bia. Para isso, soma 1500 m, ao alcance do ponto de regulação e verifica qual a menor carga, se não houver outra prescrição, cujo alcance útil (8/9 de alcance máximo) permite atirar a essa distância. Na TGT, o alcance útil é assinalado, em cada carga, no traço inferior que delimita a escala do ângulo de tiro, por dois pequenos índices vermelhos, entre os quais o segmento da linha é, também, vermelho, havendo, ainda, um pequeno triângulo que representa o alcance médio da carga.

O Controlador-Ajustador gira o T. Loc. até que a graduação dos lançamentos coincida com o enviado pelo Observador, em sua mensagem inicial e fixa-o com um outro alfinete. A linha — 32 do T. Loc. e as demais linhas que lhe são paralelas ficarão orientadas segundo a L. Obs.



Mensagem do Observador : AQ 01 — MT — L 5800

Uma vez orientado o T. Loc. loca o ponto de regulação indicado pelo Observador, procurando marcar no T. Loc., com uma agulha de locação, as quantidades indicadas pela mensagem. Em seguida, com auxílio do T.D.A. e da T.G.S., fornece ao Calculador a deriva, o sítio e o alcance para que ele possa enviar à L.F. os comandos iniciais para a execução do tiro :

unidade que segue os comandos : tal peça atenção (02 AT)

designação do tiro ou missão ; regulação — (RG)

munição : Ex., carga tal, EI (Ex. 5 EI)

direção : deriva tanto (DER 2600)

sítio : tanto (mesmo que seja o normal — S 300)

unidade que atira : só tal peça (Só 02 ; embora a unidade que atire seja a mesma que segue os comandos, não se omite esse comando)

espécie de tiro : Por um (Q 1)

alcance : alça tanto (A 216)

Se o Observador tiver dito na mensagem inicial: "Não carregar" (NCG) ou "Ao meu comando" (AMC), — isso será transmitido para a L.F., antes da alça. No primeiro caso, a peça aponta e não carrega; no segundo caso a peça aponta e carrega. Desencadeia o tiro ao comando de "Fogo", precedido de "Carregar" no primeiro caso. "Não carregar" é considerado como parte do comando de alça, e, como tal, deve ser sempre repetido. "Ao meu comando" é considerado parte da espécie de tiro e, — como tal, deve ser seguido até ser comandado outra espécie de tiro (SO 02 Q1).

Exemplo de comando inicial:

0 2 AT — RG — EX. 5 E 1 — DER 2600 — S 300 —
SO 02 Q1 — A 316.

O CL. F. envia ao Observador a resposta a seu pedido de tiro, discriminando:

indicativo da Bis.: Vm — PT ou AZL

munição a empregar: Ex. EI

nome da missão: RG SB PV — RG SB AA1

espécie de tiro: tal peça por um — 0 2 Q1

momento do desencadeamento do tiro: QP. Se o Observador tiver pedido AMC, o CLF dirá "Pronto" para indicar que a peça está pronta para atirar.

Uma vez locados a peça e o ponto de regulação, o Controlador-Ajustador determina o ângulo de observação por meio de um transferidor, e medindo o ângulo cujo vértice é o ponto de regulação (PV, AA) e os lados: a linha peça-ponto de regulação e a linha 0-32 de T. Loc. (É preciso notar que, como as demais linhas do T. Loc. são paralelas à linha 0-32, também fornecerá com a linha peça-ponto de regulação, o ângulo de observação). No caso de iniciar-se a regulação com elementos do CZA, deve aguardar-se a primeira correção, a fim de que o ângulo de observação seja medido próximo do ponto de regulação.

Se o ângulo de observação for maior do que $500''$, a CT deve pedir ao Observador a distância de observação (DO) e informá-lo do valor do fator "d", que é o ângulo sob o qual é visto, do observatório, um lance de 100 m, ao longo do plano de tiro.

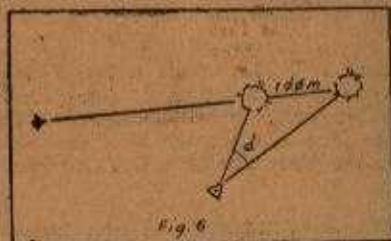


Fig. 6

A finalidade de conhecimentos desse fator, obtido numa tabela em função do ângulo de observação e da DO, é a seguinte: — o garfo (menor lance que podemos fazer, capaz de, quase que seguramente, mudar o sentido do tiro) é assimilado, neste processo de tiro, ao lance de 100 m. Do exposto conclui-se que para um lado e outro da L. Obs., admitir-se-á um desvio em direção de um "d" como sendo motivado pela dispersão do tiro, não devendo ser corrigido, a não ser que se repita. O fator "d" sendo nulo, quando o ângulo de observação é igual a 0, tem seu valor

máximo quando o ângulo de observação é igual a $1600''$. Daí a necessidade de seu conhecimento nos grandes ângulos de observação (superiores a $500''$).

Após cada tiro, o *Calculador* recebe da L.F. e anuncia, sem perda de tempo, ao *Observador* "Peça atirou". Em seguida, à proporção que o *Observador* envia as correções decorrentes da regulação, o *Calculador* as registra na "Ficha do *Calculador*" e o *Controlador-Ajustador* as marca com um alfinete, no T. Loc. e vai fornecendo ao *Calculador* os novos elementos (DER e A1 — nessa ordem — sem precisar dizer DER e A1) para que ele possa enviar à L.F. os comandos subseqüentes (esses comandos subseqüentes incluem, somente, os dados a serem alterados, com exceção da alça, sempre enunciada).

FASE DE ENSAIO

Em que se procura enquadrar o objetivo em 100 m, sobre a L. Obs., ou obter um tiro NA.

No Observatório:

Após colocar o tiro na L. Obs., o *Observador* procura enquadrar o objetivo, executando lances cuja grandeza é função da precisão com que foi feita a localização do ponto de regulação e do afastamento entre este e o arrebentamento considerado.

A menos que se possa avaliar com segurança o valor do lance (caso dos *Observadores* dominantes), os valores, abaixo tabelados, devem ser empregados, a fim de enquadrar, rapidamente, o ponto de regulação: 100 m quando se dispõe de dados de cartas, corrigidos; 200 m para dados da carta, não corrigidos, ou quando é feito pequeno transporte de objetivo anterior; 400 m para dados estimados.

Se o primeiro tiro executado por uma peça fria vier a constituir-se como limite de enquadramento, esse limite deve ser verificado, bem como se o tiro tiver sido NA.

A preocupação de obter o enquadramento o mais rapidamente possível, leva-nos a concluir que, se o primeiro tiro não estiver na L. Obs., mas que seja possível a análise de seu alcance, uma combinação de correções em direção e em alcance deverá ser feita, de molde a procurar o enquadramento, imediatamente, isto é, com o 2º tiro. Este procedimento faz compreender que as fases preparatória e de ensaio foram entrosadas, com a finalidade de obter rapidez na execução da regulação e economia de munição.

Então ao ser dado o 1º tiro, 5 situações podem surgir:

- 1º) O tiro não é visto.
Obs.: NV COR: RD — RAL
- 2º) O tiro cai afastado da L. Obs. não permitindo explorar o alcance (DO = 3000 m)
Obs.: 50 DR — NO COR: ES 150 — RAL
- 3º) O tiro cai fora da L. Obs., permitindo observar o alcance: (DO = 3000 m)
Obs.: 10 DR — C COR: ES 30 — ALO 400
- 4º) O tiro cai na L. Obs.
Obs.: BD — L COR: RD — ENC 400
- 5º) O tiro atinge o alvo
Obs.: NA COR: NA

Nas situações 1 e 2, o 2º tiro ainda estará na fase preparatória e, de sua observação, os mesmos 5 casos poderão surgir.

Nas situações 3 e 4, a fase preparatória findou com esse 1º tiro e o 2º tiro marca o início da fase de ensaio.

Na situação 5, passa-se, diretamente, da fase preparatória para a fase de melhora.

Ao entrar, e durante a fase de ensaio, o Observador deverá corrigir, sempre, o desvio em direção (com aproximação de 10 m), se houver, desde que ele seja igual ou superior a 10 m, porque este procedimento facilitará à CT a manutenção dos tiros na L. Obs. e a interpretação da situação do plano de tiro.

Entretanto, quando o ângulo de observação for maior que 500", deverá ser seguido o procedimento abaixo:

- I — O Observador é notificado pela CT do valor do fator "d";
- II — Um tiro, cujo desvio em direção seja maior que "d", será corrigido pelo Observador integral e imediatamente;
- III — Um tiro, cujo desvio em direção seja menor que "d", mas que seja explorável em alcance, não terá a direção corrigida; se persistir o desvio em direção, embora não prejudicando a observação em alcance, ele será corrigido ao entrar-se na melhora;
- IV — Um tiro, cujo desvio em direção seja menor que "d" e que não seja explorável em alcance, será repetido; se ainda não for observado em alcance, a direção será corrigida da média dos desvios observados.

Se os tiros estiverem dançando de um lado para outro da L. Obs., duas podem ser as causas:

- 1ª. Lançamento errado, conseqüentemente, T. Loc. desorientado — re-orientação de T. Loc. pela CT;
- 2ª. DO mal avaliada — O Observador muda a DO.

Obtido um enquadramento inicial, nada mais resta fazer senão quebrá-lo, sucessivamente, até que o objetivo esteja entre dois tiros intervalados de 100 m.

Os tiros limites de enquadramento devem oferecer observações absolutamente seguras do alcance; se isso não acontecer, deve repetir-se o tiro em dúvida, assegurando o limite.

A alça e a direção, médias desse enquadramento de 100 m, são denominadas, respectivamente, alça de ensaio e direção de ensaio. A alça e a direção de ensaio são, também a alça e a direção com que foi executado um tiro NA.

O Observador caracterizará para a CT o fim da fase de ensaio pelas seguintes mensagens:

"RD" (DR ou ES tanto) — MLH — ENC (ALO) 50" — caso do objetivo estar enquadrado em 100 m.

"NA" — caso de ter sido obtido um tiro NA.

Na CT da Bla.:

Nessa fase, o Calculador continua registrando, em sua ficha, as correções enviadas pelo Observador e o Controlador-Ajustador continua a marcar as correções enviadas pelo Observador e a fornecer, ao Calculador, a DER e o AL para os tiros seguintes.

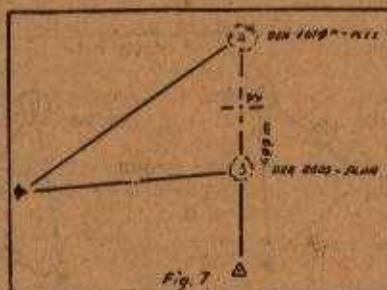
Se os tiros não se mantiverem na L. Obs., torna-se necessária a re-orientação de T. Loc. Já foi dito que o Observador não precisava preocupar-se com a manutenção dos tiros na L. Obs. uma vez que isso seria feito, graficamente, por intermédio do T. Loc. na CT; entretanto, se o

lançamento da L. Obs. não estiver correto, o T. Loc. estará orientado erroneamente e os tiros não permanecerão sobre a L. Obs., dificultando a tarefa do Observador. Nesse caso o Controlador-Ajustador seguirá o seguinte procedimento:

- I — Marca na prancheta de tiro, a lápis, designando pela letra a), um tiro que tenha originado a correção "RD — ALO (ENC) — tanto", que significa, tipicamente ter esse tiro caído na L. Obs.;
- II — Marca, com auxílio do TDA, essa correção anterior "RD — ALO (ENC) tanto", de onde serão tirados os elementos para o tiro seguinte e designa esse tiro, B;
- III — Se o T. Loc. estiver desorientado, o tiro B logicamente, não cairá na L. Obs., o que será caracterizado pelas correções "DR (ES) tanto — RAL (ALO ou ENC) tanto". Nesse caso, o Controlador-Ajustador marca, em relação ao ponto B, a correção enviada pelo Observador e designa-o C;
- IV — Une os pontos A e C e recoloca o alfinete em B;
- V — Torna a linha 0-32 do T. Loc. paralela à linha A.C., girando o T. Loc. em torno do alfinete, re-orientando-se assim;
- VI — Reloca o tiro C, de acordo com as correções do item III, partindo de tiro B, depois de re-orientado o T. Loc., e tira os elementos para a peça.

O Calculador deve interpretar o plano de tiro, durante a fase em questão; essa interpretação deverá ser baseada, unicamente, nos tiros que caírem na L. Obs., caracterizados pela correção: "RD — ALO (ENC) tanto". Um ligeiro croqui da posição relativa entre a peça, o Observador e o ponto de regulação, fornece a interpretação do plano de tiro.

Exemplo :



tiro n. 3 foi : C (P1 DR) RD — ALO 400

tiro n. 4 foi : L (P1 ES) — RD — ENC 200

As derivas com que foram disparados os tiros que permitiram a interpretação do plano, devem ser anotadas, porque serão de grande utilidade na fase de melhora.

FASE DE MELHORA

É conduzida pela CT; ao contrário das fases preparatórias e de ensaio conduzidas, sistematicamente, por 1, a melhora pode ser condu-

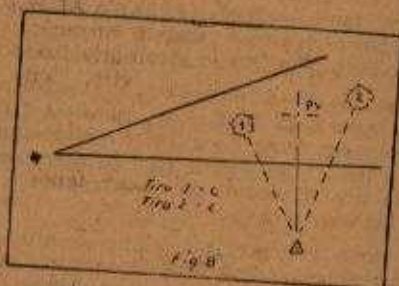
zida por meias séries de 3 tiros. O C.L.F. informa essa decisão ao Observador, bem como, o lado da Bia.

O término da regulação é decisão da CT que disso dá ciência ao Observador. A regulação termina quando é obtida a IK e já se tem elementos para determinar a ARG.

No Observatório:

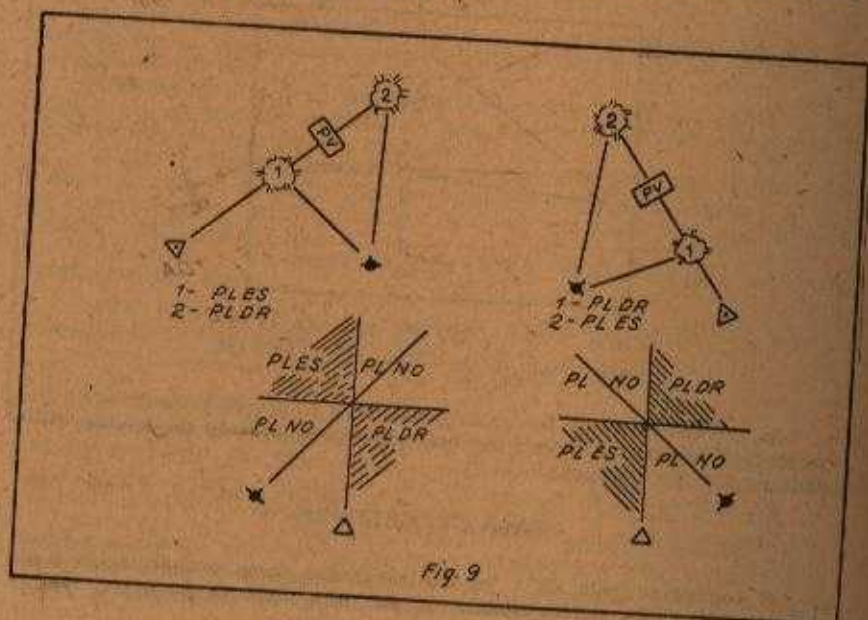
O Observador, informado do lado da Bia., passa a observar o alcance e o plano de tiro; C (L) — PL DR (ES).

O AL, nesta fase, pode ser observado "pela regra", isto é, os arrebitamentos observados, em relação à L. Obs. do lado contrário ao da peça, são considerados longos; os arrebitamentos do mesmo lado da peça são considerados curtos.



A observação "pela regra" é um recurso que se usa quando nossos sentidos não podem apreender o AL do tiro, ou quando, pela inspeção, de terreno, não o podemos analisar.

O plano de tiro tem sua observação feita com precisão quando o arrebitamento se dá sobre a L. Obs.



Quando a observação do tiro fornecer seguidamente P1 NO pode significar que a direção esteja próxima da DK; o Observador pode, então, pedir Q3, para melhor balizar o plano de tiro.

Nesse caso, ou quando a própria CT resolver que a fase de melhora vai ser conduzida Q3, isto é, em duas meias séries de 3 tiros, o Observador enviará as observações englobadas, por exemplo:

3 C — PL — DR; 2 C — 1L — PL ES; 1C — 2L — PL NO; 1C — 1L — 1 NO — DK; 1 NA — 2C

Obtido um tiro NA, o Observador não mais enviará observações do PL, porque a direção já estará correta.

No caso de observação axial ($T < 100''$), o Observador será alertado pelo CLF que, em vez de lado da Bia, dirá "Axial" envie correções direção". Nesse caso, ele não observará PL, e o AL não poderá ser observado "pela regra". O observador enviará correções para colocar o tiro na L. Obs., correções essas que não serão arredondadas para 10 m, podendo ser menores que essa quantidade, visto como não se utilizará o T. Loc.

Na CT da Bia.:

Nesta fase não mais se utiliza o T. Loc., tendo o Controlador-Ajustador, como única função, medir o ângulo de observação. Para isso, ele torna o transferidor, em milésimos, paralelo à linha 0-32 do T. Loc., no ponto em que se encontra o alfinete, indicando o ponto de regulação, e lê o ângulo, no transferidor, assinalado pelo encontro com o TDA, que se acha na direção peça-ponto de regulação.

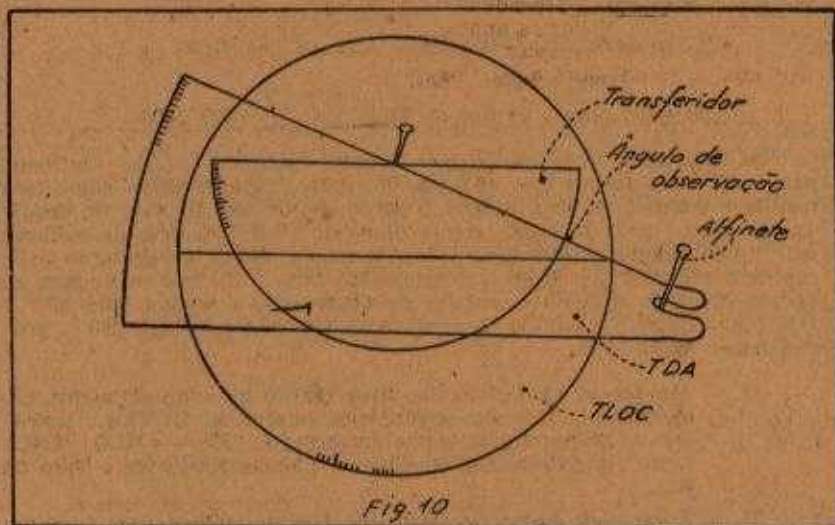


Fig. 10

A CT conduzirá o tiro até que sejam determinadas a direção correta (DK) e a alça de regulação (ARG).

O CLF determina, aproximado para o número par imediato, o valor de $1/2$ s (metade do fator "s"), lance em direção para a peça, correspondente a um aumento ou diminuição de 100 — ao longo da L. Obs.,

O $1/2$ s corresponde, portanto, a 50 m de mudança de AL ao longo da L. Obs. e é obtido numa tabela em função do ângulo de observação "T" e da distância de tiro, (DT) e informa ao Calculador.

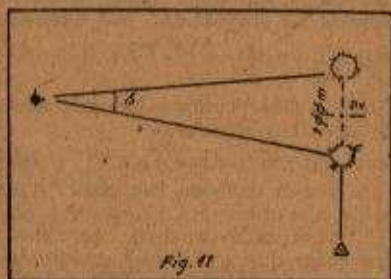


Fig. 11

A DK é obtida quando se quebra um enquadramento de 2" em direção, quando se obtém um tiro NA, ou quando, com os mesmos elementos, são observados PL DR e PL ES; este último caso pode acontecer, quando se está realizando a melhora por meias séries de 3 tiros. Para a determinação da DK, o Calculador altera a DER, no sentido conveniente, de um valor igual a $1/2$ s, até que seja obtido um enquadramento em direção. Obtido o enquadramento, ele é quebrado até obter-se a conveniente DK.

Ex.: Bia. ES — $1/2$ s = 8"

1º tiro de MLH c/DER 2690..... C — PLD

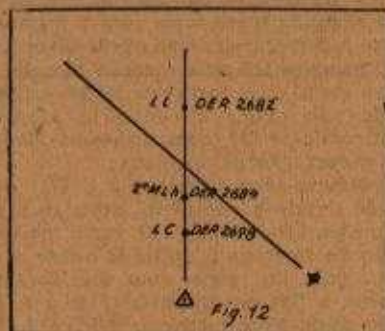
lance a fazer: ES. 8

Comando para o 2º tiro da MLH..... DER 2698

Os tiros da fase de ensaio que tiverem caído na L. Obs. definem, para a CT, o plano de tiro de cada um deles; a apreciação desse fato facilita a conduta de tiro, porque o plano de um tiro da fase de ensaio (na L. Obs.) pode fornecer, com o plano do 1º tiro da fase de melhora um enquadramento menor que $1/2$ s, tornando, então, a regulação mais rápida e econômica. Dado o emprego do fator "d", essa vantagem só poderá ser útil, quando o ângulo de observação é menor que $500''$. Isso posto, quando o ângulo de observação for menor do que $500''$, proceder-se-á assim:

- I — Anotam-se as derivas dos tiros limites de enquadramento em alcance, da fase de ensaio, que caírem na L. Obs., tipicamente representados pelas correções: "RD — ALO (ENC) tanto", e determinam-se-lhes os planos, conforme o lado da Bia.;
- II — Anota-se a deriva do 1º tiro da fase de melhora que forneceu a observação de um plano de tiro;
- III — Compara-se a diferença entre as DER anotadas acima e o valor do $1/2$ s;
- IV — Adota-se o enquadramento menor que $1/2$ s (proveniente do item III) se existente, ou procura-se o enquadramento por lances de $1/2$ s.

Ex.: Bia. DR — $1/2 s = 8''$ — $T = 400''$



DER limites de enquadramento de 100 m.

Límite L DER 2682 PL DR

Límite C DER 2698 PL ES

DER do 1º tiro da MLH :

DER 2684 OBS. : PL ES

Estaria terminada a regulação de direção porque já se teria obtido um enquadramento de $2''$, faltando, apenas, quebrá-lo :

1º tiro da MLH DER 2684 PL ES

Límite L da fase de ensaio DER 2682 PL DR

Diferença $2''$

obteve-se um enquadramento menor do que $1/2 s$; — o lance em direção seria : DR 1 e o comando para o 2º tiro da MLH : DER 2683, que é a DK.

Os tiros seguintes poderiam ser dados em rajada, dependendo da regulação do AL.

Se, entretanto, o 1º tiro da MLH fôsse observado L — PL DR, teríamos de continuar a regulação da direção, porque :

1º tiro da MLH DER 2684 PL DR

Límite C da fase de ensaio DER 2698 PL ES

Diferença $14''$

Foi obtido um enquadramento maior que $1/2 s$. O lance em direção seria ES8 e o comando para o 2º tiro da MLH : DER 2692.

A alça de regulação (A RG) é determinada após a observação de alcance de 6 tiros, realizados tiro a tiro (Q1) ou em duas meias séries de 3 tiros (Q3). A fórmula para a determinação da A RG é :

$$COR = \frac{N \text{ de tiros C} - N \text{ de tiros L}}{12} \times \text{garfo.}$$

Esta fórmula dá, diretamente, o sinal da correção a fazer.

Na procura da A RG podem surgir os seguintes casos :

- I — A primeira meia-série de 3 tiros, forneceu tiros C e L — atira-se a segunda meia-série com a mesma alça e, sobre esta alça, faz-se a correção indicada pela fórmula, a fim de obter-se a A RG ; atira-se Q3 se a direção já estiver assegurada ;
- II — A primeira meia-série forneceu 1C 1L e 1NO — se a regulação da direção não exigir o contrário, completa-se a série de 6 tiros, atirando-se Q4, com a mesma alça e, sobre esta alça, aplica-se a correção da fórmula ;
- III — A primeira meia-série forneceu 3 C (L) — se a regulação da direção não exigir o contrário, atira-se a segunda meia-série Q3, com a alça alterada de 1/2 garfo, no sentido conveniente. A correção da fórmula é aplicada sobre a alça média fictícia, isto é, a média das alças com que foram atiradas as duas meias-séries, a fim de determinar-se a A RG ;
- IV — A primeira meia-série forneceu 1 NO e 2 C (L) ; completa-se a primeira meia-série, atirando-se Q1 ; o procedimento posterior recairá num dos casos anteriores ;
- V — As primeira e segunda meias-séries dão tiros no mesmo sentido ; fazem-se tantos lances de 1/2 garfo quantos forem necessários para enquadrar o objetivo. Aplica-se a correção da fórmula sobre os 6 últimos tiros que enquadraram o objetivo ;
- VI — Obteve-se um tiro NA — atira-se Q tanto (número de tiros que faltar para completar 6). A correção da fórmula é aplicada, considerando-se o tiro NA como 1 C e 1 L, sobre a alça que deu o tiro NA, ou sobre a alça média fictícia, se houver uma primeira meia-série com tiros no mesmo sentido ; o divisor da fórmula continua a ser 12.

Sempre que for mudada a espécie de tiro, o CLF informa o Observador.

Obtidos 6 tiros observados em alcance, a regulação estará terminada quanto a este elemento, podendo, contudo, não acontecer o mesmo com a direção. Nesse caso, aplica-se a correção da fórmula sobre a alça e continua-se atirando até satisfazer-se uma das condições de DK. A observação continua a ser feita da mesma maneira e far-se-ão alterações na alça, cada 6 tiros observados em alcance. Se a DK for obtida antes de completarem-se 6 tiros observados em alcance, essas observações são desprezadas, nenhuma alteração sendo feita na alça. A correção a ser feita na alça, após a segunda série de 6 tiros é obtida, aplicando-se a fórmula já conhecida, e tomando-se a metade do valor que ela fornecer. Após a 3ª série, aplica-se uma correção igual a 1/3 e, após a 4ª e subsequentes, igual a 1/4.

Quando a observação for axial ($T \leq 100''$), o CLF, em vez de informar o lado da Bia. ao Observador, dirá "Axial, envie correções de direção".

O Calculador obtém as correções para as peças, utilizando a escala Frente 100 j. da TGT".

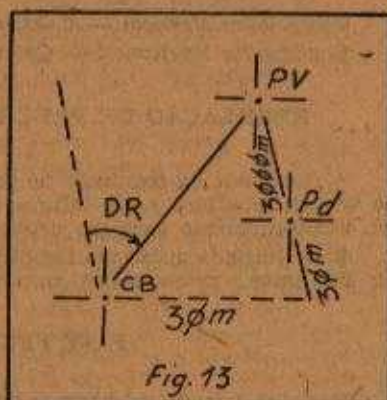
Terminada a regulação o CLF comandará para a LF "Repousar na Vigilância" (REP DER V) ou "Repousar nesses elementos", ou "Repousar".

Torna-se necessário, agora, o seguinte procedimento : o PV não vai ser mudado no P.T.O. ; o CB vai ser locado em função da peça que regulou. Para isso :

a) O Calculador fornece ao Controlador-Ajustador o seguinte :

- a deriva de regulação (DER RG) referente ao CB, isto é, a deriva de regulação da peça que regulou, alterada da paralaxe do PV em relação à linha PD — CB ;

- o lançamento de regulação (L RG) referente ao CB, isto é, o lançamento de regulação da peça, alterado da paralaxe do PV em relação à linha PD — CB;
- o alcance de regulação (AL RG) referente ao CB, isto é, o alcance da regulação da peça que regulou, alterado da distância existente entre o CB e a referida peça, paralelamente à direção do tiro.



Ex.:

DER V	2600
L CZA	5800
DER RG PD	2620
AL RG	3000

$$\text{Paralaxe} : \frac{30}{3} = 10''$$

O Calculador daria os seguintes elementos ao Controlador-Ajustador:

DER RG	(2620 — 10)	2610
L RG	(5800 — 20) + 10	5790
AL RG	(3000 + 30)	3030

- quando a PD está à esquerda do CB, somar a paralaxe para obter a DER RG, referente ao CB e diminuir a paralaxe para obter o L RG, referente ao CB;
- quando a PD está à direita do CB, diminuir a paralaxe para obter a DER RG do CB e somar a paralaxe para obter o L RG, referente ao CB;

b) O Controlador-Ajustador de posse dos elementos acima vai:

- orientar o T. Loc., segundo o L RG, referente ao CB;
- locar o CB, marcando ao longo da linha 0-32 do T. Loc., o AL RG, referente ao CB — PV;
- regraduar o T.D.A., no que diz respeito às derivas de vigilância, para a centena mais próxima da DER RG, referente ao CB;

Ex.: DER V 2600

DER RG 2540 regraduar o bordo do T.D.A. a partir de 2500.

- colocar o T.D.A. segundo a linha CB-PV;
- construir um índice de leitura das derivas em frente à DER RG, referente ao CB; esse índice servirá para todas as leituras posteriores.

Em qualquer caso, por causa da nova concepção de não mudar-se a posição das balizas de referência das peças e só comandar-se "Nova Vigilância Inscrever" (VNI) excepcionalmente, é necessário colocar-se

um alfinete para servir de índice de leitura das derivas, em vez de traçar-se a extensão de vigilância.

Quando o Grupo agir centralizado, o procedimento é o mesmo para a CT do grupo. Regulando a 2ª Bia., funcionará o Controlador-Ajustador e o Calculador da 2ª Bia. (CAJ — C2); se houver necessidade de regularem, também, às 1ª e 3ª Bias., funcionarão, respectivamente, os conjuntos:

Controlador Vertical — Calculador da 1ª Bia. (CV — C1) e
Controlador Horizontal — Calculador da 3ª Bia. (CH — C3).

REGULAÇÃO DE PRECISÃO DO TIRO DE TEMPO

A finalidade da regulação de precisão do tiro de tempo é a obtenção do tempo de altura nula (altura de arrebitamento correspondente a um arrebitamento para um determinado AA ou PV).

Ela é iniciada após uma regulação percuteute de precisão e divide-se em três fases: preparatória, ensaio e melhora.

FASE PREPARATÓRIA

Termina quando é obtido o tempo de altura nula, tabelado para a trajetória do momento, de um determinado alvo. Uma vez que o tempo de altura nula tabelado só pode ser obtido quando a regulação percuteute está terminada, conclui-se que a fase preparatória termina quando é obtida a alça de regulação.

A conduta do tiro, nesta fase, é idêntica à da regulação percuteute de precisão. Apresentam-se, somente, pequenas diferenças nas mensagens iniciais trocadas entre o Observador, a CT e a L.F.

No Observatório:

O Observador na mensagem inicial para a CT, dirá, quanto ao tipo de regulação: "Regulação tempo sobre tal ponto", e a mensagem será:

AQ 02 — MT — L 5300 — AS CZA. — RG TE SB AA — REG.

Sua conduta é perfeitamente igual à da regulação percuteute de precisão.

Na CT da Bia.:

Dois casos podem apresentar-se:

- 1) a munição a utilizar é a brasileira; as espoletas de tempo (TE) e instantânea (EI) apresentam a mesma forma e peso, não acarretando modificações à trajetória o emprego de uma pela outra. Utiliza-se, então, na regulação percuteute a EI, só se passando à TE no início da regulação, propriamente, do tempo. A resposta da CT para o Observador, será:

PT — EX EI — RG TE SB AA1 — 02 Q1 — QP.

O comando inicial para a LF é o mesmo da regulação de precisão:

02 AT — RG — EX 5 EI — DER 2600 — S 300 — SO 02 Q1 A 215.

- 2) a munição a utilizar é a americana — a TE difere da EI na forma e no peso, alterando a trajetória, conforme se empregue uma ou outra. Neste caso, a regulação percuteute é iniciada já com a TE e a resposta da CT para o Observador, será:

PT — EX TE — RG TE SB AA1 — 02 Q1 — QP.

O comando inicial para a LF, ficará :

02 AT — RG — EX 5 TE — DER 2600 S 300 — SO 02 Q1
A 215.

A atuação da CT é, também, integralmente a mesma da regulação percussiva de precisão.

FASE DE ENSAIO

O objetivo da fase de ensaio é a obtenção do tempo de ensaio, ou seja, o tempo médio de dois tiros, um em tempo (TE) e outro em percussão (PE), diferentes de 0,4 de segundos. É conduzida Q1.

No Observatório :

O Observador será alertado pela CT : "RG TE" e observará, tão somente, TE ou PE, transmitindo essa observação à CT.

Na CT da Bia. :

O CLF alerta o Observador "Observe TE" ou "RG TE" (Q1, se o mecanismo da MLH foi Q3). O Calculador obtém, na TGT, o tempo de altura nula tabelado para a trajetória correspondente ao AL RG e envia o comando para a LF : "TE tal — A tanto".

A observação do 1º tiro importará, sempre, em uma modificação de 0,4 de segundos no tempo registrado ; para mais, se a observação foi TE ; para menos, se foi PE. Fazem-se tantos lances de 0,4 de segundos, no sentido conveniente, quantos forem necessários para mudar a observação do tiro ; obtido isso, a fase de ensaio estará terminada e o tempo de ensaio será o tempo médio dos dois tiros, um TE, um PE, diferentes de 0,4 de segundos.

FASE DE MELHORA

A fase de melhora tem por fim a obtenção do TE RG, isto é, o tempo de altura nula, do momento, para um determinado alvo.

Para obtenção do TE RG é necessário a observação de uma série de 8 tiros, atiradas em duas meias-séries de 3 tiros (Q3), se a espoleta for de misto. Quando for usada a espoleta mecânica (mecanismo de relojoaria), 4 tiros serão suficientes ; fazem-se duas meias-séries de 2 tiros (Q2).

No Observatório :

O Observador continua observando TE ou PE, enviando as observações englobadas, após cada rajada.

Na CT da Bia. :

A CT determinará o TE RG, utilizando a seguinte fórmula, que nos dá, diretamente, o sinal da correção :

$$\frac{N. \text{ de TE} - N. \text{ de PE}}{2 N. \text{ de tiros dados}} \times 0,4 \text{ seg.}$$

dada a 1ª meia-série de 3 (2) tiros, pode acontecer que :

- 1) A 1ª meia-série seja enquadrante, isto é, forneça 3 tiros, no caso da espoleta de misto, ou 2 tiros, no caso da espoleta mecânica, dos quais se tenham as observações TE e PE — atira-se a 2ª meia-série com o mesmo tempo da 1ª e aplica-se a correção da fórmula ;
- 2) A 1ª meia-série forneceu 3 (2) TE — atira-se a 2ª meia-série Q2 (Q1), com o tempo da 1ª meia-série aumentado de 0,2 de segundos e considera-se o tiro PE, limite do enquadramento da fase de ensaio ; aplica-se a correção da fórmula sobre a média dos tempos com que foram atiradas as duas meias-séries ;

- 3) A 1ª meia-série forneceu 3 (2) PE — atira-se a 2ª meia-série Q2 (Q1), com o tempo da 1ª meia-série, diminuindo de 0,2 de segundos e considera-se o tiro TE, limite de enquadramento da fase de ensaio; aplica-se a correção da fórmula sobre a média dos tempos com que foram atiradas as duas meias-séries;
- 4) A 1ª meia-série forneceu ITE, IPE e INO ou NV (caso da espóleta de misto) — atira-se Q4, completando-se a série de 6 tiros, com o mesmo tempo da 1ª meia-série; aplica-se a correção da fórmula sobre o tempo com que foram realizados os tiros;
- 5) A 1ª meia-série forneceu 2 (1) TE (PE) e 1 NV ou NO — completa-se a 1ª meia-série, atirando-se Q1. O procedimento para a 2ª meia-série recairá num dos casos precedentes.

A CT informará, sempre, ao Observador, a mudança da espécie de tiro.

Para a LF, o Calculador enviará: TE, espécie de tiro e alça, que será, sempre, a da regulação percutente.

Obtido o TE RG, a CT informará ao Observador: "Regulação terminada" (RG T).

A regulação feita da forma exposta não é suficientemente precisa para tiros de surpresa, nas proximidades de tropas amigas, em face do número limitado de tiros empregados para a determinação do TE RG.

Quando houver necessidade de desencadear-se tiros nessas condições, o TE RG deve ser verificado num alvo próximo, e quando isto não for possível, a regulação deve ser feita com duas séries de 6 (4) tiros, divididas em 2 meias-séries de 3 (2) tiros.

Terminada a primeira série (6 ou 4 tiros), é feita uma ajustagem no tempo e, com este tempo ajustado, isto é, o TE RG determinado, a segunda série é atirada.

Sobre esta segunda série é aplicada metade da correção indicada pela fórmula para a obtenção do TE RG.

Neste caso, pode aparecer o TE RG múltiplo de 0,05 de segundos, devendo esta precisão ser observada na ajustagem da régua ou no cálculo da correção do tempo.

Verificação — Se na série de MLH da regulação do tempo houver apenas 1 PE e os arrebitamentos TE estiverem próximos do solo, o resultado é considerado satisfatório e não exige verificação.

Se na série de MLH houver apenas 1 TE e nele não pudermos confiar, pois poderá ter sido um arrebitamento anormal, a MLH deve ser verificada com a repetição de uma outra série de 6 (4) tiros, em duas meias-séries de 3 (2) tiros, iniciada com o tempo ajustado da primeira meia-série.

Atirada a primeira meia-série (3 ou 2 tiros) da segunda série, três casos são possíveis:

- se resultarem TE e PE, realizar a segunda meia-série de 3 tiros com o mesmo tempo anterior, e o TE RG será computado da mesma forma que na melhora de 12 tiros;
- se os três tiros forem TE, seguir o procedimento do caso anterior;
- se os três tiros forem PE, o TE RG anterior é desprezado. Faz-se uma alteração de 0,2 de segundos para menos e atira-se a segunda meia-série que:
- se der um TE, nos dará para TE RG a média dos tempos com que foi realizada a última série de 6 (4) tiros;
- se der todos PE, nos indicará que devemos voltar à fase de ensaio.

PROBLEMAS DE PESSOAL NO EXÉRCITO

GENERALIDADES

Pelo Cap. NAZARENO FORTES DE BRITO, do
Curso de Classificação de Pessoal

"O Capitão Nazareno fez um interessante resumo das finalidades, ou melhor dos ideais que consubstanciam a objetividade do Curso de Classificação de Pessoal. Foi feito ao realizar este seu substancial trabalho, pois a divulgação dos esforços feitos por camaradas do Exército, para melhorar as condições do seu pessoal, tarde ou cedo há de merecer um justo prêmio:

- melhor compreensão entre chefes e subordinados.
- maior eficiência no trabalho individual e coletivo nas Forças Armadas."

Em, 4-9-950 — Ten.-Cel. Iracy Ferreira de Castro.

Sob a égide deste título um estudioso dos problemas básicos do Exército poderia escrever muitos volumes, porque as atividades militares reúnem em si toda a gama de experiências e conhecimentos a que se tem dedicado os homens desde os seus primórdios. Generalizando um tanto audaciosamente podemos dizer que o progresso espiritual e material dos povos é norteado pelo móvel comum de sobrevivência, cuja garantia, aprenderam eles, é corolário da maior ou menor potencialidade das suas Forças Armadas. Avançando um pouco mais chegamos à conclusão de que a paz é em realidade um período "inter-bellum" de preparação para a guerra, no qual estimulados pela certeza de uma futura disputa, os homens aperfeiçoam as experiências vividas, sistematizando-nas, desenvolvem novas técnicas, difundem-nas e aguardam o ataque ou adiantam-se a ele conforme a premência de um complexo de circunstâncias econômico-sociais.

E, portanto, no meu entender, a atividade militar aquela que interessa em seu dinamismo absorvente a totalidade das inter-ações humanas, constituindo capítulos e

volumes da própria vida do "homosapiens". Em um escaninho dessa história imensa encontram-se as experiências e idéias que passo a expor:

Em todos os tempos, desde a horda até os super-modernos Exércitos nacionais a atividade guerreira coloca o homem sob três condições: a de líder, a de subordinado e a de companheiro.

Em torno desse trinômio gira a harmonia individual e grupal. E, se quisermos dissecar, aprimorar ou construir algo que diga respeito ao militarismo nos encontraremos diante de ações de mando, reações de subordinados e cooperação horizontal.

A Psicologia Militar, em tempos idos, pelo bom senso, e, hoje em dia cientificamente, tem realizado tentativas de valor positivo e evidente no sentido de obter o ajustamento individual e grupal dos homens, entre si, ao armamento, aos ambientes pacíficos dos tempos normais e aos choques e violências dos tempos de guerra, acorde com os fins a que as sociedades destinam os Exércitos.

Com o advento da máquina e seu grande desenvolvimento sub-

seguinte cresceram em número e dificuldade os conhecimentos especializados. Seguindo o mesmo curso avultaram os problemas da liderança e execução: Novos esquemas de organização, princípios modernos de administração, maior descentralização no Comando e especialização crescente nas funções de execução.

Como em todas as organizações humanas, existe nas Forças Armadas o ideal econômico de obter o máximo rendimento com desperdício mínimo e esse princípio se aplica em nossa profissão a quatro fatores que poderíamos enumerar:

- a) *Seleção e classificação*, pelo aproveitamento das aptidões e capacidades;
- b) *Moral*, ou melhor, relações entre chefes e subordinados, instrutores e instruendos, companheirismo, ideais comuns, etc. (Ajustamento);
- c) *Instrução*, pelo ensinamento de técnicas eficientes;
- d) *Comando*, organização, planejamento, supervisão e controle.

O fator primordial do qual resulta a maior ou menor eficiência do que está implícito nos outros é a *seleção e classificação*. No Exército a multiplicidade de funções, que variam desde o trato de animais e maquinismos, até as de educador, instrutor e condutor de homens, segundo uma escala funcional e hierárquica de responsabilidades crescentes, não pode ser preenchida ao acaso, sem um inicial estudo de aptidões e capacidades. Torna-se impossível a obtenção de um bom moral e disciplina de um grupamento humano se o mesmo é constituído de incapazes e desajustados; que dizer da instrução se os instrutores não são hábeis e aptos para ministrar seus conhecimentos; e do instruendos, quando mental, física e intelectualmente abaixo daquele aprendizado! E o comando? Se deficiente em qualidades essenciais ao desempenho da função provocará a desagregação de todo o grupo sob o seu controle.

Cabe à Psicotécnica cooperar no lançamento dos trilhos da organi-

zação e administração das Forças Armadas e às Ciências Sociais completar a obra de harmonização e intergrupar, — uma parte da análise do trabalho militar e outra cuidando das inter-relações funcionais e conexões com o meio social. Os exemplos históricos comprovam que o conhecimento "natureza humana" foi sempre maior força dos condutores das grandes Exércitos. Muitas das habilidades humanas são hereditárias mas a maioria delas se obtém por recíproca reação indivíduo-ambiente. Compete aos elementos e carregados da Seleção e Classificação de Pessoal apreciá-las por meio de testes de aptidões e capacidades e à administração tratar e orientá-las de forma que tornem eficientes.

"Se não podemos criar homens para a guerra dados os nossos princípios democráticos e naturais tendências para a paz, — precisamos selecionar e adaptar os já existentes, aproveitando suas inclinações estruturais e habilidades da vida civil."

Testes, questionários, entrevistas e outras técnicas adequadas devem ser aplicadas conforme a categoria ou classe de funções que desejamos preencher — tanto mais complexas e diferenciadas quanto mais difíceis e diversas as atribuições que militar vai exercer.

A seleção de chefes exige muito mais apuro. A eles estarão confiadas responsabilidades e tarefas onde a sua personalidade se fará sentir de modo decisivo, como sejam:

- planejamento do serviço, orientação e treinamento dos subordinados;
- divisão adequada do tempo disponível;
- desenvolvimento do espírito militar;
- interesse permanente pelos problemas gerais do Exército, da sua Unidade e dos indivíduos que a compõem;
- administração do trabalho mediante ordens lógicas, simples, precisas e concisas, de tal maneira que os subordinados reco-

- nheçam a sua autoridade como um companheiro mais velho e possuidor de conhecimentos acima dos seus;
- obtenção da confiança pela dedicação ao trabalho, bom exemplo, entusiasmo, e interesse pelo serviço;
- estímulo aos bons servidores através de elogios sinceros e críticas construtivas;
- cultivo da lealdade como virtude essencial às classes armadas;
- estímulo à cooperação, animando aqueles que apresentam sugestões e cultivando o espírito de iniciativa;
- delegação de atribuições dentro das possibilidades de cada um;
- conhecimento profundo da arte militar pelo menos dentro do seu escalão;
- aptidão social para conciliar atritos, choques hierárquicos e funcionais, recebendo de um modo impessoal e destituído de preconceitos todas as queixas, porque nelas há sempre aspectos que precisam ser analisados;
- manter o domínio de suas faculdades, mesmo nas situações críticas;
- análise de suas decisões partindo sempre dos efeitos que possam causar sobre os que nelas estão interessados direta ou indiretamente;
- justiça branda, colimando sempre como fim o ajustamento e não aplicação apriorística e simplista dos artigos regulamentares;
- assunção das responsabilidades que lhe caibam;
- manutenção do trabalho diário dentro do ritmo preestabelecido;
- o desenvolvimento de questões atuais mediante a formação de seminários (discussão dirigida);
- aprêço aos subordinados pelas referências feitas a eles em conversas com elementos estranhos à corporação;
- acompanhamento da conduta do subordinado, "vis a vis" ou através da informação dos órgãos encarregados;

- conjugação dos diversos setores de atividades pela aproximação de interesses complementares, etc. Estes muitos outros são atributos que devem aparecer quando é feita uma rigorosa seleção de elementos para o comando.

Por outro lado, o recrutamento da massa de soldados (executantes), abrangendo classes inteiras, proporciona às repartições encarregadas de pessoal do Exército, material humano de todos os níveis mentais, portadores de qualidades e deficiências inatas ou adquiridas nos convívios caseiro, profissional e social anteriores. Não havendo na escolha de convocados razões de ordem econômica, — principal motivo de protecionismo — é possível atingir-se a uma seleção racional seguindo a seqüência:

- a) estudo de tarefas e funções;
- b) provas de nível mental e habilidades;
- c) provas determinantes do temperamento e do caráter;
- d) classificação inicial.

Esse último processo continua mais tarde, completado por uma constante reclassificação, a proporção que a instrução aumenta a capacidade dos instruídos e novas especialidades aparecem pela combinação e aprimoramento das diversas habilidades. É este um prolongamento do trabalho de seleção e classificação que possibilita a organização de grupos homogêneos de instruídos e como consequência maior rendimento na instrução.

O problema do pessoal convocado, entretanto, não se atém ao aproveitamento de aptidões, conhecimentos trazidos e ensinamentos a ministrar; o ajustamento ao novo ambiente, a entrosagem do recruta na trama da organização, seus deveres, a imposição de uma rotina que lhe é estranha, etc., é algo que a Psicologia e só ela poderá orientar. Sendo os tipos humanos tão diferentes, pouco conhecedores de si mesmos e das pessoas com que convivem, é questão das mais complexas a sua adaptação ao "desideratum" e à finalidade do Exército. Nem sempre as motiva-

ções que apresentam a esses homens são suficientes para debelar conflitos interiores e resolver as necessidades concretas de cada um. Por mais rigorosa e justa que seja a seleção, por mais lógica que seja a classificação, fatores circunstanciais na vida da caserna ou em campanha, provocarão desequilíbrios, frustrações e desapontamentos. Por esta razão os conhecimentos de "psicologia aplicada à vida e ao trabalho" precisam ser difundidos, principalmente entre os chefes no que respeita ao trato com os homens. Enquanto deixarmos a orientação da conduta a cargo do bom senso indefinido e empírico, haverá perda de energias humanas e índices de desagregação.

Para exemplificar, aí vão observações que podemos fazer diariamente na rotina do serviço militar.

Não raro nos defrontamos com os chamados tipos insuportáveis como sejam:

- o eterno reclamador (Jeremias);
- o ludibriador que inventa desculpas para não realizar um determinado serviço;
- o egoísta, que encara todos os problemas subjetivamente, e se irrita quando obrigado a fazer algo que não aprecia;
- o sistemático depreciador das tarefas e realizações alheias;
- o desconfiado e descontente que ora se julga acima de certos trabalhos ou prejudicado pela falta de oportunidades para sobressair-se em outros;
- o absorvente que toma a si as tarefas alheias em vez de executar as que lhe são destinadas;
- o esperto que se engalana com a exploração do trabalho e dedicação dos outros;
- o bajulador que, geralmente incapaz de realizar algo de útil, se defende na vaidade de seus companheiros e superiores;
- o irresponsável que transfere a outros suas responsabilidades sem uma razão lógica ou funcional;
- o mentiroso e desonesto;
- o relaxado que não zela pelo material que lhe é distribuído;

- o exclusivista que só admite o seu modo de fazer as coisas;
- o tímido e descontrolado que serve de chacota aos outros e se submete às mais absurdas imposições;
- o intrumetido que sempre tem um palpite a dar nos assuntos alheios;
- o perseguido que jamais se julga bem apreciado pelos outros;
- o ameaçador e agressivo que pretende subjugar a todos pelo grito e pela força física;
- o ardiloso que faz intrigas, joga uns contra os outros, e surge ao fim como o herói da conciliação;
- o contemplativo que não toma conhecimento dos demais, vivendo o mínimo indispensável da rotina com o corpo e outra vida imaginária e fantástica com a mente. Enfim, existe um número bem avultado de tipos desajustados que mais ou menos se aproximam do extremo esquerdo da curva da personalidade quando referidos à distribuição normal.

Se apurarmos cada uma das expressões desta subnormalidade, uma vez que ocorrem entre indivíduos considerados normais, encontraremos a ação negativa que as provocou. Prováveis frustrações segregam esses homens da harmonia ambiental. Quando isto ocorre, comumente buscam-se recursos extremos de sobrevivência nos impulsos, instintos, reflexos de autodefesa adquiridos e na imaginação espontânea ou provocada.

Parece por vezes haver um verdadeiro regresso à infância ou à animalidade que se processa através dos complexos, tortuosos e deformados caminhos das "vivências" passadas. Inicialmente os impulsos e hábitos positivos (nutrição, combate, orgulho, agregação, imitação, simpatia, auto-exibição, bondade, veneração, admiração, etc.) procuram compensar o desequilíbrio mantendo-o no grupo, com o tempo os fatores negativos dominam a personali-

dade (fuga, ocultação, auto-humilhação, etc.) acabando por desagregar a consciência e destruí-la. Podemos citar entre frustrações mais comuns em nosso meio as seguintes:

- desinteresse dos chefes e dos companheiros pelos problemas pessoais alheios;
- crítica violenta ou maliciosa em lugar do ensinamento motivado;
- indiferença pelos bons serviços prestados;
- uso indiscriminado da força hierárquica ou física;
- demonstração de desconfiança;
- parcialidade nos julgamentos;
- falta de oportunidade para realizar desejos mínimos;
- desdém pelas queixas justas;
- oscilações no temperamento dos chefes;
- incerteza do próprio valor, deveres sem motivação suficiente, etc.

Se não é possível impedir tão grande mal tentemos ao menos reduzi-lo com o nosso trabalho sadio e honesto. Começemos pela seleção dos futuros quadros, aplicando nas Escolas Militares e nos quartéis técnicas de seleção e classificação apropriadas. Difundamos as aplicações práticas de Psicologia em nossa classe, mediante a introdução desse curso no currículo dos educandários do Exército. Concomitantemente empreendamos as investigações e pesquisas que apontarão a terapêutica de recondução daqueles que ainda não se perderam completamente.

Em um relance bastante singelo e superficial, é esta a impressão

que tenho dos *problemas de pessoal no Exército*, cuja solução merece as maiores atenções.

Os novos cursos e estágios, onde se especializam oficiais para o desempenho de funções, como por exemplo: analistas do trabalho, classificadores de pessoal, orientadores da instrução, organizadores de provas, assistentes sociais, condutores de opinião e da propaganda, e muitas outras semelhantes, representam o início de uma nova etapa na evolução do Exército Nacional. Os frutos desse aprendizado hão de surgir, creio eu, brevemente, quando equipes de pesquisadores, movidas pela crença de que as Forças Armadas representam papéis preponderantes na integridade nacional puderem, Brasil a dentro, aplicar os seus conhecimentos.

Da observação, experimentação, e generalização de resultados poderão ser descobertas as causas individuais ou decorrentes do meio, que motivam a conduta humana e, só então novas normas, estatutos e leis advirão com o fim de assegurar maior eficiência, elevação moral e bem-estar na vida militar.

Os modernos Exércitos não prescindem de laboratórios de experimentação psicológica, onde técnicos militares e civis se dedicam à investigação dos múltiplos aspectos da natureza humana. Estou certo de que também teremos o nosso e só então poderemos enfrentar problemas de pessoal dizendo como Rudyard Kipling: "tenho comigo seis servos leais que me ensinaram tudo que aprendi. Os seus nomes são: o que, porque, quando, como, onde e quem".

ARMAZÉM ALVES

Ramiro Alves

Rua Ermelinda n. 46 — Miguel Couto — Estado do Rio

CORÉIA

Cap. TACITO THEOPHILO

O estímulo de alguns camaradas fez-nos voltar, ao findar o oitavo mês de guerra na Coréia, para mais alguns despretenhosos comentários acérca da luta na loginha península. Agora, porém, já é possível distinguir as diversas fases que caracterizam as ações das forças das Nações Unidas; será, pois, buscando este critério que tentaremos alinhar a descrição dos acontecimentos e as considerações consequentes.

1ª FASE: AÇÃO RETARDADORA

"O recurso à ação retardadora geralmente significa preparação ainda incompleta para o combate ou reconhecer superioridade inimiga. Sua finalidade é ganhar tempo, evitando uma ação decisiva. Pode ser empregada nas fases iniciais da batalha, com o fim de garantir o tempo necessário ao emprego conjunto de toda a força". C-100-5 (Operações).

As primeiras unidades americanas chegadas à Coréia, no valor de duas Companhias, foram imediatamente lançadas em combate, na região de Osan, chocando-se com uma tropa aguerrida e superiormente armada; o recuo foi inevitável. Em Pyongtaek, a pressão frontal, seguida da ameaça sobre os flancos, obrigou a nova retirada. A queda de Chochiwon teve consequências mais graves, já que deixou exposta a estrada principal de suprimentos dos sul-coreanos que

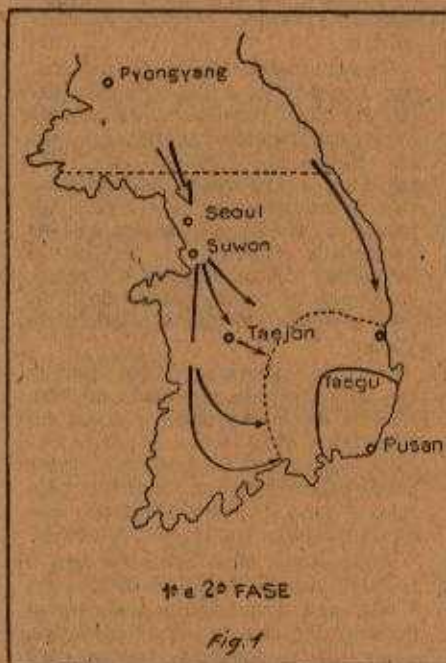
combatiam mais a N.E. O retraimento de Taejon, cercada, foi dramático.

Vimos, assim, dia a dia as tropas americanas e sul-coreanas recuando mas disputando denodadamente cada palmo de terreno, numa típica ação retardadora. No entanto, a desproporção, qualitativa e quantitativa, dos meios em presença, era de tal ordem que os vermelhos conseguiram facilmente desbordar a posição do Rio Kum e, ganhando as terras planas do S.W. da península, ameaçar o porto de Masan.

Embora sujeita a críticas, parece ter sido acertada a decisão de Mac Arthur de ir lançando a tropa na fogueira à medida que ia sendo desembarcada. O tempo era fator primordial e esperar constituir pelo menos uma Grande Unidade, naquela ocasião, seria desperdiçá-lo.

Além disto, só o contacto com o inimigo possibilitaria conhecer sua força, seu armamento, sua tática de emprego das pequenas unidades, etc.; urgia, portanto, buscar esse contacto desde o mais cedo e o mais longe possível. Logo se tornou evidente: a necessidade de uma arma anticarro mais eficaz que pôde ser levada a tempo — a bazooka 3.5 para o combate aproximado e o projétil de 90 mm para os carros Pershing; a vigorosa ação de infiltração dos agressores, apoiados por uma insidiosa quinta-coluna; a feição especial da luta em que as levas de refugiados arrastavam, de permeio, numerosos guerrilheiros.

Resultado das operações: os norte-coreanos, apesar de manterem a iniciativa das operações, alongaram demasiadamente suas linhas de transporte e não alcançaram o envolvimento almejado; as tropas das Nações Unidas conseguiram trocar espaço por tempo e, deste modo, não só levar valiosos reforços como recuperar algumas unidades sul-coreanas; além do domínio do mar obtiveram a absoluta supremacia no ar.



2ª FASE: DEFESA DE PUSAN

"A finalidade geral do combate defensivo é ganhar tempo enquanto se aguarda o desenvolvimento de condições mais favoráveis para empreender a ofensiva, ou economizar tropas em uma frente com o propósito de concentrar forças superiores para obter a decisão em outra parte qualquer". C-100-5 (Operações).

Enquanto se processava a ação retardadora das tropas das Nações

Unidas ao longo do eixo rodoviário Taejon-Taegu-Pusan, o flanco leste encontrou apoio no Mar do Japão; quanto ao flanco oeste, desbordado, teve que ser rebatido violentamente e se veio apoiar na costa sul. Estava, assim, traçado o perímetro defensivo que, apesar das mudanças por que havia de passar, permitiria a defesa de Pusan.

O combate defensivo em torno dessa cabeça de praia se caracterizou pelo aspecto dinâmico que lhe imprimiu o Gen. Walker — valoroso comandante do VIII Exército. Assim, tão logo deteve o avanço inimigo em direção a Masan, lançou um "ataque de objetivo limitado", com o Destacamento Kean, que teve como resultado firmar nas praias o flanco sul ameaçado. Valendo-se da iniciativa das operações os vermelhos tentavam romper o dispositivo defensivo; os eixos rodoviários de Pohang-Pusan, Taegu-Pusan e Chinju-Pusan eram os escolhidos preferencialmente para seus ataques; ora num, ora noutro, surgia uma séria ameaça; através do Rio Nakdong sucessivas cabeças de ponte eram estabelecidas. Walker, aproveitando-se das suas linhas interiores e da mobilidade das suas tropas recava-as de uma para outra frente; deste modo, detinha a progressão inimiga, reduzia ou continha suas cabeças de ponte; para desorganizar as concentrações assinaladas empregava a contra preparação aérea, se assim podemos chamar aos bombardeios de saturação, sobre as tropas, no campo.

Resultado das operações: ao finalizar a fase, a iniciativa ainda era mantida pelos norte-coreanos mas tornara-se visível o desgaste das suas tropas e a dificuldade de seus reabastecimentos, devido aos ataques aéreos às suas linhas de transporte; sabendo-se que nessa ocasião empregava cerca de 15 Divisões pode-se admitir que já tivesse empenhado quase toda sua reserva. Quanto às forças das Nações Unidas, receberam maiores reforços e acumularam meios poderosos na cabeça de praia que, embora

bastante reduzida, assegurou a posse de Pusan e outros portos de menor importância.

3ª FASE: CONTRA OFENSIVA

"As operações anfíbias consistem numa ação combinada terrestre, naval e aérea, a fim de desembarcar em uma praia inimiga tropas suficientes para o estabelecimento de uma cabeça de praia, sob cuja proteção possa ser desembarcada a força necessária para fazer a guerra de tipo normal". C-100-5 (Operações).

Quando os norte-coreanos tentavam seu último e desesperado esforço para romper as linhas defensivas do Gen. Walker, o X C.Ex. realizou o desembarque de Inchon. A "Operação Chromite", como ficou conhecida, havia merecido aprovação da Junta dos Chefes de Estado-Maior desde o começo de agosto; em um mês o Gen. Almond planejou-a, como Chefe do E.M. de Mac Arthur, e a executou, como Comandante do X Corpo. O objetivo da operação era a posse de Seoul — importante nó rodoferroviário que comanda todas as comunicações entre o N. e o S. da península e de inegável valor político como Capital da República da Coreia; sua conquista implicaria, portanto, na retirada imediata das forças que pressionavam Pusan que, do contrário, estariam condenadas ao aniquilamento pela interrupção da sua distendida linha de transporte. Nestas condições o VIII Ex. deveria estar pronto a retomar a iniciativa e lançar-se para o N.

A grande dificuldade da "Chromite" residia na escolha do local de desembarque. Inchon era a região que mais diretamente conduzia a Seoul mas apresentava o grave inconveniente de só dispor de um canal de acesso estreito, de difícil navegação e sujeito a premares de até 10 m, devido a isto o porto só poderia ser utilizado, pelos navios de desembarque, durante quatro horas, na maré alta, significando dizer que em 24 ho-

ras somente oito seriam aproveitadas. Eis porque o Almirante James Doyle, Comandante da Força Naval, dizia: "Inchon é a pior região para um assalto anfíbio mas é, também, a única que permitirá nosso assalto atingir seu objetivo: desembarcar, cortar as comunicações e destruir o inimigo". Convém lembrar que a ilha de Wolmi que se liga a Inchon por um atêrro domina completamente o porto e seus acessos.



3ª FASE Fig. 2

Para ludir o inimigo quanto ao local do desembarque a Aviação e a Marinha atacaram objetivos em ambas as costas; fuzileiros sul-coreanos desembarcaram ao N. de Pohang e em Kusan. A ação em Inchon foi do tipo navio-praia sendo a tropa lançada sobre a ilha de Wolmi, o porto e as praias. Em quatro dias Seoul foi alcançada e o aeroporto de Kimpo assegurado; a 7ª D.I. e os Fuzileiros sul-coreanos, lançados na esteira da 1ª de Fuzileiros, encarregaram-se da limpeza da cidade e da luta contra os guerrilheiros. A utilização do porto permitiu o desembarque diário de 4.000 t de suprimentos; para o aeroporto foram levados 280 especialistas e 215 t de suprimento, no

primeiro dia; estas cifras aumentaram, nos dias subsequentes, a ponto de no quinto dia serem desembarcados 2.400 pára-quedistas com seu armamento, viaturas e reboques.

Da cabeça de praia avançou o VIII Ex.; ao S. de Suwon estabeleceu-se a ligação entre a 1ª D.C. e a 7ª D.I. Seul foi libertada três meses após o início das hostilidades. O avanço prosseguiu para o N. tentando os norte-coreanos organizar uma linha defensiva ao norte do paralelo 38, de Pyongyang até Wonsan, a L.

Resultado das Operações: a brilhante operação de Inchon, posteriormente tão criticada, trouxe inevitavelmente uma reviravolta completa da situação até então existente; a iniciativa, passou para as forças das Nações Unidas; uma grande porção do território, foi libertada; uma parte considerável das forças inimigas, foi destruída ou ficou indisponível para uma ação imediata; o governo da República pôde ser instalado em Seul; o paralelo 38 foi transposto, eliminando-se assim a barreira física entre as duas Coreias. No entanto o grosso da força inimiga conseguiu fugir à destruição completa, graças à sua mobilidade e aptidão para os movimentos noturnos e através do campo; o que não pôde ser retirado para o norte se constituiu em unidades de guerrilheiros atuando audaciosamente na retaguarda. A posição defensiva apresentava uma certa profundidade e muito haveria de retardar o avanço aliado além do paralelo.

4ª FASE: RETIRADA PARA O SUL DO PARALELO 38

"A retirada é o movimento retrógrado pelo qual uma força procura reconquistar sua liberdade de ação. Executa-se segundo um plano bem definido que tem por finalidade evitar um combate decisivo, em face da situação existente.

... a decisão de retirada somente se justifica quando, esgotadas todas as possibilidades de cumprir a missão, for de

prever que a continuação do combate levará a excessivas perdas ou à derrota decisiva". C-100-5 (Operações).

Apesar de lento, o avanço das tropas das Nações Unidas, ao N. do paralelo 38, chegou a atingir em Hyesanjin as margens do Rio Yalu. Os chineses, encontrados ao lado dos norte-coreanos, se diziam voluntários mas se tornavam cada vez mais numerosos.

A 27 de novembro Mac Arthur desencadeou o seu "envolvimento maciço de compressão". A operação consistia num ataque, numa frente superior a 100 km, e tinha por objetivo cerrar sobre a linha fronteira da Mandchúria, em toda sua extensão, destruindo a força adversa ou obrigando-a a abandonar a Coreia. O inimigo havia rompido o contacto e a progressão, inicialmente, foi fácil. Na noite de 29 os chineses lançaram sua contra ofensiva, conseguindo abrir uma brecha e penetrar profundamente no centro do dispositivo do General americano; para fazer face à ameaça, a 1ª Divisão de Fuzileiros atacou na direcção leste-este, sobre o flanco chinês mas foi logo detida. Progredindo rapidamente para o S. os vermelhos isolaram as tropas do X C.Ex. que combatiam a L. das do VIII Ex. que combatiam a W.; isto feito lançando-se em direcções divergentes, procuraram atingir os portos do litoral.

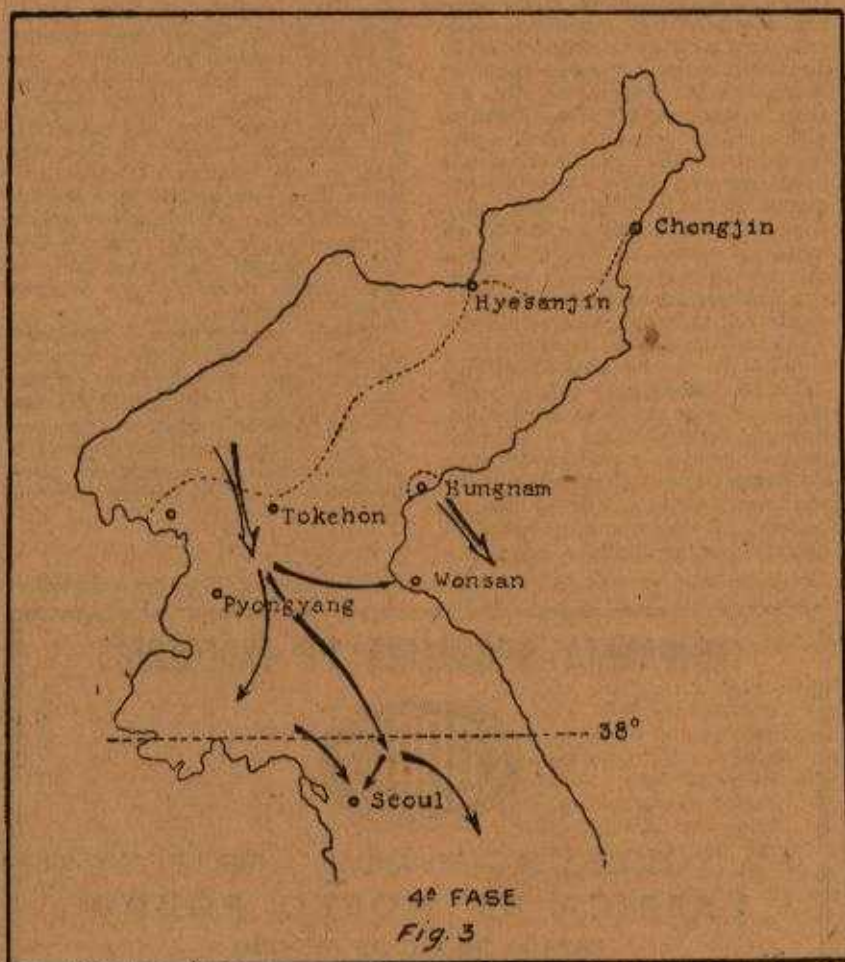
O X Corpo, sob o comando do Gen. Almond, se viu na contingência de abrir caminho à viva força desde a represa de Changjin até à costa. (Almond era o comandante da 92ª D.I. que combateu ao lado da nossa F.E.B., na Itália). Graças ao heroísmo do soldado americano e ao reabastecimento aéreo — que permitiu o necessário suprimento de rações, munições até equipagens de ponte — conseguiram as unidades ameaçadas chegar a salvo ao porto de Hungnam depois de duros combates através de 100 km de estradas tortuosas e propícias às emboscadas. Uma coluna de socorro foi enviada ao encontro dos que se retiravam

conseguindo alcançá-los; para o seu acolhimento e embarque se estabeleceu uma cabeça de praia em torno de Hungnam apoiada por tremenda barragem, na qual cooperaram os navios da esquadra e os aviões de cinco porta-aviões. Pôde, assim, se processar a evacuação na maior ordem tendo a Marinha anunciado que o número de soldados embarcados da 1ª de Fuzileiros, das 3ª e 7ª D.I. e das unidades sul-coreanas foi de 215.000 e o dos civis de 100.000.

Enquanto isto se passava na costa oriental, o VIII Ex. se retirava su-

cessivamente para as linhas Able, abaixo de Pyongyang, e Baker, ao S. do paralelo 38, a fim de reconstituir-se e deter o inimigo.

Resultado das operações: a entrada do chinês na luta cujo término já se avizinhava, ocasionou uma nova mudança de atitude para os contendores. A iniciativa voltou a ficar com os vermelhos e o abalo moral sofrido pelas forças das Nações Unidas chegou a obscurecer a maestria da manobra pela qual se furtaram ao envolvimento e à derrota provável. Do lado chinês, o que se viu foi a paralisação da sua



investida por não ter sabido ou podido alimentá-la convenientemente; não impedindo a retirada do VIII Ex. nem conseguindo o envolvimento do X C. Ex., sua operação não atingiu a finalidade prevista e só serviu para deixar exposta aos ataques aéreos sua distendida linha de transporte. O célebre paralelo 38, no entanto, foi mais uma vez transposto na direção norte-sul.

5ª FASE: A "GUERRA DE MANOBRA"

A derrota das tropas das Nações Unidas ocasionou, como sempre acontece nos momentos difíceis, uma série de críticas à atuação do General que, poucas semanas antes, havia sido aclamado por suas brilhantes vitórias. Dizia-se que o desembarque de Inchon fôra uma temeridade; que a tropa não devia ter transposto o paralelo 38; que o Exército chinês fôra subestimado; que o Serviço de Informações fracassara, etc. O certo é que transpondo ou não o paralelo, subestimando ou não o inimigo, lançando ou não sua ofensiva de novembro, Mac Arthur dependia para o êxito da sua missão, da atitude de Mao Tse-Tung; senão, vejamos: tivesse a intervenção chinesa se verificado em julho, seria possível manter a cabeça de praia de Pusan? Se em setembro, o desembarque de Inchon seria bem sucedido? E se mesmo depois de cessadas as hostilidades, seria pos-

sível detê-la? A todas estas perguntas, responderíamos — NÃO! E isto, simplesmente, porque as Nações Unidas se negam a reconhecer a China como um inimigo cujas bases e depósitos, na Manchúria e além, precisam ser atacadas e destruídas.

O que se verifica na fase atual é como que uma estabilização voluntária. Se bem que as ações ofensivas locais de ambos os contendores ocasionem modificações de maior ou menor amplitude nas linhas estabelecidas através da península parece, que não há interesse de uma operação em larga escala. Um avanço vermelho alongaria suas já muito sacrificadas linhas de transporte; um recuo, ao contrário, privaria as forças das Nações Unidas do mais remunerativo alvo para sua aviação. Eis porque o Gen. Mac Arthur define a sua "guerra de manobra" como uma luta destinada a infligir tais perdas ao inimigo que este se veja forçado a afuir para a Coreia as tropas com que poderia criar novas "coréias" no imenso "front" asiático.

E cedo para prever o resultado da luta, pois, seu desfecho depende do rumo dos acontecimentos na Europa. Até lá, as forças das Nações Unidas poderão continuar a recuperar e a ceder terreno dando motivo àquele pracinha americano para lamentar-se: "até parece que sou um idiota..."

Rio, 18-III-1951.

COMPANHIA BRASILEIRA DE EXPLOSIVOS



RUA DO MEXICO, 98 — 13º ANDAR — RIO DE JANEIRO

FÁBRICA EM MORRO AGUDO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E
SILVA

IV

Os mais antigos precursores do comunismo

Foi, então, nessa fase contraditória vivida pela humanidade desde o Século XVI até princípios do século passado que apareceu o primeiro utopista verdadeiramente notável e o mais antigo precursor das idéias comunistas: Thomaz Morus. Sua obra clássica intitulava-se "Utopia" apareceu em 1518, constituindo uma aplicação da moral dos doutores da Igreja e da filosofia humanista à solução do problema social. Procura estabelecer a organização da sociedade humana, particularmente da sociedade inglesa, na passagem da economia feudal à economia burguesa. Para esse fim, Thomaz Morus imagina um sistema político que é desenvolvido na península seca e árida de Abraxa por um rei que a conquista e transforma numa ilha fértil, logo a seguir designada pelo nome de "Utopia", em homenagem ao próprio rei, Utopus.

Segundo a concepção de seu autor, Utopia, que significa o "país da felicidade", é dividida em 54 distritos autônomos, sob a forma de uma república federativa democrática. Em cada distrito há uma cidade formosa, onde se localizam os centros da administração, do ensino, do comércio, da indústria e outras atividades, sendo os hospitais construídos nos arredores da cidade. Cada distrito abrange uma área de 32 quilômetros quadrados,

mas nenhum deseja aumentar a extensão de seu território, porque os habitantes não se consideram proprietários, porém simples cultivadores do solo.

Os habitantes da ilha, inicialmente ignorantes e pobres, viviam em constantes lutas motivadas por dissensões religiosas. Utopus consegue, entretanto, elevá-los a um alto nível cultural, transformando-os, assim, na nação mais avançada da terra, no povo mais humanitário, de melhores costumes, mais virtuoso, mais próspero e mais sábio do universo. Essa transformação é realizada por meio do comunismo e da educação, no sentido mais amplo do termo, ou, seja da educação que abrange tanto o ensino escolar como a experiência que os homens adquirem no contacto diário com o mundo exterior, com o trabalho, com os bons costumes e as leis. Estas são poucas e, assim, todo o povo as conhece e elas não podem ser falsamente interpretadas.

O governo central da ilha é exercido pelo Conselho Nacional, ou Senado, composto de 182 membros, eleitos pelos distritos, à razão de 3 por distrito. Esse Conselho reúne-se anualmente na cidade de Amaronta, situada no centro da ilha e que é sua capital. Delibera sobre as questões de ordem geral referentes aos negócios e à vida de todos os distritos, apreciando, ain-

da, os assuntos que não tiverem sido resolvidos pelas assembleias locais.

É o Senado, ou Conselho Nacional, que controla as finanças públicas, mas a administração é verdadeiramente exercida pelas referidas assembleias locais, ou governos dos distritos.

Há, com efeito, em cada distrito um "conselho de super-phylarcos", eleito cada um destes por dez grupos de trinta famílias. Em cada distrito existem 6.000 famílias ou fazendas camponesas, constituída cada uma delas, no mínimo, de 40 membros e dois servos. Sua direção cabe a um "pater" ou "mater-família". Trinta famílias reunidas elegem um "phylarco", ou prefeito; forma-se, assim, uma "assembleia dos phylarcos", a qual elige o príncipe, ou presidente do distrito, cargo vitalício, cujo titular governará durante toda a vida, portanto, só podendo ser destituído das funções quando se verifique que procura instaurar uma ditadura. Os "super-phylarcos" reúnem-se de três em três dias e convocam todos os "phylarcos" para que compareçam a suas reuniões. As questões de interesse público só podem ser discutidas nessas assembleias e a violação deste princípio é punida com a pena de morte.

A base econômica da comunidade é constituída pela agricultura e, por isso, cada habitante da ilha deve conhecê-la teórica e praticamente. Um certo número de cidadãos vai, todos os anos, para os campos e uma parte dos agricultores vem para a cidade, de modo que a cidade e o campo se conservam sempre estreitamente unidos. Além da agricultura, em consequência, cada cidadão deve conhecer um ofício, ou profissão, que terá de ser pedreiro, tecelão, pa-deiro ou ferreiro, porquanto não existirão outros ofícios na ilha de *Utopia*, onde a vida será simples e o luxo impossível. Via de regra, cada cidadão terá o mesmo ofício que seu pai e os "phylarcos" terão como principal incumbência fazer com que cada um execute convenientemente a tarefa que lhe

cabe. Os preguiçosos e os vadios serão expulsos da comunidade, pois todos são obrigados ao trabalho, em jornadas diárias de seis horas. E, como todos trabalham, ninguém precisa trabalhar em excesso. Apenas os doentes, os velhos e os jovens que estudam ficam isentos do trabalho físico. Além disso, quando um agricultor ou artesão consagrar suas horas vagas ao estudo e isso mostrar que ele será mais útil à coletividade dedicando-se às ciências e não exercendo uma atividade manual qualquer, essa aptidão poderá levar o indivíduo a ser incorporado à ordem dos sábios.

Na organização da família, a poligamia é proibida e os adúlteros são castigados com a pena de servidão. Todos os indivíduos devem conservar-se castos até o casamento, que é considerado uma instituição sagrada e de caráter solene. É curioso, porém, assinalar que, como sinal desse conceito, os utópicos não permitem o casamento sem que os nubentes se conheçam intimamente antes dos esposais e, para isso, antes das núpcias, uma mulher idosa leva a futura esposa completamente despida à presença do noivo, da mesma forma que um dos sábios da comunidade conduz o futuro esposo, nas mesmas condições, à presença da mulher que vai desposar.

Quanto à guerra, os habitantes de *Utopia* a consideram uma sangrenta manifestação da baixaza dos homens. Apesar disso, no entanto, dedicam-se a exercícios militares, para poderem repelir eventuais agressões de possíveis inimigos, ou para libertarem outros povos dos tiranos que venham a oprimi-los. A guerra é também admitida pelos utópicos contra as nações que possuem grandes extensões de terras não cultivadas e que não queiram consentir na emigração dos excedentes da população da ilha de *Utopia*.

Em matéria religiosa, existe a mais completa liberdade na ilha, mas a maioria de sua população adora uma potência espiritual suprema, considerada o Criador do universo e causa primária e origem de todas as coisas conhecidas.

Dentro, portanto, de um país organizado à base dessas características ideais, Thomaz Morus sonhou como seria a vida na República da *Utopia* e assim a descreve, por intermédio de um dos personagens de sua obra célebre.

"*Utopia* é a única comunidade que merece este nome. É verdadeiramente uma República. Em todos os demais países, fala-se no bem público, mas cada indivíduo só cuida de seus próprios interesses e despreza os do próximo. Em *Utopia*, onde não há nenhuma forma de propriedade privada, dá-se o contrário. Cada indivíduo cuida do interesse coletivo, do interesse geral. Em todos os países, ninguém sabe o que será o dia de amanhã. Ninguém sabe se ainda poderá passar fome e pedir esmolas, porque, por maior que seja a riqueza da nação, cada indivíduo cuida unicamente de si e se esquece do interesses gerais. Em *Utopia*, isso não sucede, porque tudo é comum. Todos têm a certeza de comer no dia seguinte, porque os armazéns públicos estão abarrotados e o que nêles existe é de todos. Vê-se claramente que um regime em que todos os indivíduos trabalham pelo bem geral é melhor do que o regime no qual os indivíduos só trabalham pelo seu próprio bem. Numa República como *Utopia*, todos são ricos, apesar de não existir propriedade privada. Este regime social nunca poderá ser abolido, porque, com a supressão do orgulho e do dinheiro, desapareceram de *Utopia* as causas da ambição, do espírito de revolta e de todos os outros vícios que provocam, em todos os países, lutas intestinas, guerras civis e acarretam, finalmente, o declínio e a ruína das nações e dos impérios".

A "CIDADE DO SOL", DE CAMPANELLA

Outro utopista de gênio foi Thomaz Campanella, monge beneditino italiano e um dos mais notáveis homens de sua época. Versado em Filosofia, adquiriu vastos conhecimentos científicos em geral, tendo-se dedicado também à Política, de cujos problemas tratava com apurado senso. Seguindo, porém, a doutrina de Platão e inspirando-se em Thomaz Morus, como ele próprio confessa, Campanella criou, igualmente, uma "comunidade filosófica" e condensou suas idéias sociais em uma obra a que deu o título de "*Civitas Solis*" (Cidade do Sol). Os principais característicos da obra de Campanella eram: severidade monacal no governo do Estado, um conselho de filósofos com métodos absolutistas de governo e organização racional da vida social.

O consagrado autor da "*Cidade do Sol*" entendia que o maior mal da sociedade residia na má educação e no mau elemento humano daí resultante, de modo que propôs reformar o mundo por meio da formação de homens bons e virtuosos, através de excelente educação física e intelectual. Imaginou então, para isso, que um grande viajante genovês visita a "*Civitas Solis*", estuda suas instituições e, depois, conta tudo o que viu e observou ao Grão-Mestre da Ordem dos Hospitaleiros.

A concepção de Campanella, segundo a narrativa do viajante genovês, consiste no seguinte:

Numa ilha do Oceano Pacífico, existem quatro Cidades-Estados. A organização de três delas é igual à de qualquer Estado europeu da época; a quarta, porém, chamada a "*Cidade do Sol*", difere substancialmente das outras, sendo-lhes mesmo adversa, tanto que, para se defender delas, existem ali sete fortes muralhas.

A vida dos habitantes da "*Cidade do Sol*" é em comum; tudo o que nela existe e se produz pertence à comunidade. As próprias mulheres não são propriedade privada deste ou daquele homem e o casamento

é uma questão do Estado, nunca uma questão particular. O chefe temporal e espiritual é um sacerdote-filósofo chamado Sol, de cujas decisões dependem todos os atos da vida pública e privada. Ele é o magistrado supremo, mas tem a assistência de três outros chefes, ou ministros: — Pon (Poder), Sin (Sabedoria) e Mor (Amor).

Incluem-se nas atribuições de Pon as declarações de guerra e os tratados de paz, a direção do exército e da armada, tudo, enfim, que se relaciona com a defesa do território. Ao magistrado Sin são confiadas a direção das artes e ciências, a disciplina das escolas e a redação dos livros didáticos destinados ao ensino em geral. E as atribuições de Mor abrangem a educação das crianças, o emprego dos medicamentos, a agricultura em todas as suas modalidades, a reprodução e aperfeiçoamento dos rebanhos, todas as questões, finalmente, que se prendem à alimentação e ao vestuário. Mas, a função principal de Mor consiste em fiscalizar a união dos sexos, para que dela possa resultar a mais bela raça possível.

A seleção e a educação dos homens são questões de importância capital na "Cidade do Sol" e, por isso, os dirigentes intervêm nos atos mais íntimos da vida dos cidadãos, a começar pela escolha dos pares que se devem unir, para a multiplicação dos seres humanos. Em consequência, a vida sexual não é apenas um prazer voluptuoso, mas se realiza com a missão definitiva de produzir indivíduos fisicamente robustos, em benefício da comunidade. O ministro do Amor estabelece, então, dispositivos especiais para esse fim, sendo curioso referir que vai até o ponto de fixar dia e hora para os esposos se encontrarem, assim como os ornatos que devem ter o quartos e aposentos onde tais encontros se verificam.

Os casamentos são celebrados pelos magistrados, que procurarão unir apenas os homens e mulheres que já tenham permissão para casar, isto é, os homens de 21 anos e as mulheres de 19. As normas

observadas a propósito revestem-se, também, de um cunho de curiosidade, valendo a pena mencioná-las: assim, os homens altos e fortes devem casar-se com mulheres robustas e belas; os gordos com as magras e vice-versa; os trabalhadores intelectuais, esgotados por um labor excessivo e, por isso, considerados sexualmente fracos, deverão unir-se a mulheres belas e de temperamento ardoroso; os homens de natureza sanguínea, propensos à cólera, terão por esposas mulheres de temperamento calmo e fleugmático; e os homens de imaginação fértil casar-se-ão com mulheres de espírito positivo e realistas.

Há, como se percebe facilmente, na "Cidade do Sol", uma preocupação permanente por se alcançar uma combinação de temperamentos e de características individuais, um cruzamento de disposições e de capacidades físicas e intelectuais, de modo a se obter um tipo de homem harmoniosamente perfeito.

Os filhos são alimentados pelas mães até a idade de dois anos, ou mais, conforme prescrição médica. Quando atingem a puberdade, os jovens são entregues a guardiães e as moças a mulheres encarregadas de cuidá-las. Começa então, neste momento, a educação propriamente dita: — ginástica em comum, aulas ao ar livre, principalmente durante passeios e excursões ao longo das sete muralhas da cidade, em cujas paredes existem inscrições, cartas geográficas, astronômicas, zoológicas, etc. A educação é perfeitamente igual para ambos os sexos e visa, antes de tudo, formar trabalhadores produtivos, sendo todas as profissões consideradas dignas.

O regime político-administrativo da "Cidade do Sol", de Campanella, pode, enfim, ser resumido nestas palavras: — propriedade coletiva, seleção e educação racional, sem riqueza nem pobreza, sem ociosos nem escravos — uma perfeita organização social comunista, em suma.

A seguir: Outros precursores do comunismo.

QUÍMICA

DIDÁTICA E TÉCNICA

Tea.-Cel. ARLINDO VIANNA
Engenheiro Químico

II — *Noções sobre a Estrutura Granular da Matéria.* — a) *Moléculas e átomos*; b) *Teoria atômica de Dalton*; c) *Conceito de elemento químico*; d) *Conceito atual da estrutura intra-atômica*; e) *Número atômico.*

a) *Moléculas e átomos.* — O vocábulo *matéria* vem do latim *matéria* e designa a substância de que são formados os corpos. É a substância extensa, divisível, impenetrável e susceptível de toda espécie de formas. Sua definição é impossível. Apenas podemos precisar o sentido da palavra pela observação dos corpos que nos cercam. Pozzi-Escot numa tentativa de explicar melhor o sentido da *matéria* diz: — “a *matéria* é tudo que se vê, que se pesa, que se toca”. Três estados diferentes nos apresenta a *matéria*: — sólido, líquido, e gasoso. Não é contínua a *matéria*. Compõe-se de particulares partículas infinitamente pequenas. Admitida a hipótese que o *éter* é tudo — elemento útil, imponderável, que enche todos os espaços onde não existe *matéria* ponderável — dele tudo deriva e para ele tudo tem de volver. Do estado de equilíbrio do *éter* resulta sempre a *energia*. Esta se apresenta sob duas formas: — *matéria* e *radiação*. Ambas são resultantes das perturbações do *éter*. São duas formas de manifestação da *Energia Universal* — admitido que o *éter* é

essa própria *energia*. A *matéria* assim pode ser definida como — *uma simples forma da energia*. Estudando a constituição granular da *matéria* podemos ver que em geral as substâncias são divididas em partículas extremamente pequenas sem perder nem as propriedades. Um pedaço de giz pode ser pulverizado de tal forma que seja reduzido a grãos microscópicos mas que na verdade a menor parte de giz continua a ser giz admitindo que sempre representa uma molécula de giz. Daí admitirmos que os corpos são formados de *moléculas*. As *moléculas* por sua vez são formadas de partículas ainda menores denominadas *átomos*.

b) *Teoria atômica de Dalton.* Os *átomos* — partículas infinitamente pequenas — têm extensão sensível e sem dúvida forma própria. São animadas de movimentos de rotação e translação; são indestrutíveis. O *átomo*, é, pois: — “um centro de *matéria* e de *energia*, comparável, ao infinitamente pequeno ao que é o sol na mecânica celeste”. Uma força toda especial — a *infinitude* — mantém os *átomos* e as *moléculas* unidos. Os *átomos* são separados por intervalos denominados *interatômicos*. Desde a mais remota antiguidade as *Noções* sobre a estrutura granular da *matéria* eram lembradas. No V Século A.C., Demócrito, filósofo grego, argumentou primeiro

sobre a matéria que para ele não era divisível ao infinito. Muitas hipóteses foram formuladas a respeito da natureza das partículas da matéria. Epicuro e Lucrécio sobre elas manifestaram suas idéias. Dalton então deu à teoria granular uma forma científica e hoje admite-se a constituição da matéria em face da teoria atômica: — os corpos são formados de partículas infinitamente pequenas, todas semelhantes e dotadas das mesmas propriedades, para o mesmo corpo. São estas, as moléculas — Diminutivo do latim: moles, massa, — que por sua vez são reunião de átomos, combinação de átomos, do grego, indivisível, inalterável. Mas, as moléculas podem ser simples, quando resultam da reunião de átomos da mesma natureza e composta quando formadas da reunião de átomos de natureza diferente. Daí admitirmos que a molécula é a menor porção de matérias que possa existir livre-

mente, tendo a mesma natureza que o corpo inteiro, donde provém. Átomo é a menor porção de matéria que possa entrar em combinação com outro ou outros átomos para formar a molécula. A molécula desdobra-se em seus átomos e a hipótese atômica permite interpretar facilmente as leis de combinações. Foi Dalton — sábio inglês (1766-1844) quem admitiu solidamente a hipótese atômica e descobriu a lei das combinações expressa na forma clássica que todos nós conhecemos hoje e que recebeu também a denominação de lei das proporções múltiplas; assim enunciada: — "quando dois ou mais corpos se combinam em várias proporções, conservando-se constante o peso de um deles, o peso do outro cresce segundo relações simples."

O oxigênio e o azoto demonstram bem esta lei pois se combinam dando os sais compostos seguintes:

Protóxido de azoto (Az_2O).....	$14 \times 2 = 28 + 16 = 44$
Bióxido de azoto (Az_2O_2).....	$14 \times 2 = 28 + 16 \times 2 = 60$
Anídrido azotoso (Az_2O_3).....	$14 \times 2 = 28 + 16 \times 3 = 66$
Peróxido de azoto (Az_2O_4).....	$14 \times 2 = 28 + 16 \times 4 = 92$
Anídrido azotoso (Az_2O_5).....	$14 \times 2 = 28 + 16 \times 5 = 108$
Anídrido pe-azótico (Az_2O_6).....	$14 \times 2 = 28 + 16 \times 6 = 124$

Em todos os compostos citados a análise revela a mesma quantidade de azoto (14) correspondendo a ($\text{Az} \times 2$) para 16, 32, 48, 64, 80, 92 de oxigênio.

O peso do azoto é o mesmo enquanto que o peso do oxigênio cresce segundo relação simples.

c) *Conceito de elemento químico.* Macquer dividiu os corpos em simples e compostos. Os corpos simples são também chamados *elementos* e têm por caráter principal a inalterabilidade do estado, comportando-se em relação aos outros corpos como substâncias limites que se não podem decompor nem simplificar. Cada corpo ou elemento é representado por um símbolo. Diga-se porém que elemento puro em química geral é muitas vezes mistura de dois ou mais, de

propriedades físico-químicas muito vizinhas, possuem o mesmo espectro de Raios X mas seus espectros de massa são diferentes. O Cloro é mistura de dois ou três; o Krypton é misturas de sais cryptons e tais substâncias são consideradas ordinariamente como substâncias simples e chamadas *isótopos* (porque ocupam a mesma casa na classificação periódica dos elementos). Hoje a definição de elemento não implica na impossibilidade absoluta de alguma decomposição como mostra a formação dos electrões a partir de qualquer elemento e a desintegração de substâncias radioativas.

d) *Conceito atual da estrutura intra-atômica.* Estudando o conceito atual da estrutura intra-atômica e admitindo-se que — o áto-

mo seja constituído de partículas negativas chamadas *electrons*, e partículas positivas de carga igual e contrária à dos *electrons*, pois o átomo é eletricamente neutro, — podemos recordar que os fenómenos de radioatividade obrigam a considerarmos a indivisibilidade do átomo muito relativa. Sob a influência elétrica os átomos deixam de se portar como simples. Considera-se então o átomo de um núcleo central relativamente pequeno que especifica o átomo dado e um certo número de corpúsculos de massa extremamente pequena denominados *electrontes*, idênticos entre si e qualquer que seja o átomo ou núcleo considerado evoluem ao redor do núcleo como planetas ao redor do Sol. O próprio núcleo é constituído de um ou mais *protones*. Quando o núcleo possui seu número normal de *electrontes* — *satélites*, o átomo é neutro; quando ao núcleo faltar um ou mais *satélites*, recebe o nome de *ionte-positivo* e quando um ou mais *satélites* introduzem-se em seu sistema — chamamos *ionte-negativo*. Podemos admitir a estrutura do átomo representado com uma coroa ou invólucro formado de corpúsculos negativos ou *electro-negativos*, periféricos ou ainda *ciclotrônicos*; e, um núcleo formado de corpúsculos positivos (*protones*, *positões*, ou *electrões-positivos*) e corpúsculos neutros também chamados *neutrões*. Demonstram estudos mais recentes uma estrutura atômica mais complexa. Um átomo apresenta em sua estrutura: — uma coroa formada de *ciclotrônicos* ou *electrões planetários* ou ainda

electrões satélites; um núcleo formado de partículas simples (*positões*, *negatões*, *electrões-negativos* e *neutrões*, *electroneutros*) e partículas associadas (+ *protones* — *neutrão* + *positões*, — *neutrões* — *positões* + *negatões*, — *deutões* — 2 *protones* e 1 *electrão*, — 2 *protones* e 2 *electrões*).

e) *Número atômico*. Chegamos ao número atômico. Geralmente representado por "Z". No antigo conceito é o número de ordem de cada elemento químico no sistema periódico dos elementos começando pelo hidrogênio igual a 1 e terminando com o urânio igual a 92, e idêntico ao número de cargas positivas do núcleo e dos elementos existentes nos átomos, de todos os isótopos do mesmo elemento. Resulta, à base da Lei Moseley, seja a raiz quadrada de frequência — γ — de uma linha de espectro de Raios X de um elemento e função linear do número de ordem desse elemento no sistema periódico.

$V = C(N - a)$, os valores "C" e "a" da fórmula são constantes características da linha considerada, diretamente da frequência das raízes características dos *espectrons* de Raios X do elemento. O número atômico (N.A. ou "Z") é a constante característica dos elementos químicos tendo o peso atômico perdido a sua importância por causa da existência dos isótopos.

Mas, o número atômico exprimindo a carga positiva crescente dos elementos sem nenhuma exceção, na época atual adquiriu importância capital em face do problema da estrutura intra-atômica.

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

O HIPNOTISMO NA GUERRA

Cap. LUIZ ALMEIDA BARRETO

Considera-se que um dos motivos da suspeição inspirada pelo hipnotismo se fundamenta, sobretudo, em se prestar êle às exhibições da ribalta. No palco, o profissional esconde o seu aspecto científico, para deixar transparecer, apenas, o sensacionalismo que êle possa causar. Evidentemente, há o interesse comercial prevalecendo e há o cuidado, do profissional, em emprestar ao hipnotismo uma aura de sobrenatural, com o que acha impõe melhor o seu espetáculo.

De forma que há uma certa dose de coragem e quase irreverência no escrever uma crônica sobre o hipnotismo. Mas, o que interessa a quem leia esta, é o seguinte: — Pode o hipnotismo ser considerado sob bases científicas, para a devida seriedade de um comentário? Ninguém, que tenha lido alguma coisa, a respeito, pode contestá-lo.

* *

O hipnotismo tem uma base fisiológica e uma base psicológica. Dentre outras teorias, afirmava Pavlov que a base psicológica da essência do hipnotismo, assim como a do sono ordinário, é uma inibição generalizada.

A base psicológica do hipnotismo é a sugestão. A escola de Nancy sucedeu à de Salpêtrière e encarou, diferentemente, o mecanismo psíquico dos resultados hipnóticos. Todas as experimentações posteriores, fugindo às observações particularizadas de Charcot, revelaram

essa essência profunda do hipnotismo — a sugestão. Os limites desta crônica não permitem o relato de todas as experiências das duas escolas, nem mesmo sobre o que se deve entender por sugestão (1). Procuramos, apenas esquemmatizar.

Sempre que se trata de hipnotismo, há uma curiosidade em torno de: — Todo indivíduo pode hipnotizar?

— Todo indivíduo é hipnotizável?

Em ambos os casos, acima, as opiniões dos hipnólogos são controversas, principalmente quanto ao segundo caso. Uma coisa pode ficar assentada: — é necessário, ao indivíduo que hipnotiza, um certo desenvolvimento intelectual. Isto, porque o fator essencial, o elemento indispensável a quem hipnotiza, é a fé, a confiança que tenha em si mesmo. E essa fé, fora do conhecimento das bases científicas em que repousa o fenômeno, não subsistirá, ante os primeiros fracassos, o que é comum. Depois, vêm os elementos auxiliares que são muitos e diversos. — A aptidão natural, a ascendência pessoal que se possa impor e outros elementos mais. Os médicos seriam as pessoas mais indicadas, para a aplicação do hipnotismo, se bem que grandes hipnotizadores não o eram.

E quanto ao paciente? — Medeiros e Albuquerque achava que todo indivíduo é hipnotizável. Parece-nos um excesso de convicção. Contrariamente à sua opinião, afirmando que, se uma pessoa não

(1) Ver o livro de C. Baudouin "Suggestion et Autosuggestion".

foi hipnotizada na 1ª, 2ª, 3ª sessões, pode sê-lo na 4ª, deve ser considerado que, após os fracassos das primeiras sessões, a capacidade de confiança do paciente vai se perdendo e o que é capacidade sugestiva vai adquirindo valores negativos.

G. Estrabook dá a seguinte relação: — dentre cinco pessoas, uma é perfeitamente hipnotizável. Aliás, esse americano é muito comedido e prudente em definir o resultado de suas investigações.

Temos observado que mesmo pessoas de cultura mediana incorrem num erro muito grande. Ainda atribuem ao hipnotizador toda a possibilidade de levar um indivíduo ao sono hipnótico. Acreditam na força de sua personalidade, do seu olhar, e admitem, por isso, que ser hipnotizado é ser fraco, submeter-se a uma ascendência de outrem, contra o que procuram reagir. Isto é muito comum, a despeito de revelar uma grande ignorância sobre o fenômeno. A base do hipnotismo é a sugestão. E o grau de sugestibilidade, quem o possui é o paciente. Dêle depende chegar ao estado letárgico, cataleptico e ao mais alto grau hipnótico que é o sonambulismo. Daí, que é base definida: — ninguém é hipnotizado contra a vontade, a não ser em casos especiais. Como já falei, os limites desta crônica não me permitem apresentar a estatística das observações experimentais, como o que se comprovam as verdades científicas do hipnotismo.

* *

Pretendemos, aqui, apenas, relatar sobre o que se tenha cogitado quanto à aplicação do hipnotismo na guerra.

O que certos hipnólogos acreditam, é a aplicação do hipnotismo na guerra, com as seguintes hipóteses aventadas:

- obtenção de informações de prisioneiros
- espalhar boatos
- transmissão de mensagem
- sabotagem.

Dentre outros empregos são estes os mais prováveis. Quanto a informações de prisioneiros consideremos a pergunta: — como se confia na possibilidade do hipnotismo, se ninguém pode ser hipnotizado contra a vontade? Subentende-se que o prisioneiro não colaborará, em absoluto, com o operador. Quanto a isto, precisamos considerar. — Ficou dito que ninguém é hipnotizado contra a vontade, a não ser em casos especiais. Ainda consideremos antes. O hipnotismo, ou melhor, o sono hipnótico, é obtido por:

- Meios naturais (psicológicos)
- Meios físicos
- Meios químicos.

O estado nervoso da pessoa, no momento de ser hipnotizado, ajuda ou dificulta a obtenção do sono hipnótico, assim como influi, igualmente, no sono natural. Assim, há hipnotizadores que usam meios físicos e químicos, num certo grau, como auxílio à forma natural de hipnotizar. Concluimos, daí, que os meios físicos e químicos, sobretudo, seriam de grande valor ou quase indispensáveis ao se pretender hipnotizar alguém contra a vontade. A eficiência da técnica, para obtenção dos fins propostos, pertence ao hipnotizador. Surge outra questão. Há hipnólogos que afirmam, ninguém faz, no estado hipnótico o que não faria no estado consciente. Isto não parece ser tanto assim. As experiências de hipnotizadores de palco, levando pessoas sérias e de indiscutível respeitabilidade a fazerem cenas ridículas, com incidentes posteriores, por vezes lamentável, revelam em parte a falha dessa observação. Deve-se supor, contudo, que talvez um alto grau de repúdio da consciência, pesando ainda a não perfeita habilidade do operador, possam dificultar a obtenção dos resultados desejados. Isto tem dado motivo ao ceticismo de certos hipnólogos nas pesquisas da aplicação do hipnotismo no crime, dado que as experiências a respeito, têm sido feitas, sempre, com um fundo de simulação.

Parece nada haver escrito sobre o que se tenha feito em pesquisas ou experimentações, durante a última guerra, no que se refere à aplicação do hipnotismo. De forma que estes argumentos, permanecendo no campo da teoria, só encontram apoio no capítulo "O hipnotismo e a guerra" do livro de G. Estrabook. Sobre o que se tenha realizado ou não, aliás, sobre estas hipóteses de aplicação particular do hipnotismo, repetimos o que esse autor comenta.

Os alemães, durante a última guerra, levaram a dianteira nas experimentações dessa aplicação do hipnotismo. Também os ingleses realizaram alguma coisa, assim como os americanos. Dos resultados práticos, nada se sabe. Pode esse segredo esconder um fracasso, quanto a um resultado plenamente satisfatório ou o cuidado de não ferir prescrições de ética.

Dos americanos, se sabe que uma grande autoridade americana, em hipnotismo, ofereceu-se para conduzir um submarino alemão, comandado por um piloto alemão, a fim de atacar a esquadra germânica, visando-se, por esse meio, atravessar os campos de minas. Pode parecer tudo isso fantástico. Custa um tanto, ao leigo, levar a sério essas possibilidades. Mas, o fato é que coisas que poderiam parecer mais fantásticas, se realizam. E quem se ofereceu para uma experiência dessa ordem, foi um cientista.

Em tudo isso, o êxito de uma experiência, para um resultado satisfatório, depende da técnica empregada. Considere-se, sempre, que após o paciente estar no transe hipnótico, o bom resultado depende, em maior parte, do hipnotizador. É ele quem dá as sugestões e procurará os meios mais lógicos de orientá-las, para conseguir o fim que deseja. Muitas vezes não se ataca o problema de frente. Ele é contornado. O operador, por exemplo, não pediria as informações diretamente ao paciente. Levaria à sua presença um indivíduo falando a língua do paciente, com o uniforme de sua pátria. Faria uma repre-

sentação contornante. Assim nos faz ver G. Estrabook.

No meio a empregar-se para obter-se a sabotagem, poderiam ser básicas as sugestões pós-hipnóticas, tão ilustradas por relatos de G. Estrabook, Medeiros e Albuquerque, Albert Bonjean e outros. Têm sido feitas, pelos americanos, muitas experiências a respeito e os objetivos têm sido alcançados. São experiências de laboratório e não visam o divertimento ou espanto de espectadores, mas, simplesmente, finalidades científicas. Não se pode negar, pois, a priori, a possibilidade de um indivíduo, com uma sugestão pós-hipnótica, levar uma bomba-relógio e colocar na fábrica onde trabalha, mesmo sem noção do que está realizando.

É possível que um mensageiro receba uma ordem para transmitir ao Coronel X; ao sair do sono hipnótico não tenha nenhuma noção dessa mensagem; nenhum hipnotizador possa hipnotizá-lo, para arrancar essa mensagem, a não ser um único que assiste ao Coronel X. Tudo isto é compreensível e provável de realização. Digo provável. Convenhamos que repetimos opiniões de hipnólogos e que, sobre o resultado prático dessas aplicações, tudo indica permanecem no campo da teoria.

Acreditamos, contudo, que o fim desejado depende, como ficou dito, em grande parte do operador, do especialista. Pode haver várias técnicas, repetimos, de levar-se o indivíduo ao estado de transe e fazê-lo obedecer as sugestões impostas. Não há espaço para ilustrar estas assertivas com fatos narrados por diversos hipnotizadores, em cuja vida dedicada a esse assunto, chegaram a hipnotizar mais de 20.000 pessoas.

O que uma técnica perfeita deve visar, no caso particular do prisioneiro, é remover do paciente as dificuldades, admitidas por alguns hipnólogos, quanto às reações que ele possa opor, dado a forte e profunda rejeição que o consciente pudesse apresentar. O reino do in-

consciente é vasto e ilimitado. O que se obtém com um processo, num indivíduo, não é certo obter-se com outro. Tudo varia de uma certa forma, parecendo corresponder às diferenças psico-somáticas das pessoas.

Depois de tudo que ficou dito, não pretendemos apresentar opinião pessoal ou indicar aplicação de doutrina. Apenas, houve, aqui, o desejo de relatar alguma coisa que há sobre este assunto que nada tem de fantástico ou inverossímil.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes **CASAS** ou **FIRMAS**:

RIO E JANEIRO

Escola de Comércio e Ciências — Rua 1º de Março, 97 — 1º andar —
Tel. 23-4686

Anderson Clayton & Cia. Ltda. — Caixa Postal, 915

Cotonifício Rodolfo Crespi S/A — Rua da Conceição n. 31-sala 405

Cia. Vale Rio Doce — Av. Presidente Wilson n. 184

Francisco Baroni & Filha — Rua Mal. Floriano Peixoto, 2312 — Nova Iguaçu

Thornicroft Mecânica Importadora S/A — Rua Santa Luzia, 405

ARMAZÉM PEQUENO DO PONTO

OSCAR DE MORAIS

Secos, molhados, e bebidas

AV. GETÚLIO MOURA N. 1280 — S. JOÃO DE MERITI

ESTADO DO RIO

ARMAZÉM DAS CRIANÇAS

IRINEU FERREIRA DOS SANTOS

Secos, molhados e bebidas

Rua Bernardino Teixeira, 647 — Eden — Estado do Rio

A VERDADE

Tenente AMANTEA

"A Verdade não se aprende, a Verdade deve-se viver"
(Stefan Zweig)

Que é Verdade? A verdade é o caminho para DEUS! A Verdade é tudo quanto os nossos olhos alcançam, os nossos sentidos sutis percebem e os nossos corações sentem pulsar além da terra e dos nossos entendimentos.

A Verdade, porque DEUS é — traz em si uma fagulha divina a pairar em todas as consciências, e só por meio de racional e metódica evolução, quer moral, quer espiritual, é que poderá a criatura aos poucos ir usufruindo do seu sabor adocicado.

A Verdade é todo esse infinito polvilhado de saber, matematicamente pensado e raciocinadamente realizado.

A Verdade assemelha-se ao sol — irradia-se sobre tudo e sobre todos.

Como encontrar a Verdade?

Galgando a escada luminosa da FÉ, envolvendo-nos no manto de arminho de um puro e sublime amor e por certo haveremos de encontrá-la porque ela vive!

A pequenina gota d'água que se torna brilhante ao Sol ou se torna prateada em recebendo o clarão da Lua, quando plácida e repousa numa flor ou numa folha, logo se desfaz ao nosso contacto grosseiro, porque as nossas mãos não a podem conter. Assim é a Verdade: Ela se torna resplandecente, mostra-se e faz-se sentir a todos, mas, para tocá-la é necessário que a criatura atinja a meta da luz, porque — "SOU A VERDADE E A LUZ", nas divinas palavras do MEIGO CORDEIRO DE DEUS — JESUS DE NAZARET!

A Vida é o divino impulso do amor e por isso, todos devem se amar mutuamente, onde quer que estejam reunidos, nas cidades ou nos campos, nas fábricas ou nas ruas, na opulência ou na pobreza, na alegria ou na desventura.

Todos os homens sendo filhos de um mesmo PAI, devem se amar sempre, ainda que os separem milhares de léguas, ainda que sejam diferentes as suas origens, as suas línguas, os seus credos religiosos.

Só assim poderão realizar plenamente o seu destino comum. Só assim afastarão de seus caminhos as sombras terríveis do MAL que espalham a inquietação, o luto, a dor, as ambições incontidas, a inveja, o rancor e o infortúnio sobre a terra. Só assim atingirão o reino bem-aventurado da PAZ E DA FELICIDADE.

Amando-se os homens uns aos outros, a terra tornar-se-á doce e risonha como na primeira manhã do mundo e assim cada criatura humana poderá louvar a Deus pela sua infinita misericórdia e a vida pela sua maravilhosa beleza.

Os homens desejam apenas adquirir aquilo que lhes toca mais de perto os sentidos, a matéria, aquilo que lhes satisfaz mais as vaidades. Querem passar por cima de todos os preconceitos, de todos os sentidos, altruísticos, querem mesmo passar por cima do próprio amor pregado por NOSSO SENHOR JESUS CRISTO! Eles desejam viver na confusão, no desamor, desejam tornar-se surdos

e cegos às palavras do CRISTO, apesar de sentirem no seu íntimo, que existe qualquer coisa que se sobrepõe a matéria, que a domina, qualquer coisa vivificante, imperecível e eterna, mas, eles desejam permanecer mortos para a vida, vivendo contudo!...

É essa uma das razões porque nem todos encontram a VERDADE!

• •

A Verdade está no "Amar a DEUS sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos".

"Ninguém poderá negar a utilidade da leitura de revistas técnicas, como valioso subsídio à extensão ou à complementação dos conhecimentos adquiridos.

É o caso, por exemplo, das revistas militares estrangeiras, que nos põem a par do que se passa no resto do mundo e da evolução das idéias e dos problemas sempre atuais da arte militar.

Mas essa leitura não deve excluir a da nossa revista de assuntos militares, na qual se debatem os nossos problemas, as nossas necessidades, as soluções que mais convêm à nossa doutrina militar, econômica e social. Por outro lado, é nas suas páginas que os nossos oficiais podem revelar o aprêço em que têm sua cultura profissional, como o exigem os regulamentos militares, ao mesmo tempo que a divulgação de seus trabalhos concorre para a Ilustração de seus camaradas."

(Do Relatório anual da Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada.)

ARMAZÉM SÃO JORGE

LÍQUIDOS E COMESTÍVEIS FINOS

Joaquim Xavier do Couto

AV. ARAGUAIA, 64 (Casa Própria) — NOVA IGUAÇU — E. DO RIO

CARVOARIA N. S. DA PENHA

JOÃO DA ROCHA

Carvão, óleo, queresone, lenha

Av. Getúlio Moura n. 575 —○— S. João de Meriti
Estado do Rio

BANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANTA CATARINA S/A

Agência do Rio de Janeiro — Rua Visconde de Inhaúma n. 134-C

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

É PRECISO CONHECER A REALIDADE!...

Cel. J. B. MAGALHÃES

(Da 1ª Classe da Res. do Ex.)

O conhecimento das realidades brasileiras data de muito pouco tempo, e ainda não penetrou suficientemente as nossas chamadas elites. Estas, padecem evidentemente de sérias deficiências culturais, reagindo na vida pública as mais das vezes inconscientemente e sempre de modo insuficiente.

Não nos têm faltado, em todas as épocas, espíritos atilados e positivos, que se apercebem de nossas realidades e pugnam por uma lógica política nacional. Não são, porém, costumeiramente ouvidos pelos que exercem funções do Estado, nem mesmo pela grande maioria de gente letrada que, por suas várias manifestações, forma a opinião pública habitualmente operante.

A deficiência intelectual e, sobretudo, moral e cívica das elites, se manifesta bem pela incongruência geral de certos homens de governo, dos mais altos postos. Falam, como toda a gente do mal das improbidades e chegam até a ver nisto motivos de revolta do povo, a que o agulam de má fé ou levianamente, em seus discursos, como se lhes não assistissem responsabilidades algumas a tais respeito. Não dizem as medidas que adotam para combater as improbidades de que se queixam, fomentam a inflação monetária que é o maior fator de todas as corrupções, protegem efetivamente os improbos e desmerecem os sinceros e honestos, cuja sociedade aborrecem.

Considere-se também que no conjunto geral das elites nacionais,

do ponto de vista da política geral, nenhum grupo tem maiores responsabilidades morais e práticas que os quadros permanentes das classes armadas. Em primeiro lugar, essas classes existem para o preenchimento de funções exclusivamente cívicas, entre as quais avulta o preparo da Nação para a guerra, e a manutenção da ordem na Federação. Em segundo lugar, elas constituem o melhor recurso para assegurar a homogeneidade do espírito nacional em toda a população, neutralizando a tendência centrífuga das influências regionais e o enfraquecimento do espírito nacional pelo enxerto de fortes correntes imigratórias.

Desde os tempos coloniais alguns têm visto os percalços da natureza tropical do país e se não tem iludido com as aparências dadivosas da terra. Outros, cedo assinalaram os vícios de nossa formação mental e moral consequentes do regime colonial. No começo do século XIX, José Bonifácio pugna por uma racional organização das massas nacionais, pensa na racional implantação das indústrias básicas, e nos adverte contra as más consequências de devastação inconsiderada de nossas matas. Não nos faltaram então os Cayrú, os José Antônio Lisboa e outras, a reclamarem uma justa organização de nossa economia, comércio, indústrias e finanças. Em meados do século XIX (1851), vemos o engenheiro Veiga Cabral, em seu estudo das minas do Sul proclamar à nossa gente a maior importância relativa do

carvão de pedra para a formação da riqueza produtiva das nações modernas.

Até há pouco, porém, até os fins do século XIX e começos do XX, não se havia ainda formado boa consciência de nossas realidades econômicas e efetivas possibilidades de progresso geral, em presença dos fatos da *revolução industrial*, pelo que muito contra-senso se vinha cometendo em nossa conduta política geral, mais ou menos, inevitavelmente. Mesmo após haver-se tornado patente existir desacordo entre a ação do *nosso homem* e as determinantes das condições telúricas do *nosso habitat*, a política e as manifestações da elite, continuavam a errar. Alguns como Alberto Torres e outros, souberam ver o desajustamento entre o homem e a terra, assinalando que o Brasil se enfraquecia em vez de se fortalecer, à medida que mais forcejava por progredir. Não se atinava porém, ao certo com as causas disto. E muita gente letrada ia atribuindo à má qualidade do homem o que era só deficiência da terra, e cultura precária das elites, continuando-se, como ainda hoje, se continua a errar. Supunham-se que se poderiam corrigir as assinaladas mínguas de progresso por efeito de simples formas de governo ou de uma escolhida imigração de boas raças, sem ver as maneiras de nossa evolução e o que havia já ocorrido com essas raças em boas porções do Brasil!...

Por que tudo isto? É que no mando político não tem sido a sabedoria, e muito menos a sinceridade de propósitos, o elemento preponderante!

Ainda hoje assim é, apesar dos novos conhecimentos da *geografia humana* e dos trabalhos objetivos bem fundamentados de patriotas nossos, que nos elucidam a respeito da situação brasileira.

Em 1916, J. Pires do Rio, lançou a cogitação pública o seu "O Combustível na Economia Universal", hoje em 3ª edição, que nos permite focalizar os problemas de nosso progresso, fazendo justiça ao *nosso homem*. Apresenta o pro-

gredir moderno, da era industrial, desprendido das insuficientes ou falsas razões com que costumeiramente se o explicava no mundo todo. Mostra-o resultante da utilização do *carvão de pedra* pela máquina...

Desde então, tornou-se fácil compreender o que havia de positivo ou negativo em nossa posição econômica no Mundo, e tirar disto lógicas e certas consequências. Eramos um país tropical e pobre de *carvão de pedra*, como soem ser os países do hemisfério Sul, e procedíamos a querer imitar os mais favorecidos pela natureza, como se fôssemos também ricos, habitantes de boas terras, em bons climas, à custa da devastação de nossas matas, a criar desertos por trás de uma fachada de aparente prosperidade!

Desde então, surge uma nova corrente na *opinião pública* que se vem mostrando realmente esclarecida sobre as realidades nacionais, corrente que o próprio J. Pires do Rio vai avolumando com os seus outros diversos trabalhos, alguns já compendiados em livros, sobre "A Moeda Brasileira", e as "Realidades Econômicas do Brasil" além dos que ainda não foram convenientemente arranjados para maior e necessária divulgação, sobre o *problema siderúrgico*, às questões ferroviárias, etc.

Tal corrente de *opinião pública* esclarecida, completa a dos que começaram a compreender o conjunto brasileiro, com Varnhagem, Capistrano, Calógeras e outros, e a dos que lhe assinalavam os grandes males como Alberto Torres, Miguel Pereira e seus discípulos. Corrente da *opinião esclarecida*, que, felizmente, não cessa de se acrescer com novos trabalhos como os de Américo Barbosa de Oliveira, em monografia publicada (n. 1) pela Fundação Getúlio Vargas, que recebe agora vigoroso impulso com o livro "Outro Brasil" de Luiz Amaral recém-saído dos prelos paulistas e da qual fazem parte os trabalhos de Oliveira Vianna, notadamente o último sobre as *nossas instituições políticas*.

São gritos de alarma contra os erros da conduta política nacional, notadamente no campo da economia, e firmes balizas marcantes de um novo rumo que nos convém seguir, para uma salutar e inteligente reconstrução da Pátria! São fundamentos científicos, trabalhos de base, sobre os quais é possível fazer obra sólida e verdadeiramente útil em busca dos progressos que nos são acessíveis. Não se demanda mais, para os compreender e aceitar, do que um simples bom-senso e sinceridade de propósitos cívicos.

Acresce ainda, que não são tais manifestações vozes isoladas, felizmente. Balizaram uma corrente de opinião pública nova, a que se vem juntar numerosos outros tributários. Demarcam uma corrente de opinião pública que se está formando profunda e assisadamente e que, se não é ainda dominante, começa a fazer-se sentir nos próprios quadros do funcionalismo estatal militante, como se vê, por exemplo, do que dizem e fazem elementos como Felisberto Camargo, do Instituto Agrônomo do Norte, e outros. A essa gente já está o Brasil muito a dever e só com ela os que se lhes forem juntando poderá livrar-se de suas temosas erronias políticas. É olhando a realidade brasileira de frente depois bem sinceramente estudada, não apenas orientado por patrióticas sem fundo, ou de sinceridade duvidosa, que se poderá refazer dos desgastes que lhe tem causado a ignorância e as levandades de uns, ou a má fé de outros influentes na solução dos problemas nacionais.

Tudo isto interessa profundamente às classes armadas, além do mais, porque interessa essencialmente à segurança militar nacional, toda construída sobre realidades sociais e, principalmente assentada em possibilidades econômicas. Fato de que infelizmente não se têm mostrado conscientes, como se faz necessário, os nossos quadros militares, tal qual se vê de certas manifestações públicas deles surgidas; ainda mais, dos currículos de ensino das respecti-

vas escolas de formação e de preparação geral ou especializada; e, mais ainda, das soluções propostas para os problemas militares, por órgãos de elevada categoria funcional.

A chamada batalha pelo Código de Vencimentos e Vantagens, e outras atitudes públicas do Clube Militar, denunciavam, par dessus le marché, haver neles mentalidade inadequada e tanto, que não encontraram termo mais conveniente do que *vantagens* para acompanhar, na denominação de tal "Código, a expressão "vencimentos", como seria, por exemplo compensações, testemunhando destarte existir um divórcio lastimável, entre a cultura que deveriam ter e a que efetivamente mostram possuir. Assim é em relação a compreensão das realidades nacionais e das nossas possibilidades e conveniências, o que se torna grave dado o precípuo papel que lhes cabe desempenhar nas atividades pátrias.

Nesse Código, como, de resto, em relação a muitos outros aspectos das próprias instituições militares, vê-se um excesso de preocupações individualistas a sobrepujarem demasiadamente sobre tudo o mais, e o vício de se rebuscarem fatos estrangeiros a que imitar, sem a necessária assimilação das condições vernáculas.

De resto, a impressão que resulta de uma análise a fundo das manifestações públicas de nossos quadros militares, é a de que o seu esforço cultural se faz *abstratamente*, e tão abstratamente que associações como o Clube Militar, assumem atitudes de sindicato de classe e agem à revelia do Comando, não raro contra ele e, em qualquer caso, evidenciando sua fraqueza!...

Tudo isto são mostras tristes das deficiências culturais de nossas elites, que poderão levar o Brasil à garra se não se lhes puser denodadamente um paradeiro! Elas, de que fazem parte os quadros militares, mostram saber pouco do que é realmente o Brasil, e, pior do que isto, não se comportam como elementos efetivamente integrantes da Pátria. Parecem, vis-

tos em conjunto, desinteressadas dos destinos nacionais, a olharem o Estado como um campo a explorar em benefício próprio. Limitam-se, o mais das vezes, a fazer críticas estereis, nem sempre superiormente fundadas, sem por tais críticas pautarem logicamente os seus próprios procedimentos. Alguns, impulsionados por bons sentimentos, avançam palpites para a solução de nossas dificuldades, sem se darem conta de que efetivamente desconhecem suas razões de ser, jamais havendo a respeito empreendido qualquer atento estudo. Outros, agitam-se só bafejados por suas vaidades ou, as vezes, lastimáveis despeitos.

Tudo isto precisa cessar. É mister que o despertar da consciência nacional penetre em tôdas as classes, e esse despertar, que está formando, como ressaltava de "Outro Brasil" de Luiz Amaral, se transformem em corrente de opinião pública esclarecida sobre as realidades nacionais, caudalosa... É preciso que aceleradamente se avolume tal corrente, agora ainda muito frágil, para se tornar irresistivelmente dominadora na direção de nossa conduta pública. É necessário, quanto antes, sentirem-se e compreenderem-se nossas fatalidades geográficas, de formação histórica da nacionalidade, econômicas e sociais, de que resultam as militares, para vivamente sacudir-se a gente que mais influi, ou pode influir na vida prática nacional, gente da qual fazem parte os quadros militares, a fim de tomarem as nossas coisas um novo e acertado rumo.

De todos os grupos sociais, são os militares os que devem sentir maiores responsabilidades efetivas nisto.

A guerra moderna exige da nacionalidade esforços globais, bem coordenados e melhor ajustados ao diapasão insofismável que é dado pelas realidades do país, esforços que aos militares cabe nuclear e canalizar, para o caso de conflito bélico, como parte especializada, em vista de tal objetivo, da elite nacional.

Mas, quanto andamos longe do que convém!... Nem mesmo do

que diz respeito à política monetária, que se refere ao mais geral de todos os fenômenos econômicos, há mostras de percepção consciente!

Ai está a indústria, divorciada dos reais interesses públicos, a viver com sacrifício da economia nacional, fazendo alguns ricos enquanto mais se empobrece a Nação, a mostrar o que é nossa compreensão de tais assuntos! Por causa dessa política industrial, erradamente conduzida e da servidão em que dela ficam as finanças e a moeda, com desprezo dos interesses agrícolas, que nos deviam ser mais queridos, bate o Brasil o recorde do custo caro da alimentação entre trinta e nove países, como se vê do quadro abaixo, publicado na "Gazetilha do Jornal do Comércio" de 4 de abril:

Custo da Alimentação

1937 — 1938 — 1940 = 100

Brasil.....	458
Birmânia.....	456
Pakistão.....	453
Colômbia.....	423
Turquia.....	419
México.....	410
Israel.....	373
Índia.....	370
Portugal.....	214
Venezuela.....	199
Estados Unidos.....	199
Uruguai.....	178
Inglaterra.....	125

Que argumentos são mais impressionantes do que os fatos que as gerações vivas têm presenciado, a evidenciarem a agravação séria dos nossos males, para mostrar a necessidade de uma nova inteligência de nossas elites, notadamente dos grupos militares?

Não precisamos estudar a sério, e com acentuado espírito objetivo, para conhecer suficientemente, as nossas realidades e sabermos evitar a agravação dos males pátrios que nos pode levar ao mais cruel descalabro?... Que pensem nisto os jovens...

PASSAGEM DO RIO PARANÁ

"A Defesa Nacional" vai transcrever, a seguir, um relato da passagem do rio Paraná, na guerra do Paraguai, escrita pelo Coronel honorário de Engenheiros LUIZ VIEIRA FERREIRA, tio-avô do Tenente-Coronel ANTÔNIO VIEIRA FERREIRA, atualmente em serviço no Estado-Maior do Exército, o qual, por nimia gentileza, não-lo cedeu para esse fim. Trata-se de trabalho já publicado em 1890, mas que, pelo seu valor testemunhal e pelo interesse histórico que desperta, merece vir à luz da publicidade novamente. Seu autor, então Capitão do Corpo de Engenheiros do Exército, tomou parte ativa nas importantes operações da travessia do rio Paraná e, depois, em toda a campanha travada no solo paraguaio. Lente da Escola Militar do Rio Grande do Sul, até o início da guerra, era filho do Tenente-Coronel de Engenheiros FERNANDO LUIZ FERREIRA e de D. LUIZA RITA VIEIRA DA SILVA, ambos maranhenses. Ao findar a guerra em 1870, trazia o posto de Capitão de Estado-Maior de 1ª Classe. Naquele ano já fervia a propaganda republicana. Na capital do império, o Clube Republicano elaborara e fazia publicar no jornal "A República", edição de 3 de dezembro de 1870, o célebre manifesto republicano, que tanta céleuma levantou no país. Esse jornal era o órgão de publicidade do Partido Republicano, então nascente e organizado para trabalhar ostensivamente pela causa da proclamação da República. Pois bem, Luiz Vieira Ferreira foi o único signatário militar daquele importante documento. Antes porém, de assiná-lo e para não trair o Império, a quem servia, pediu demissão do Exército. Estava-se naqueles bons tempos em que os homens, como regra, definiam as suas atitudes claramente e Luiz Vieira Ferreira assim procedeu. Não era possível servir ao mesmo tempo a dois senhores: a República e a Monarquia. Tendo assinado o manifesto por um imperativo de sua consciência de esclarecido cidadão brasileiro, mandava a sua lealdade que deixasse as armas do Império. Esse gesto de requintada elegância moral valeu-lhe o ostracismo, mas, depois da proclamação da República, na qual, aliás, tomou parte ativa, foram-lhe reconhecidos os seus méritos e se lhe concederam as honras de Coronel de Engenheiros, voltando, assim, a envergar, como oficial honorário, o uniforme já por ele usado, sob o fogo inimigo e já tradicional no seio de sua família.

O seu relato, sobre a travessia do rio Paraná, não vem acrescentar nada, no plano histórico, ao muito que já se escreveu sobre essa famosa travessia, principalmente o que se encontra à farta na monumental obra do General Tasso Fragoso "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai". Sente-se mesmo, na narrativa de Luiz Vieira Ferreira, então simples Capitão de Engenheiros, a ausência da concatenação de fatos que só quem estivesse de posse da idéia de manobra diretiz, no plano estratégico, poderia descrever. Assim, a sua notícia sobre a decisão da travessia, tomada num dia, para execução no dia seguinte, revela o desconhecimento do que se passava realmente, no escalão superior, sobre uma operação de tão magna importância e amplitude. O mérito porém, do trabalho de Luiz Vieira Ferreira, observador imediato da operação, está na espantosa minúcia com que descreve os fatos, o que faz dar vida àquilo que, para os historiadores posteriores, não passou de me-

tódica descrição militar de acontecimentos. Luiz Vieira Ferreira viu tudo e descreveu tudo com fidelidade e honestidade das quais não poderíamos duvidar, depois de tomar conhecimento do seu padrão moral, no início desta apresentação. Eis porque a sua narrativa tem para nós um sabor novo e agradável. Por tudo isso e ainda pela citação continuada de nomes valorosos que muitos oficiais do Exército de hoje herdaram com orgulho e que, nêles, poderão rever as glórias de seus antepassados, é que recomendamos a leitura do trabalho de Luiz Vieira Ferreira.

1 — ACAMPAMENTO A MARGEM DO RIO PARANÁ

Depois dos acontecimentos do dia 31 de janeiro, em que uma força avançada do exército argentino teve de retirar-se da margem do Paraná perseguida pelos paraguaios, tendo sofrido perdas importantes, os exército aliados tinham se aproximado do rio e estabelecido seus acampamentos à margem esquerda, defronte do forte de Itapiru, ficando assim unidos à esquadra, que ocupava aquele rio desde as Três-Bôcas.

Longos e tristes, porém, eram os dias passados nesse acampamento, em que tudo parecia inerte; e irritante era o espetáculo das afrontas diárias que o inimigo nos fazia, vindo em pesadas "chatas" dar combate aos nossos navios de guerra.

A catástrofe de 27 de março no encouraçado "Tamandaré", tinha completado essa fase lúgubre, espalhando o descontentamento e um murmúrio misterioso que podia abater os ânimos.

Era indispensável uma ação enérgica para destruir aquela impressão dolorosa que se apoderara do exército e da armada.

O mistério em que sempre se envolveu o tirano do Paraguai, o efeito espantoso da sua vontade absoluta, faziam-lhe aparentar recursos que nunca possuía; e o combate atrevido que quotidianamente trazia à nossa poderosa esquadra uma "chata" puxada a sirga, com um só canhão guarnecido por meia dúzia de homens, davam largas às mais caprichosas conjecturas.

Era pois chegado o momento de quebrar-se a inércia e romper com todas as resistências, quaisquer que elas fossem, e iniciar um plano de ação.

Assim o inteligente e infatigável chefe da Comissão de Engenheiros, tenente-coronel Dr. José Carlos de Carvalho, avallando cabalmente a situação, apresentou a idéia de ocupar-se a ilha fronteira à ponta do Itapiru, seguindo-se a essa operação um desembarque na ilha de Santana, de cujas posições se poderia eficazmente bombardear não só o forte de Itapiru por fogos cruzados, como o acampamento paraguaio do "Passo da Pátria".

Não sendo pelos generais aceita semelhante proposição em sua totalidade, foi, contudo, combinado que se fizesse um reconhecimento à mão armada daquela ilha, que se supunha ocupada pelo inimigo.

Foi marcada a noite de 29 de março para esse reconhecimento, e o chefe da Comissão de Engenheiros teve à sua disposição 100 praças do 3º batalhão de infantaria e a canhoneira de guerra "Henrique Martins", comandada por um dos bravos oficiais da armada, o 1º tenente Jerônimo Gonçalves.

Ao anoitecer, embarcaram as praças em canoas com os seus oficiais, o chefe da Comissão de Engenheiros e seus ajudantes, aos quais se agregaram voluntariamente o tenente-coronel João Carlos de Wilagran Cabrita, capitão Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza e Tenente Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz.

A incerteza de ser ou não a ilha ocupada pelos paraguaios fazia recear pela sorte da expedição, que se ia aventurar em um feito difícil e que exigia toda sorte de precauções, perícia e bravura.

A expedição, porém, foi muito bem sucedida; desembarcou na ilha com as precauções requeridas, explorou todo o terreno e reconheceu que não só o inimigo não ocupava nenhum ponto da ilha,

onde apenas existia um pequeno rancho abandonado, como era a posição excelente para nela estabelecerem-se baterias, que fizessem cessar o inconveniente daqueles combates das "chatas" contra os navios encouraçados, o que já nos tinha causado sensíveis perdas de vidas preciosas, como a do sempre bravo e chorado Mariz e Barros.

Ainda a expedição não tinha voltado quando, à meia noite, começou o fogo de artilharia entre a divisão da esquadra que se achava nas Três-Bôças, e o inimigo que atravava de terra.

A uma hora cessou o fogo e a expedição às 2 se achava recolhida, sem a menor novidade.

Este reconhecimento foi a abertura do caminho para as operações de guerra, e as providências começaram no sentido desejado por todos com tanta ansiedade.

Na noite de 30 deu-se um eclipse da lua, e os paraguaios aproveitaram a ocasião de modo que ao amanhecer de 31 apresentaram uma "chata" com seis a oito pessoas e uma peça de artilharia. Ao meio dia, um vapor veio até junto ao forte de Itapiru e só se retirou quando a bateria que tínhamos na margem correntina começou a fazer fogo sobre ele e sobre o forte.

Desde o dia 2 de abril começou-se a perceber grande mudança naquele estado de enérgia em que se estava mergulhado.

A soldadesca apinhava-se na praia, a maior parte vestida de branco, com suas roupas de verão, que então frequentemente usavam, não só pelo calor que fazia em alguns dias, como pela facilidade da lavagem.

O rio Paraná lhes oferecia um passa-tempo agradável: uns nadavam, outros pescavam, aqueles ensaboavam a roupa, e aqueles outros dirigiam pilhérias em relação aos exércitos beligerantes.

Quando alguma bala aproximava-se ou vinha cair entre eles, era isso motivo do mais sarcástico desafio, e as nossas peças de 12 repetiam seus tiros nesse dia desde as 11 horas e 40 minutos, ativan-

do-os de uma e meia hora em diante.

Quando alguma granada nossa reventava em lugar que o inimigo estava reunido, isto é, quando caía em posição de fazer-lhe mal, a explosão era saudada por uma vaia estrepitosa dos nossos, acompanhada de ditos chistosos.

A esquadra quis tomar parte neste combate a todo o alcance da artilharia e às 2 horas e 35 minutos fez sair o encouraçado "Bahia" e tomar posição à margem esquerda do rio, de modo conveniente para dirigir seus fogos, e depois o mesmo fez o "Barroso".

Na manhã do dia 3, a canhoneira "Henrique Martins" subiu e foi reunir-se aos dois encouraçados.

À 1 hora da tarde observaram-se junto a um dos ranchos de Itapiru vultos em movimento, como se estivessem aí fazendo algum trabalho.

À 4 horas e 40 minutos os paraguaios levaram um reparo para montar nos restos da chata que tinham na praia, mas a nossa bateria de 12 fez 3 tiros que os obrigaram a retirar, deixando, porém, o reparo e dois homens.

Às 6 1/2 horas, já bastante escuro, foram vistos alguns foguetes erguidos do forte, os quais foram correspondidos por detrás da ilha de Santana, na direção do acampamento paraguaio.

Nessa ocasião, descia uma das nossas canhoneiras da vanguarda para para a esquadra.

Caíu na madrugada do dia 4 um forte temporal.

De manhã apareceram na praia paraguaia três "chatas". Uma de nossas canhoneiras aproximou-se e fez fogo, e a nossa bateria de terra também fez alguns tiros.

Uma das "chatas", colocada junto ao forte, respondeu ao fogo da canhoneira.

A tarde foi chuvosa e ao começar a chuva, cessou o fogo de ambos os lados.

II — OCUPAÇÃO DA ILHA

Grande foi o contentamento da comissão quando, ao anoitecer, o Dr. Carvalho lhe comunicou que o

general dera as ordens para que se realizasse a operação da Ilha.

Com verdadeiro entusiasmo tratou logo a comissão de preparar tudo quanto fosse preciso para essa operação, e a própria Providência, sempre pronta a dispensar ao Brasil a sua predileção, mostrou-se mais uma vez propícia, tornando a noite mais calma e limpa.

Ao amanhecer do dia 5, continuou o trabalho com o mesmo ardor. Aproximou-se da praia a artilharia e a infantaria que tinham de embarcar.

Dois vapores brasileiros e dois argentinos subiram o rio levando cada um 200 homens, com o duplo fim de fazer um reconhecimento do Alto-Paraná até às proximidades de Itati e de chamar a atenção do inimigo para outro lugar e melhor disfarçar a operação que íamos empreender.

As forças destinadas a ocupar a Ilha constavam do seguinte pessoal:

O 14º batalhão de infantaria de linha, comandado pelo major José Martini.

O 7º corpo de voluntários da Pátria, comandado pelo tenente-Coronel Pinto Pacca.

A força disponível do batalhão de engenheiros, comandada pelo capitão Brazílio de Amorim Bezerra, no impedimento do comandante.

Uma bateria de quatro bocas de fogo raiadas, calibre 12, sistema La Hite, pertencente ao 1º batalhão de artilharia a pé, sendo comandada pelo capitão Francisco Antônio de Moura.

Uma bateria de foguetes de guerra de sistema austriaco, com 4 estativas, comandada pelo capitão Francisco Villela de Castro Tavares.

Finalmente, de uma bateria de quatro morteiros de calibre 22, comandada pelo capitão Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza.

Montavam todas estas forças em cerca de 900 homens, ao mando do tenente-coronel João Carlos de Wilafran Cabrita, que deixara provisoriamente o comando do batalhão de engenheiros para assumir o desta expedição.

A operação era dirigida pelo chefe da Comissão de Engenheiros e seus ajudantes, que tinham já reunido os elementos acessórios de que precisariam para a realização de uma defesa conveniente e pronta, e bem assim para a construção das plataformas, etc.

A comissão tinha a seu dispor, além das canoas e chalanas por ela construídas, os vapores "General Osório", "Voluntário da Pátria", "Duque de Saxe" e "Riachuelo".

Às 7 horas da noite partiu a expedição; às 7/1/2, do vapor "Osório" desembarcava na ilha a primeira parte da tropa, e seguiram-se o "Voluntário da Pátria", o "Duque de Saxe" e finalmente o "Riachuelo" que, por ser de maior calado, não pôde atracar à barra da Ilha.

Os oficiais da Comissão de Engenheiros tratam imediatamente da construção da trincheira para cobrir a artilharia e coadjuvados pelos oficiais do batalhão de engenheiros e de artilharia, conseguiram que estivessem prontas, ao amanhecer, quase todas as trincheiras, com a artilharia quase toda assentada; enfim, em estado de responder-se, pouco depois, ao fogo com que o inimigo devia disfarçar seu desapontamento, ao descobrir a nossa operação.

Com efeito, às 6 horas da manhã começou o fogo inimigo sobre as nossas trincheiras, e pouco depois lhe respondemos com um canhão de 12.

O curto tempo de que se dispôs, durante a noite, não permitiu que se entrincheirasse também a infantaria, e assim, os nossos dois batalhões foram estendidos e ocultos atrás da macega para que não fossem vistos do inimigo. Às 7 horas, porém, não sei porque razão, o comandante do 7º de voluntários formou o seu batalhão em coluna na praia, descobrindo-se e apresentando ao inimigo um alvo bem notável. Os paraguaios não desprezaram essa oportunidade e imediatamente dirigiram ao batalhão um tiro que matou dois soldados e feriu a outros dois.

O Capitão Luiz Vieira Ferreira e o 1º Tenente Manoel Ignacio

Carneiro da Fontoura, que se achavam no vapor "Osório", este como comandante do vapor e aquele como secretário da Comissão de Engenheiros, recolheram os feridos em um escaler para serem levados ao hospital de sangue, e o inimigo percebendo o auxílio que o vapor prestava, tratou de afugentá-lo e o primeiro tiro que lhe dirigiu passou entre o grupo em que estavam os dois oficiais da comissão, o prático e o mestre do vapor, e com um estilhaço arrancado da amurada em que tocou a bala, feriu o prático.

Foram, pois, três os primeiros feridos que se recolheram ao hospital de sangue, que se achava estabelecido a bordo do vapor "Duque de Saxe"; mais tarde, porém, foram recolhidos mais duas praças, uma queimada por um cartucho de artilharia e outra ferida por um dos nossos foguetes de guerra que reventou ao sair da estativa.

As 10 horas da manhã, em um mastro plantado na parte mais alta da Ilha, o chefe da Comissão de Engenheiros teve a honra de levantar o pavilhão nacional, que foi saudado freneticamente por entusiásticos "vivas" repetidos por aquela mocidade esperançosa que ali se reunia, e aquela briosa soldadesca que se eletrizava ao som harmonioso do hino nacional tocado pelas bandas de música dos dois batalhões.

O inimigo, em um acesso de raiva, disparava amiudadados tiros contra aquele símbolo da liberdade e da civilização; porém essa fúria era impotente e o ribombar apressurado de sua artilharia servia apenas para aumentar a majestade de nossa festa, e a bandeira auri-verde tremulava orgulhosa sobre a cabeça de seus filhos.

Erguendo-se, porém, um símbolo tão nobre, tão altivo, era mister que se abatesse o sinal da escravidão nefanda, da tirania absoluta e ditatorial que aparecia no topo de um mastro, no forte de Itapiru; os nossos irmãos da esquadra assim o compreenderam e de um dos navios, que havia tomado posição a montante da Ilha, partiu uma bala tão patrioticamente dirigida, que o

mastro do Itapiru quebrou-se, e, momentos depois de levantada a bandeira brasileira, caiu por terra a bandeira paraguaia.

Um viva estrepitoso partiu de toda a parte onde havia um coração brasileiro. Era uma revelação da Providência!

O fogo continuou renhido de parte a parte.

As 2 horas da tarde desceram os navios que, na véspera, tinham subido o rio; o inimigo já os esperava, porque, ao passarem pela Ilha de Santana, lhes fez fogo de uma bateria que aí tinha colocado. Os navios responderam de passagem e não houve nenhuma novidade.

No dia 8 o inimigo parecia desenganado por que seus fogos não causavam dano na guarnição da Ilha, principalmente depois que se tinha entrincheirado a infantaria; e não quis começar o fogo como tinha feito na véspera. Nossas baterias, porém, às 8 1/2 deram o sinal de combate, disparando o primeiro tiro. Os paraguaios responderam então, e fizeram os três primeiros tiros sobre o vapor "Osório", dos quais o primeiro atravessou o camarim, onde se achava o capitão Vieira Ferreira com a secretaria e produziu grande dano; e os outros dois passaram junto à máquina. À tarde fizeram mais alguns tiros sobre o mesmo vapor e os projéteis alcançaram a margem correntina.

O dia 8 correu do mesmo modo, e o inimigo tomava por alvo predileto o vapor "Osório", que servia de comunicação entre a guarnição da Ilha e o exército.

Os navios da esquadra se conservavam ainda acima da Ilha, e coadjuvavam, se bem que pouco, o bombardeamento.

No dia 9 foi o inimigo quem começou o fogo às 8 horas da manhã, e não só não se calou durante o dia, como continuou a fazer alguns tiros mesmo à noite.

O forte de Itapiru estava em ruínas, mas os paraguaios não querendo abandoná-lo, tinham enterrado a plataforma donde atiravam com a sua peça de 68. Além disso tinham montado outras bocas de

fogo que eles pretendiam encobrir de nossa vista, guardando-as talvez para ocasião mais própria.

Essa ocasião não se fez esperar e pelo contrário apresentou-se na madrugada seguinte.

III — COMBATE DA ILHA

Com efeito, na madrugada do dia 10, os paraguaios, aproveitando-se da cerração que obscurecia a noite, vieram atacar a guarnição da Ilha em canoas cheias de infantaria. A escuridão lhes permitiu aproximarem-se da Ilha sem serem descobertos, desembarcaram as primeiras partidas e lograram mesmo matar as nossas mais avançadas sentinelas, que se achavam com pouca vigilância.

Formadas em linha de batalha, avançaram para as nossas trincheiras; porém as sentinelas aí estavam mais vigilantes e lhes perguntaram: "Quem vem lá?" ao que responderam com um brado horrível: "Los paraguayos, cambays"; e esse grito talvez lhes servisse de sinal para o ataque, porque se arremessaram logo sobre as nossas linhas.

Em um momento toda a guarnição se achou em armas e pronta para a defesa.

O inteligente tenente-coronel Cabrita mandou logo recolher as nossas linhas às trincheiras, e romper o fogo de nossos parapeitos, em resposta ao que já nos fazia o inimigo.

O combate estava travado entre os nossos 900 bravos e 1200 arrojados paraguaios.

O exército inteiro na margem correntina acordou em sobressaltos e correu para a praia.

Um espetáculo grandioso se apresentava a seus olhos e precipitava o palpitante do coração de cada soldado. A Ilha ardia em fogo; o clarão dos fuzis, que ali se disparavam, parecia uma nuvem de pirilampus percorrendo um espaço estreito na escuridão da noite, e a grita satânica, com que os bárbaros se animavam no combate, contrastava com os vivas entusiásticos dados à nação brasileira pelos nossos intrépidos guerreiros.

O exército em péso teria se precipitado em socorro de seus compatriotas se não os separasse um rio tão caudaloso; e a impossibilidade fazia crescer a ânsia da espectação. O chefe e mais oficiais da Comissão de Engenheiros, eletrizados, como todos, por aquela cena grandiosa, não se deixaram ficar mudos espectadores; cuidaram desde logo de levar socorro à guarnição atacada.

Dois oficiais da Comissão, o capitão Luiz Vieira Ferreira e o tenente Manoel Ignacio Carneiro da Fontoura, dirigiram-se ao general em chefe, que se apresentou na praia a cavalo, e lhes pediram tropa para conduzirem à Ilha, e foram embarcadas nos vapores "Osório" e "Voluntário da Pátria", onde se achavam o chefe e os oficiais da Comissão, duas companhias de infantaria, e as munições de guerra precisas.

Começavam a aparecer os primeiros clarões do dia e na Ilha a fuzilaria ainda se conservava intensa.

Os paraguaios não se descuidavam dos seus, e faziam embarcar no Itapiru novos reforços para coadjuvá-los.

O 1º tenente Gonçalves, comandante da canhoneira "Henrique Martins", que fazia parte da divisão protetora, levantou ferro e avançou para o lugar do combate.

Era tempo: os nossos bravos não poderiam talvez resistir aos reforços que já se aproximavam em canoas, balsas e chalanas.

Desde o começo do combate, o bravo tenente-coronel Cabrita tinha feito conservar uma fuzilaria nutrida e tão eficaz que dificultava extraordinariamente os passos aos assaltantes; porém, observando que, apesar disso, os paraguaios conseguiam alcançar a contra escarpa e abrigavam-se no fôssco, confiou a defesa do flanco esquerdo de nossas posições aos bravos capitães Tibúrcio e Moura e foi dirigir em pessoa o ataque no centro e no flanco direito.

O flanco esquerdo era defendido pelas guarnições de artilharia, que já não podiam jogar, e pelas praças do batalhão de Eudoro Emi-

liano de Carvalho, por se achar na margem correntina o capitão Bezerra.

O centro era sustentado pelo 14º batalhão de infantaria e o flanco direito pelo 7º corpo de voluntários.

Havendo-se o inimigo abrigado no fôssco, os fogos do parapeito se tornaram ineficazes, e assim o denodado comandante daquela briosa guarnição ordenou o ataque à baioneta.

Os corpos de infantaria corregaram levando por diante o inimigo, ao mesmo tempo que no flanco esquerdo se fazia igual operação, com muito maior deficiência de meios, mas à custa de muita bravura, inteligência e denodo.

O capitão Tibúrcio, querendo corresponder à confiança que nele e em seus companheiros havia depositado o comandante da guarnição, reuniu cerca de 12 homens, combinou-se com os valentes capitães Moura e tenente Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, que um feliz acaso tinha levado ali a passeio, e com mais alguns oficiais, marcharam a ferro frio sobre o inimigo. O batalhão de engenheiros não podia acompanhá-los, e por se achar armado de mosquetões sem sabre nem baioneta.

Quando aquele punhado de homens destemidos se lançou no fôssco, os paraguaios tremeram, e fizeram uma descarga tão incerta, que não feriu ninguém, apesar de ser a queima roupa; mas os nossos bravos não trepidaram e os fizeram jungar com seus cadáveres o fundo do fôssco, que com tanta temeridade eles tinham penetrado.

Os que não morreram fugiram diante de tanta intrepidez.

Ao perceber a desordem nas fileiras inimigas, o valoroso tenente Eudoro avançou com as praças de engenheiros sob seu comando e carregou o inimigo a couce d'armas.

A derrota dos paraguaios era infalível; por toda parte eles fugiam precipitadamente em busca das canoas que os tinham trazidos e que unicamente os podiam salvar; mas os nossos os seguiam de perto e eles rendiam-se.

Foi nessa boa ocasião que a canhoneira "Henrique Martins" aproximou-se da Ilha e fez dois tiros de metralha sobre os restos do inimigo, e contornando a Ilha meteu a pique diversas chalanas que traziam os socorros, e matou muita gente à fuzilaria, à metralha e até com as pás das rodas.

Os paraguaios que não ficaram mortos ou prisioneiros em terra, eram vítimas no rio, e desse modo bem poucos foram os que escaparam.

Na margem correntina, o resultado do combate ainda era desconhecido.

A fuzilaria cessava; uma espécie de silêncio sepulcral ia substituindo o seu rumor; a grita infernal que acompanhava o combate havia serenado; vivas repetidos se faziam ouvir; mas quem os dava?... não se podia perceber.

Todos os corações ansiavam, todas as vistas se fixavam sobre aquele teatro de sangue isolado nas águas do Paraná.

A canhoneira "Henrique Martins" se conservava entre a Ilha e a praia paraguai, e mal se lhe avistavam os mastros, porque a Ilha encobria. Nessa ocasião rompeu um atívisimo fogo de artilharia.

O dia não estava ainda bem claro e um dos tiros feitos pelo inimigo veio pôr termo à indecisão em que se achava o exército.

O inimigo não faria fogo de artilharia para a Ilha se não tivesse percebido a certa derrota dos seus; mas além disso uma granada, ao rebentar, envolveu na branca fumaça da explosão o mastro da nossa bandeira, e fez realçar, como em um fundo cêr de leite, o amado pavilhão auriverde.

Um grito unânime partiu do exército: as nossas armas tinham triunfado! O hino nacional ouvia-se então entoado pelas músicas dos nossos batalhões vitoriosos.

Nessa ocasião, chegavam à Ilha os vapores "Osório" e "Voluntário", que, se já iam tarde com os socorros para o combate, chegavam a tempo de cuidar dos feridos e de receber os mortos para que se lhes desse uma sepultura,

como bem o mereciam os bravos da Pátria.

Os paraguaios, desesperados pelo mau êxito daquela expedição, faziam horrível fogo de artilharia sobre a Ilha e sobre os vapores.

A canhoneira "Henrique Martins" desceu o rio em busca de conveniente ancoradouro, por ter recebido duas balas ao lume d'água que a punham em risco, deixando, porém, demonstradas duas eloquentes verdades: a aptidão e valentia de nossa marinha e a existência de um canal franco para a navegação do rio entre a Ilha e o Itapiru.

Apesar do intenso fogo de artilharia, a Comissão de Engenheiros não arrefecia de zelo; um de seus membros, o 1º Tenente André Pinto Rebouças tinha tomado parte no combate por se achar na Ilha destacado, os outros foram os primeiros a chegar com socorro, e se ocuparam todos em recolher os feridos e conduzi-los para o hospital de sangue, em mandar sepultar os mortos e arrecadar os despojos que nos tinha deixado o inimigo no campo do combate.

A nossa operação tinha sido muito feliz, não só por ser coroada de vitória, como pelas insignificantes perdas que tivemos em relação ao inimigo, que perdeu quase toda a sua gente, a maior parte morta, muitos feridos e prisioneiros, entre os quais o capitão Romero, comandante da Expedição. Este capitão foi recolhido a bordo do navio almirante.

O destino, porém, não quis que tão pouco nos custasse a vitória, e escolheu dentre os bravos mais algumas vítimas.

Reunidos em uma grande "chata" que tinhamos atracada à Ilha com munições e outros artificios e pedreiros de guerra, se achavam os bravos tenente-coronel Cabrita, o major Luiz Fernandes de Sampaio, membro da Comissão de Engenheiros e os tenentes Francisco Antônio Carneiro da Cunha e Wolf, este secretário e aquele ajudante do batalhão de engenheiros. O tenente-coronel Cabrita redigia a parte do combate que seu secretário escrevia, quando uma bala predesti-

nada, repassada da tirania de Lopez, encandecida pelo ódio do tigre vencido, atravessou o costado da "chata", ceifou cruamente aquelas vidas preciosas, e, varando o outro costado, foi ainda meter a pique a lancha a vapor "Coronel Fidelis", que se achava atracada à mesma chata.

Maldita!

O major Sampaio a tinha recebido no tronco do corpo, o tenente-coronel Cabrita estava morto alguns passos além, ainda com o semblante prazenteiro, e nos lábios o sorriso da vitória; o tenente Wolf estava com ambas as pernas decepadas quase junto às virilhas, e o tenente Carneiro da Cunha estava prostrado moribundo.

Um sorriso satânico teria assumado aos lábios do algoz se lhe fosse dado presenciar aquela cena de horror!

Estava consumada a obra do destino! A fatalidade tinha vindo entristecer aquele dia de regosijo e de glória!

Os restos de Sampaio não foram encontrados porque a água entrava em borbotões na "chata" e o pouco tempo que restou foi insuficiente para salvar as munições: tal é a sorte cruel da guerra, em que o homem se vê obrigado a esquecer o cadáver do amigo para salvar os meios de destruição do inimigo!

Carneiro da Cunha foi recolhido ao hospital, vacilando entre a vida e a morte, Cabrita e seu secretário descansam na margem correntina em uma pobre e isolada sepultura, onde apenas a mão de seus amigos lhes pôde erigir uma tósca cruz!

IV — ILHA DA REDENÇÃO

A vitória alcançada tão completamente, na Ilha fronteira ao forte de Itapiru, teve preciosas consequências que, desde logo começaram a se patentear: o fogo do sacrifício da heróica guarnição aqueceu os ânimos e o seguimento das operações tornou-se uma necessidade urgente, sendo também a vontade de todos.

No dia 11, publicaram-se Ordens do dia comemorando a jornada de

10; e o general Mitre, na que deu, lamentou sentidamente a perda de Cabrita e Sampaio.

A Ilha fronteira ao Itapiru, cujo nome anterior não podemos garantir, mas que disseram-nos ser o de MEZZA, teve daí em diante três pelos quais passou a ser conhecida.

Na noite em que se ocupou a Ilha, o sempre lembrado Cabrita apelidou-a — Ilha da Redenção —, nome que escreveu em pequenos pedaços de papel e distribuiu pela guarnição.

Queriam alguns que se chamasse — Ilha do Carvalho — por se ter efetuado sua ocupação por plano da Comissão de Engenheiros e esforço do Dr. Carvalho perante os generais.

Finalmente, depois do dia 10, começaram alguns a chamá-la — Ilha do Cabrita — como um tributo à memória d'esses bravo que aí soube imortalizar seu nome.

Chame-se porém ela da Redenção, do Carvalho ou do Cabrita, recordará sempre o primeiro dia de glória dos exércitos aliados, conquistada pelas baionetas brasileiras, naquela nova fase da campanha, e um relevante serviço prestado pela Comissão de Engenheiros.

Quanto a nós, para não escolher os dois últimos nomes, que nos recordam pessoas de amizade adotaremos a escolha do malgrado comandante e a chamamos — Ilha da Redenção.

V — ATIRADORES NOTÁVEIS

O bombardeamento, da parte dos paraguaios, continuou sempre sobre a guarnição da Ilha, que já estava reforçada pelo 12º batalhão de infantaria de linha para ali conduzido no dia 10 e que, se não chegou a tempo de tomar parte no combate daquele dia, prestou contudo bons serviços ainda.

Um fato importante se deu depois da ida desse batalhão.

Alguns de seus oficiais, entre os quais sobressaía o capitão Alencar, combinaram-se com o tenente da guarda nacional do Amazonas, o bravo Luiz Antony, que servia então adido ao batalhão de engenhei-

ros, saíram das fortificações e se distribuíram, ocultos, pela macega, pelos pontos donde melhor podiam avistar o forte de Itapiru. Armado cada um com uma de nossas carabinas, esses oficiais fizeram tiros tão certos sobre a guarnição de artilharia do forte que, logrando fuzilar a muitos, os outros artilheiros abandonaram inteiramente o canhão e se ocultaram dos fogos dos temíveis atiradores.

Quando, porém, supunham que a vigilância dos nossos estaria mais frouxa, os paraguaios mandavam um ou outro servente carregar a peça e prepará-la para atirar; estes vinham agachados até ao canhão e apenas se erguiam para carregá-lo, ocasião essa pelos nossos aproveitada para mimosceá-los com uma bala, que se não abatia o temerário, o punha logo a fugir precipitadamente, como a corça aterrorada pelo tiro que deixou de matá-la.

A distância da Ilha ao forte é grande, mas as nossas carabinas, dirigidas por mãos amestradas, conseguiam resultados de precisão pasmosa; e daí resultou o enfraquecimento do bombardeamento por parte dos paraguaios, pois gastavam muito tempo para carregar uma peça e fazer um tiro, sendo este sem resultado para eles, por mal dirigido.

VI — PLANO DE PASSAGEM DO RIO

Enquanto na Ilha da Redenção se passavam assim as horas dos dias subsequentes ao célebre combate, na repetição dessas cenas variadas e quotidianas nas forças avançadas, onde a vida é o tento com que se marcam os pontos da série de partidas que constituem o grande jogo da guerra, crescia na margem correntina a efervescência, atuada no grosso do exército pelo sucesso da madrugada de 10, para novas e mais amplas operações. Oficiais e soldados, todos ansiavam por medir suas armas com as do inimigo.

Os generais aliados de mar e de terra se reuniam a bordo do "Apa", onde o almirante Tamandaré tinha

o seu pavilhão, e em longas conferências traçavam o plano segundo o qual os exércitos deviam se mover.

O chefe da Comissão de Engenheiros, que assistia a quase todas essas conferências, e que tanto se mostrava empenhado pelo começo das operações, no dia 15 reuniu os seus oficiais na câmara do vapor "General Osório", onde a Comissão tinha a sua secretaria, e com o maior contentamento declarou-lhes que estava resolvida a passagem do Paraná para o dia seguinte, e que portanto a Comissão cabia desde logo dobrar de atividade, para aprestar todo o material de que seria mister.

Os oficiais receberam essa notícia com a satisfação que só pode nascer da convicção que nutriam, de que essa operação brilhante tardava já, com prejuízo incalculável para nossas armas, e cada um, com a dedicação, atividade e zelo que distinguia essa briosa corporação, tratou logo de executar o que lhe foi ordenado.

Tudo se pôs em movimento.

Nos depósitos flutuantes dividiam-se as munições segundo o destino que deviam ter: as canoas cruzavam-se, tripuladas por praças do batalhão de engenheiros, e com algum oficial da Comissão conduziam os petrechos bélicos para as "chatas" que tinham de levá-los ao território paraguaio. Das pontes estabelecidas pela Comissão na margem correntina, aproximavam-se as forças que tinham de embarcar, e as bôcas de fogo que as acompanhariam. Enfim, a agitação era completa e acompanhada de uma alegria como se todos se preparassem para uma grande festa.

O plano da passagem determinava que o exército brasileiro se dividisse formando quatro expedições, com a composição e destino que vai mostrar-se:

A 1ª expedição, com a qual tinha de seguir o General Osório, constava de:

O vapor "Viper", levando 1300 praças de infantaria, e a reboque a chata "Rio Grandense" com os

cavalos do estado-maior da expedição e os de um esquadrão;

O vapor "Whiternich" com 1200 praças, rebocando a chata "Cearense", com as munições de infantaria e artilharia de 4;

O vapor "Susan-Bearn" com 1460 praças, rebocando a "Pernambucana", com 8 bôcas de fogo de 4, as respectivas guarnições e duas chalanas com munições;

50 praças do batalhão de engenheiros, com seus respectivos oficiais, sob o comando do capitão A. Tibúrcio Ferreira de Souza.

Os trabalhos desta expedição eram dirigidos, por parte da Comissão de Engenheiros, além do chefe Dr. Carvalho, pelos capitães Luiz Vieira Ferreira e Abreu Lima e os Tenentes Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim e Manuel Ignácio Carneiro da Fontoura.

A 2ª expedição constava de:

O vapor "Marellio Dias", com 1300 praças e o "Riachuelo", com 1400;

— O "Presidente", com 914, rebocando a chata "Monitor" com 21 cavalos, 2 canoas com 50 praças do batalhão de engenheiros, sob o comando do 1º tenente Diogo Ferreira de Almeida e mais 2 com o material correspondente;

O "Uruguai", com 800 praças. Da Comissão de Engenheiros, o capitão João Thomé Salgado e o tenente Alvaro Joaquim de Oliveira.

A 3ª expedição era formada pelo:

Vapor "Galgo", com 1300 praças, rebocando um pontão com 2 bôcas de fogo de 4 e outro com 200 praças; o "Duque de Saxe", com 500 praças, levando à reboque 4 canoas grandes com 200 praças;

O "Princesa", com 1000 praças, rebocando um pontão com praças e um com cavalos.

O "Araguaia", com 300 praças, levando a reboque um pontão com artilharia e outra gente.

Da Comissão de Engenheiros, os tenentes José Simões de Oliveira e Bernardino de Senna Madureira. Um contingente do batalhão de engenheiros comandado pelo ca-

pitão Floriano Vieira Peixoto, embarcado em duas canoas, duas outras com ferramentas e quatro com víveres.

A 4ª expedição se compunha de :

O resto da artilharia, a 6ª divisão de infantaria e tudo o mais que pertencesse ao exército, assim como o pessoal e material que se achavam na Ilha da Redenção.

Incumbidos da direção dos trabalhos dessa expedição, por parte da Comissão de Engenheiros foram : o major José Maria de Alencastro, que se conservou na margem corrente, dispondo, com a sua reconhecida competência, calma e prudência, o embarque de todas as tropas e materiais restantes ;

O 1º tenente André Pinto Rebouças, que se achava destacado na Ilha, desde a sua ocupação, incumbido dos serviços que exigissem as fortificações, e o 1º tenente Inocêncio Galvão de Queiroz, a quem o chefe da Comissão de Engenheiros incumbiu da importante missão de substituir o bravo capitão Tibúrcio no comando da bateria de morteiros que devia continuar na Ilha a sua valiosa cooperação no bombardeio que se devia ativar durante as operações da passagem.

Destas quatro expedições, as duas primeiras deviam descer o Paraná, até às Três-Bôcas e subir o Paraguai para efetuar o desembarque em qualquer ponto da margem esquerda que fosse conveniente, abaixo do forte de Curupaiti.

A terceira devia ao mesmo tempo ameaçar o forte de Itapiru, simulando um desembarque em suas imediações, na mesma ocasião que a esquadra bombardeasse a margem paraguaia do forte de Itapiru até o Passo da Pátria.

As operações desta terceira expedição e da esquadra tinham por fim conservar o inimigo em suas posições, enquanto as duas primeiras expedições se estabeleciam no terreno paraguaio, ou batê-lo de flanco se tentasse oferecer resistência na margem do Paraguai, fazendo para isso avançar forças, caso esse em que o simulacro da

terceira expedição devia se converter em realidade, e o desembarque dessa força cortaria o exército inimigo em duas partes. A quarta expedição operaria segundo as necessidades da ocasião, formando com o exército argentino e oriental a reserva.

VII — PREPARATIVOS : MOVIMENTO : BOATO SOBRE A ESCOLHA DO PONTO DE DESEMBARQUE

As 6 horas da tarde do dia 15, aproximadas das pontes das tropas da 1ª expedição, atracaram os vapores e começaram a recebê-las, assim como o material que devia segui-las.

Terminado, sem a menor novidade, o embarque das forças, os transportes levantaram ferro e tomaram posição entre os vasos de guerra que deviam comboiá-los ao destino conveniente.

Tudo estava pronto para começar a mais importante operação desta campanha, — a passagem do exército aliado através do caudaloso rio Paraná e sob as vistas do inimigo !

Os soldados da aliança iam pisar o solo do inimigo, e aos brasileiros coube a honra de fazer a vanguarda da tremenda cruzada.

A bravura do general Osório foi confiada a honra dos nossos exércitos, à sua nunca desmentida energia a tarefa de plantar de um modo glorioso no país inimigo o estandarte da civilização.

As 9 horas da manhã do dia 16 a primeira expedição desceu o Paraná, demandando as Três-Bôcas.

Fazia a testa desta expedição a canhoneira de guerra "Beberibe" sob o comando do capitão de fragata Delfim Carlos de Carvalho, o valente imediato do Amazonas em Riachuelo e hoje Barão da Passagem ; seguia-se logo o vapor "General Osório", a cujo bordo iam o nosso general, seu estado-maior e dois oficiais da Comissão de Engenheiros, capitão Luiz Vieira Ferreira e tenente Manoel Ignácio Carneiro da Fontoura. Seguiam-se os outros navios da expedição e por último o vapor "Voluntário da Pátria", com o chefe da Comissão de Engenheiros, o capitão Abreu Lima

e o 1º tenente Jeronymo Jardim. Nas Três-Bôcas havia uma divisão da esquadra com alguns navios avançados no rio Paraguai, por onde subiu a expedição até à distância aproximada de meia légua.

Não sabemos se a esquadra tinha feito alguma exploração, na margem esquerda do rio Paraguai, para escolher o ponto conveniente ao desembarque de nossas forças, ou se o conselho dos generais tinha tido informações que o determinassem a preferir uma localidade, mas tudo leva a crer que houve más informações, pois os navios da expedição meia légua distante da foz do Paraguai, aproximaram-se mais da margem esquerda e a canhoneira "Beberibe" parou, como se chegasse a seu destino já conhecido, sendo imitada pelos outros vapores que a seguiam.

Espalhou-se no exército, com alguns visos de fundamento, a versão de ser o ponto de desembarque indicado pelo capitão paraguaio Romero, prisioneiro na Ilha da Redenção, o qual depois de vencido, no dia 10, tinha sido recolhido a bordo do navio almirante, onde se conservou.

Se foi isso verdade confirmou-se ainda uma vez, o que já era muito conhecido na história das guerras: que os prisioneiros agarrados com as armas na mão são sempre suspeitos nas informações que tendam ao aniquilamento do exército de sua nação. E nem é lícito duvidá-lo. O azar da guerra pode fazer depor as armas ao vencido, mas não lhe apaga no coração o fogo do patriotismo com que se batia pela sua pátria; e a idéia de que os paraguaios só brigavam pelo horror que lhes inspirava Lopez, é absurda. A força de Lopez, sua habilidade, consistia em incutir no ânimo de seus cegos e ignorantes sectários um ódio entranhável pelo Brasil que lhes apresentavam como usurpador. Só assim se podem explicar os atos de heroísmo, da mais notável abnegação de que os paraguaios deram exemplo.

Sim, os paraguaios fizeram muitas vezes atos de verdadeiro heroísmo; e este só pode ser par-

tilha dos sentimentos espontâneos de uma idéia formada ou de uma crença firme, e nunca o esforço do escravo para cumprir meramente ordens de um senhor que o avilta.

Não admiraria, pois, que o capitão Romero aconselhasse o desembarque do exército debaixo mesmo das baterias do Passo da Pátria, e que depois, por não ser aceito o conselho, indicasse o ponto do rio Paraguai onde se realizou a operação, ponto esse bem mal escolhido, e onde o exército brasileiro podia ter sofrido um revés, se o exército de Solano Lopez fôsse comandado com mais ciência e mais tino.

Se Romero quisesse realmente coadjuvar a operação da passagem, teria indicado o caminho da lagoa Pires, e nosso exército, desembarcando no potreiro desse nome, teria interceptado a comunicação do exército do ditador com a sua famosa Humaitá, o teria sitiado no entrincheiramento do Passo da Pátria, que nada tinha de temível senão pelo lado do rio, pelas imensas e variadas lagoas, que a grande enchente do rio nessa ocasião conservava.

VIII — DESEMBARQUE E COMBATE DO DIA 15

O caso é que a canhoneira "Beberibe", parando quase atracada à margem esquerda do Paraguai, os outros navios da expedição pararam também, e o general Osório seguiu em um escaler para bordo do navio chefe da divisão da esquadra que ali próximo bloqueava aquêle rio.

Os dois oficiais da comissão que estavam a bordo do vapor Osório seguiram em um escaler para a margem inimiga e saltaram no território paraguaio, ao mesmo tempo que o capitão de fragata Delfim; e a exemplo do que fazia este oficial, fizeram aproximar o vaporzinho Osório à margem por espias amarradas nas árvores, visto não ser conveniente ali largar âncora.

Trataram depois os dois oficiais da comissão de preparar as pranchas para desembarque das tropas, e empregaram nesse serviço, como

em desembarcar do mato o lugar onde os soldados tinham de formar, algumas praças do batalhão de engenheiros que tinham vindo com eles.

Quando o general em chefe aportou na margem esquerda, já achou as pranchas passadas para um dos transportes de tropa e para a chata que conduzia os cavalos de montaria do general, de seu estado-maior e piquete.

Começou então o desembarque pelo piquete, que se compunha de dez praças de cavalaria de linha, ao mando do intrépido tenente Pantaleão, tendo como oficial inferior seu irmão João Baptista da Silva Telles, igualmente valoroso, e que hoje é tenente-coronel comandante de um regimento de cavalaria.

Desembarcado apenas o piquete, o general mandou-o explorar o terreno por onde o exército deveria passar, ordem essa que foi cumprida com a bravura, quase temerária, com que o tenente Pantaleão costumava proceder nos maiores perigos e mais apertados transeis.

O terreno era péssimo. Margem do rio, havia um estreito albardão enxuto e coberto de mato, mas depois seguia-se um extenso banhado, em alguns lugares com mais de um metro de profundidade, e só além é que o terreno se tornava seco e desembarçado ao trânsito, em um campo sofrivelmente espaçoso.

O piquete às ordens de Pantaleão, apenas vadeou o alagadiço, estendeu-se em linha de exploradores, conseguindo surpreender uma pequena guarda do inimigo postada próxima do ângulo formado pelas margens do rio Paraná e Paraguai, que ela devia vigiar.

Percebendo a guarda a presença do nosso piquete, fugiu precipitadamente do lugar em que estava alojada em um rancho de palha; mas pouco adiante estendeu em atiradores e começou a fazer fogo sobre o piquete. Compunha-se ela de 20 praças de cavalaria mais ou menos e algumas de infantaria.

A incúria dessa guarda paraguaia devemos talvez a facilidade com

que logramos efetuar o desembarque de nossas tropas no território inimigo sem perda de um homem. Porque se ela estivesse com mais zelo no desempenho de seus deveres, teria visto nossos vapores cheios de tropa descerem o Paraná e subirem o Paraguai; teria desde logo dado parte desse movimento ao ditador, que talvez conseguisse chegar a tempo de disputar-nos o desembarque.

Parece que a guarda, depois de surpreendida, mandou aviso às forças que estavam no Itapiru, porque pouco depois a linha que se opunha aos nossos exploradores foi reforçada por mais alguns soldados, que foram bizarramente recebidos pelo tenente Pantaleão.

O general Osório, hesitando em empenhar as tropas naqueles terrenos alagados, regressou à margem do rio e disse aos oficiais da Comissão de Engenheiros que passassem o desembarque, e que talvez tivessem de reembicar as poucas companhias que já estavam em terra; que ele ia fazer novas explorações; e dito isso partiu a galope pelo estreito Albardão por onde tinha ido o piquete.

Tinha porém o piquete estabelecido uma guerrilha contra a linha de atiradores com que o inimigo o hostilizava; linha que crescia sucessivamente e ia se tornando respeitável em relação ao diminuto número de praças do piquete; mas este tinha por chefe um dos oficiais de mais bravura do nosso exército, e esse punhado de homens não podia deixar de fazer prodígios.

O general em chefe, ao chegar, presenciou o relevante serviço prestado pelo seu piquete e a coragem com que soube sustentar a guerrilha inteiramente só, até que alguma infantaria lhe pudesse prestar auxilio.

Em tão difícil circunstância os dois oficiais da Comissão de Engenheiros, considerando as desastrosas consequências que traria a perda de tempo naquela operação; que não era possível deixar o general em chefe só com o seu piquete em luta com o inimigo, e que a idéia de um reembarque não po-

dia ser realizada, porque seria uma derrota, deliberaram entre si, e o capitão Vieira Ferreira, tomando a responsabilidade, mandou continuar o desembarque; e as tropas que desembarcavam procuravam, através do mato e do banhado, caminho para o lugar em que se dava o tiroteio.

Essa resolução não foi filha de desobediência, mas expressão patriótica da responsabilidade que toma um subalterno em leal e sincero apóio de seu chefe, quando tem convicção profunda do acerto de seu ato para salvação geral, embora conheça que a falta de vitória lhe custará a vida.

A celeridade do desembarque, a imediata transposição do mato e do brejo eram a condição indispensável para o feliz êxito da operação, pois convinha que tivéssemos nossas forças de posse do terreno vantajoso para medir suas armas com as do inimigo quando este, avisado como já estava, chegasse a apresentar-nos de frente forças mais consideráveis.

Felizmente, quando os paraguaios nos apresentaram uma linha de maior importância, já o general tinha reunido ao seu bravo piquete algumas companhias do 2º batalhão de linha, o 2º corpo de voluntários, que formaram também uma linha de atiradores destemidos, sob o comando do major Manoel Deodoro da Fonseca, hoje glorioso marechal de campo, que o Brasil ama e venera, e o mundo inteiro conhece.

Os vapores transportes estavam tão carregados de tropa, que seria maravilhoso atirar sobre eles uma bala de fuzil sem produzir a perda de uma vida; portanto, se o inimigo conseguisse aproximar uma bôca de fogo e fazer-nos alguns tiros de metralha poderia, sem dificuldade, malograr-nos a operação, ou pelo menos torná-la de uma perda enorme.

Os oficiais dos transportes subiram às vergas e dessa elevada posição, que dominava o mato, conseguiram ver o movimento das forças inimigas, e anunciavam a aproximação de forças consideráveis

que dentro em pouco distinguiram serem elas das três armas.

Não se enganavam, com efeito, pois em pouco tempo o tiroteio tornou-se mais nutrido e o estampido da artilharia paraguaia se fez ouvir. Então o desembarque acelerou-se de um modo espantoso.

O entusiasmo de nossas tropas expandiu-se, e todos queriam à porfia tomar parte no combate.

As pranchas estavam constantemente cheias de pelotões sucessivos que passavam, e muitas praças pulavam dos navios mais próximos para a margem.

Tinha chegado também a segunda expedição e, com ela, o capitão José Thomé Salgado e o 1º tenente Alvaro de Oliveira, membros da Comissão de Engenheiros, que foram logo para terra proporcionar também o desembarque às tropas.

A Comissão, com as praças de engenheiros, abriu uma picada pelo mato, e com as árvores cortadas estirou o brejo para tornar possível a passagem de nossa artilharia para o teatro de combate.

Avisado o chefe da Comissão dessas circunstâncias, mandou desembarcar a bateria de bôcas de fogo de calibre 4, ao mando do capitão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, com os respectivos carros de munição, da qual só três canhões puderam naquela ocasião entrar em combate.

Já então a picada estava pronta e as bôcas de fogo seguiram por ela, sendo vencida a dificuldade da rodagem no brejo pela força dos braços dos soldados.

As munições eram conduzidas dos respectivos carros à mão de artilheiros e de outras praças.

Dêsse modo, a despeito de todos os entraves, dos variados obstáculos com que se nos apresentava o caminho do dever, nossa bateria de quatro se estabeleceu nos lugares que lhe indicara o nosso general, e fez sentir ao inimigo o efeito mortífero de seus projetos.

Também o combate não foi porfiado por parte dos paraguaios.

Logo que conseguimos meter em ação alguns batalhões de infantaria e as três bôcas de fogo, o ge-

neral em chefe dirigiu com tanto denodo e acerto o ataque, que o inimigo bateu em retirada, deixando em nosso poder alguns feridos, que foram aprisionados e conduzidos ao hospital de sangue.

IX — BIVAUQUE E TEMPESTADE

Estava conseguida a grande operação que intentáramos!

Oito mil brasileiros ao mando do invencível general Osório estavam estabelecidos no território inimigo, donde não deveriam sair senão depois de derribada a autoridade do tirano, depois de lavada a afronta que ele nos tinha traçoceiramente afitado, aniquilada a força escravizadora daquela infeliz nação.

Entretanto, a hospedagem na terra do inimigo não nos podia ser mais propícia, e o resto do dia 16 e a noite para 17 foi formidável!

Armou-se de repente furiosa tempestade; o sol encobriu-se e pesadas nuvens percorriam o espaço envolvendo em um manto negro a abóbada celeste. Os ventos se desencadearam, a chuva caía em borbotões, e a temperatura baixou consideravelmente, enregelando os nossos bravos soldados, baldos de todos os recursos naquela ocasião, sem abrigo, sem coberta, sem meios de se aquecerem, a não ser o fogo do patriotismo que lhes dava a resignação e lhes conservava levantado o ânimo e o valor.

Em semelhante circunstância não podia o general empreender novos feitos, mesmo porque eram diminutas as tropas que se achavam em território que o inimigo conhecia palmo a palmo, para nós inteiramente desconhecido, e erigido de obstáculos, que se podiam converter em sucessivas emboscadas perigosas; além do que carecíamos dar fôlego às tropas sumamente fatigadas e consumidas pela aspereza do tempo.

Assim, pois, o general, de acôrdo com o chefe da Comissão de Engenheiros, procurou a melhor e mais segura posição para o exército passar aquela noite terrível; e ficou o exército bivacado com uma frente tão desenvolvida quanto o terreno

permitiu, apoiando seus flancos sobre o rio Paraná e uma lagoa ou terrenos intransitáveis.

Previo o general que os paraguaios, conhecedores como eram do terreno, se aproveitassem da escuridão da noite, dos efeitos da copiosa chuva que caía, para tentarem um ataque à posição que ocupávamos; e portanto, garantido como estava pelos flancos, tratou de cobrir a frente por forças avançadas que pudessem vigiar o inimigo ou, para melhor dizer, senti-lo por qualquer direção que ele se apresentasse.

X — COMBATE DO DIA 17

Não só a passagem do Paraná não tem tido na apreciação dos que vêm a guerra de longe, a consideração de que é digna, e que imortalizaria um exército europeu, onde os comentadores exploram o mais insignificante feito desse gênero para enobrecerem as armas de suas nações, como os combates de 16 e 17 de abril não parecem ser considerados entre os primeiros feitos dessa campanha.

Há nisso grave injustiça, que um dia a história fará desaparecer, quando também tiverem desaparecido da cena do mundo as figuras importantes dessa brilhante fase da vida do Brasil, e as paixões tiverem de ser levadas em conta na narração da verdade.

Em nossa fraca opinião, os dias 16 e 17 de abril bastavam para imortalizar o nome do general Osório; e estamos certos que na consciência desse general a batalha de 24 de maio, a maior das batalhas feridas na América do Sul até esta época, não fará diminuir o valor do triunfo que conseguiu no combate de 17 de abril.

As condições na madrugada de 17 eram péssimas.

Posições desconhecidas inteiramente por nós, terreno propício às emboscadas e surpresas do inimigo, exército muito inferior em número ao que ele podia apresentar-nos, inferioridade nas armas, porque não tínhamos cavalaria; o cansaço enfim, de nossas tropas que havia

mais de 24 horas estavam em movimento, sem repouso, sem regular refeição e expostas à chuva e a um frio rigoroso: tudo isso exigia da parte do general a maior prudência, o mais desenvolvido tino, conhecimentos da arte da guerra, e muita energia para não sacrificar seus valentes soldados.

Pois bem: o general Osório satisfizesse cabalmente a todas essas condições.

Auxiliado pelo inteligente e incansável chefe da Comissão de Engenheiros, situou perfeitamente o exército e o cobriu com verdadeira arte, frustrando todas as tentativas que o inimigo empreendeu.

E quando, sobre a madrugada do dia 17, o inimigo atacou resolutamente e com energia nossas linhas avançadas, ameaçando seriamente a nossa artilharia que se achava em posição, mas ainda sem ter sido possível fortificar-se, o majestoso vulto do General Osório, aos primeiros clarões do dia, se destacou no renhido do combate grandioso e sublime!

Montado em seu fogoso ginete contemplava a luta com serenidade pasmosa, dava todas as ordens com acerto e sem sofreguidão; empenhava na peleja as forças indispensáveis, pois a topografia do terreno não permitia desenvolver grandes linhas de ataque; sabia esperar pelo resultado de suas ordens, e pronto apresentava nos pontos mais perigosos o reforço que supunha mister para firmar o triunfo.

Os paraguaios não puderam vencer semelhante resistência, por mais esforços que fizessem, por mais arrôjo que desenvolvessem. Seus regimentos estavam dizimados pelo fogo vivíssimo e certo das oito bocas de fogo da bateria Mallet; seus batalhões recuavam ante nossa briosa infantaria, e sua própria artilharia era atacada pela nossa linha de atiradores, sendo uma das peças logo tomada por três praças do 1º batalhão de infantaria, uma das quais, o músico José Luiz da Silva, exclamou, pondo a mão sobre o canhão inimigo: — "esta peça é brasileira".

O anjo da vitória oferecia a sua palma virente ao general brasileiro, o triunfo estava declarado pelas nossas armas, e o exército inimigo, com sensíveis perdas, bateu em retirada.

Como troféu desta vitória o exército brasileiro recolheu uma bandeira do inimigo, três bocas de fogo de campanha, grande quantidade de fuzis, de lanças, e alguns prisioneiros, a maior parte feridos.

Nossas perdas orçaram no dois dias em 200 homens, inclusive mortos e feridos, oficiais e soldados, sendo o número de mortos 1/4 do de feridos.

As do inimigo em homens não foram inferiores ao triplo das nossas.

Conseguir, pois, tão vantajosos resultados nas circunstâncias precárias em que se achava aquele pequeno exército, é um padrão de glória para um general em chefe; razão porque dissemos que os sucessos dos dias 16 e 17 de abril bastavam, por si sós, para imortalizar o nome do general Osório.

XI — ENTRINCHEIRAMENTO DA ARTILHARIA

Apenas posto em fuga o inimigo no combate que acabamos de narrar, o general mandou cobrir por trincheira a posição de nossa artilharia, pois era de presumir que os paraguaios voltassem a combate, visto poderem revesar suas tropas, e convir-lhes aproveitar o pequeno número das nossas que estavam daquele lado do rio.

Por seu lado, o general não devia empreender naquela ocasião uma operação ofensiva, pela fadiga das tropas, pela necessidade de cuidar dos feridos e transportá-los para o hospital, enterrar os mortos, e para não perder uma posição que já conhecíamos, enquanto não pudessemos intentar a marcha até ao forte de Itapiru e seu assalto.

Assim, a Comissão de Engenheiros, com dois contingentes do batalhão de engenheiros, deu começo às fortificações auxiliadas pelos oficiais da bateria e algumas praças.

Essa resolução não escapou aos paraguaios e lhes fez aproximar

alguns piquetes com o fim de observarem uma ocasião azada para tentarem novo ataque.

Foram repetidas as demonstrações do inimigo em diferentes pontos das nossas linhas; trocaram-se alguns tiroteios em diversas emboscadas, mas a construção das trincheiras progredia rapidamente.

Numa ocasião, os paraguaios percebendo que os nossos canhões estavam fora das baterias, para dar lugar ao trabalho de entrenchearamento, aproveitaram-se disso e suas tropas de cavalaria e infantaria se apresentaram fora do matto e dispunham-se a avançar sobre nossa artilharia; mas esse movimento sendo longo conhecido por nossa parte, os canhões, que, de fato estavam um pouco retirados do parapetto que se construía, foram rapidamente colocados em posição de combate, e ficaram aptos para jogarem a barbeta, naqueles lugares em que as canhoneiras não estavam ainda abertas no parapetto.

Todo o exército chegou a postos e o inimigo viu em um momento que não colheria naquele novo ataque senão piores resultados do que teve naquela madrugada. Isso o fez mudar de intento e ocultar-se pressuroso daquelas infatigáveis bocas de fogo.

O trabalho de engenharia pôde ser concluído sem acidente algum, podendo desde então o exército contar com maior segurança, ficando mais descansadas as tropas que se achavam de proteção à artilharia.

Conseguido esse resultado, nossa posição tornou-se bastante forte, pois não podíamos ser atacados senão de frente e essa estava bem defendida pela artilharia entrenchearada e por excelentes corpos de infantaria, que tomavam todas as avenidas por onde o inimigo poderia tentar um ataque.

O campo em que estávamos situados, tendo à direita o Rio Paraná, estava na altura da nossa esquadra, que se poderia aproximar e estabelecer uma formidável bateria flutuante, que poderia jogar seus projectis de revés sobre o

terreno ocupado pelo inimigo, que nos fazia frente. Este auxílio porém não se nos tornou necessário.

XII — OCUPAÇÃO DE ITAPIRÚ

Na manhã do dia 18, o pequeno e glorioso exército do general Osório preparou-se para novas empresas e para assaltar o forte de Itapirú, se o inimigo quisesse defendê-lo.

Do lugar onde estávamos ao Itapirú, conquanto não fosse longe, havia espaço bastante para renhidos combates, se o inimigo ousasse disputar-nos a marcha.

O terreno transitável era estreito, cortado de capões de matto recortados de picadas; os claros muitas vezes embaraçados de macega que não permitia a vista alcançar muito longe; e todos esses acidentes só o inimigo os conhecia bem; poderia portanto dar um preço elevado a cada palmo de terreno que fôsse obrigado a ceder-nos. Mas os sucessos de 16 e 17 lhe davam pleno conhecimento da impetuosidade das armas comandadas pelo bravo Osório e lhe tiraram toda a resolução de resistência.

Nosso exército avançou e as forças paraguaias abriram-nos caminho.

Entretanto, não podíamos alcançá-las na retirada: não tínhamos cavalaria e naquela marcha-manobra toda a precaução era indispensável, e o exército apenas devia avançar em marcha ordinária. Os oficiais da Comissão de Engenheiros, por se acharem a pé, marcharam com os contingentes do batalhão dessa denominação junto à bateria de artilharia, prontos a prestar o auxílio que se tornasse necessário para a franqueza da marcha.

O chefe, porém, que estava montado, acompanhou outras tropas, seguindo sempre as linhas de atiradores que mais se avantajavam.

Essas linhas seguiam de perto o inimigo, tendo-o muitas vezes à vista, mas não podiam alcançá-lo, pela necessidade de explorar os terrenos, os matos, os macegões e alguns ranchos que encontravam.

Muito notável se tornou neste importante serviço o capitão do 12º Batalhão de Infantaria Affonso José de Almeida Corte Real, que, com a sua companhia, executou explorações arriscadíssimas e ocupou sempre os pontos mais perigosos.

Ouvimos muitas vezes o Dr. Carvalho falar desse oficial com verdadeiro entusiasmo, elogiando a perícia com que exercia as funções de seu posto.

Não havendo resistência do inimigo, nossa marcha foi rápida, e chegamos à vista do forte de Itapirú, donde o inimigo retirou-se logo, não sendo possível tentar defendê-lo.

O Chefe da Comissão de Engenheiros pediu ao comandante do 6º batalhão de infantaria, o tenente-coronel Antonio da Silva Paranhos, a bandeira nacional e partiu com ela a galope para o forte, sendo apenas acompanhado por seu ordenança.

Aproximando-se, achou o forte abandonado, entrou e plantou-lhe nas ruínas de suas muralhas o estandarte brasileiro.

Era nosso o forte de Itapirú, e nossas tropas o penetraram com as armas ao ombro, pois o inimigo, abandonando-o, tinha tomado precipitadamente o caminho de seus entrincheiramentos do Passo da Pátria, sendo provável que para esse resultado concorresse ver ele a atitude que tomava o grosso de nossas forças que tinham ficado na margem correntina, e a esquadra, donde veio logo uma bandeira nacional para ser erguida no forte e dispensar a do 6º batalhão.

XIII — OPERAÇÃO DA ESQUADRA

Desde que o exército do general Osório principiou a mover-se no dia 16, a esquadra se pôs em atitude de proteger a operação, estendendo-se convenientemente pelo rio Paraná, das Três Bôcas para o Itapirú; e à medida que o exército se aproximava desse forte, o almirante Tamandaré mandava tomar posições, do lado da margem direita do rio, que melhor se prestasse ao bombardeamento do

campo inimigo, sendo esse movimento a razão mais certa de resistência dos paraguaios no dia 18.

Na verdade, desde que as forças paraguais, que fizessem frente às do general Osório, tivessem os canhões de alguns navios da esquadra a hostilizá-las pelo flanco esquerdo, não se poderiam sustentar, e na retirada sofreriam grandes perdas, perseguidas como seriam, pelos projectis dos canhões de grande alcance que possuem nossos navios.

Para que qualquer navio da esquadra pudesse bater a margem paraguai sem ofender nossas tropas, fora convencionado um sinal por meio de uma bandeira que assinalaria a posição de nossas forças, e assim os fogos da esquadra, tomando uma direcção obliqua ao rio, e deixando à esquerda o ponto assinalado, não nos podiam de modo algum ofender, e causariam grande dano no inimigo, que tinha forças disseminadas no correr do rio, pela impossibilidade de fazê-las concorrer toda a frente de combate.

Entretanto, esse valioso auxilio não se realizou na noite de 16 para 17, ficando o exército invasor entregue às suas próprias forças.

De manhã, porém, do dia 18, em diante, a cooperação da esquadra apresentou resultados magníficos.

Tomando posição diante do Passo da Pátria, bombardeou o acampamento do tirano, produzindo-lhe danos que mais tarde foram reconhecidos por nós.

Seus tiros certos levavam o incêndio ao acampamento do inimigo, e punham em debandada colunas paraguais que se formavam no acampamento, talvez com a intenção de vir ao encontro das nossas tropas; e a essa eficaz cooperação devemos sem dúvida a vantagem de efetuar a marcha desse dia sem acidente algum lamentável.

XIV — JUNCÃO DO EXÉRCITO ALIADO

O exército do general Osório, tendo-se assenhorado do forte de Itapirú, levando o inimigo em direcção ao seu acampamento do

Passo da Pátria, chegou à proximidade das lagoas que contornavam em grande parte aquele acampamento e que o inimigo teve pressa de passar, antes que o alcançasse a força brasileira e que os navios da esquadra lhe causassem maiores danos.

Na vizinhança dessas lagoas postaram-se alguns piquetes avançados e o exército acampou pouco adiante do forte de Itapiru.

Recebemos então a visita dos generais Mitre, Flores e Paunero, que, com o general Osório se dirigiram aos piquetes avançados, a fim de observarem as posições inimigas, o que, sendo percebido pelos paraguaios fizeram-lhes eles alguns tiros.

Continuava ativamente o movimento de nossas tropas e mate-

riais que restavam ainda por passar, e os transportes, "chatas" e outros meios à disposição de um distinto chefe da nossa marinha, capitão de mar e guerra Alvim, traziam ativamente tudo a desembarcar no Itapiru, onde foram se reunindo ao exército do general Osório as tropas restantes, nossas e dos nossos dignos aliados, começando o desembarque pelas forças comandadas pelo general D. Venâncio Flores, compostas dos Orientais e de uma brigada brasileira.

Entretanto, alguns dias eram necessários para completar-se inteiramente a reunião dos exércitos aliados com o seu enorme material de guerra na margem direita do Paraná, para que então se pudessem empreender novos movimentos.

Os acontecimentos subsequentes vão porém mencionados em outra caderneta.

N.R. — Os acontecimentos seguintes também registrados em cadernetas, como o autor alude acima, não podem ser publicados porque tais cadernetas foram, infelizmente, perdidas em acidente de tráfego no qual o autor se viu envolvido.

REVISTA DAS REVISTAS

"EJERCITO" — REVISTA ILUSTRADA DE LAS ARMAS Y SERVICIOS

O número de novembro desta excelente revista do exército espanhol, contém dois trabalhos interessantes além de outros de real valor, que como de costume apresenta.

O primeiro é um artigo do Cmt. Mediavilha sobre "La seguridad en los transportes motorizados".

O advento da motomecanização e o espetacular desenvolvimento da aviação militar trouxeram à luz problemas difíceis e a bem dizer, insolúveis da fuga dos primeiros à investigação desta e por isso o assunto preocupa a todos quantos têm investidura de mando e de responsabilidade sobre os meios de locomoção terrestre.

O assunto por assaz conhecido, tem sido por demais debatido e as idéias de fazer cessar o movimento ou de aumentar a velocidade dos comboios terrestres, quando atacados pelo ar, se entrecrocaram em contradições, por vezes desconcertantes.

O artigo focalizado, num resumo de alto valor, com argumentações irrefutáveis apresenta solução conciliatória e intermediária, fixando claramente, quando deve ser acelerado o movimento dos comboios ou quando deve cessar, no caso de ataque aéreo.

O segundo é um trabalho do Cap. Andrés, intitulado "Hace ya 25 años — el desembarque em Alhucemas".

Relato muito detalhado da operação combinada realizada em setembro de 1925, pelas tropas da Metrópole Espanhola contra as descabidas pretensões do caudilho ABD-EL-KRIM.

ALHUCEMAS é uma pequena ilha do mediterrâneo, na costa do MARROCOS espanhol, e que deu nome à região da operação.

Nesse relato é interessante ressaltar:

- 1º) O vulto da tropa atacante: cerca de 18.000 infantess e artillheiros, 3 esquadrias navais e 3 esquadilhas da Força Aérea;
- 2º) A Irredutível demora na preparação de operações desse tipo;
- 3º) O valor da fotografia aérea (naquela época bem incipiente) na montagem e conduta da operação;
- 4º) Os detalhes a que deve ser levado o respectivo planejamento, definindo claramente as fases, atribuindo missões específicas, enfim, tudo prevendo e prevenindo, de modo que cada qual saiba precisamente o que lhe cabé fazer em cada momento.

Após cerca de 3 meses de exaustivo planejamento, a operação se desencadeou segundo o ritmo abaixo:

D — 1 — Demonstração de força em vários pontos da costa visando desorientar os defensores.

D a D + 3 — Operações de desembarque propriamente dito, levado a efeito na praia de CEBADILLA, e estabelecimento de possante cabeça de praia.

A partir de D + 4 — preparo das operações de alargamento das cabeças de praia e do avanço pelo interior.

4ª fase — Ofensiva geral.

Na descrição dos detalhes o articulista se preocupa principalmente em fazer sobressair o valor moral da tropa atacante e salienta o trabalho de preparação para tanto necessário.

Éis um artigo de 30 minutos de leitura corrida, mas que bem pode se converter em algumas jornadas de estudo comparativo e de consolidação de princípios e de doutrina para ações de operações anfíbias.

Nêlé se observa muita semelhança com as recentes operações da Normandia, principalmente nos seguintes pontos de contacto:

- 1) Completa superioridade aérea dos atacantes;
- 2) Preparação moral da tropa que se treina — desejosa de realizar a operação;
- 3) Preparação material meticulosa, prevendo meios adequados e afastando improvisações;
- 4) A semelhança topográfica da costa, constituída, como na Normandia, de estreita faixa de praia logo seguida de altos penhascos, de encontro aos quais os atacantes se colam para fugir aos fogos dos defensores;
- 5) Por fim, não faltou a tempestade, em meio das operações, destruindo as precárias instalações de base e aconselhando a prática das operações de suprimento abundante, em paralelo com os desembarques de pessoal.

VOANDO ATRAVÉS DO BRASIL

(Impressões)

Ten.-Cel. do Ex. PAULO ENÉAS F. DA SILVA,
Instrutor na ECEMAR.

I — INTRODUÇÃO

Na forma dos anos anteriores, a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica vem de realizar, nos meses de setembro e outubro, as viagens programadas para o ano de 1950. Ambas tiveram o caráter de viagens de E.M. ao longo de nossas fronteiras. Na qualidade de instrutor de Forças Terrestres, tivemos a feliz oportunidade de participar das duas e inúmeros foram os ensinamentos por nós colhidos nos campos geográfico, social, econômico, político e militar.

No propósito de sermos úteis aos prezados camaradas, leitores e assinantes de "A Defesa Nacional", resolvemos condensar as principais impressões, sem a pretensão de fazermos literatura e, menos ainda, crítica.

II — A VIAGEM SUL

Voamos cerca de seis mil quilômetros sobre todos os Estados do Sul e os de Mato Grosso e Minas Gerais. Foi-nos dado apreciar os mais variados panoramas. Desde as serras imponentes no Estado de São Paulo, os pinheirais infintos do Paraná e a campanha riograndense, até o "hinterland" matogrossense, com suas vastidões completamente despovoadas. As distâncias contadas sempre em centenas de milhas, tornavam-se pequenas, nos tempos "records" obtidos pelos Douglas C-47. Estes possantes bimotores da F.A.B. cada vez se afirmam mais no conceito em que são tidos, de aparelhos seguros cem por cento.

Suas guarnições, constituídas sempre de oficiais instrutores e alunos da Escola, deram provas sobejas de alto grau de treinamento profissional dos atuais quadros da nossa Força Aérea. Tudo decorreu à base do planejamento e perfeita execução. Até horas e minutos eram "checados", nas partidas e chegadas.



Fig. 1 — Vôo em grupo dos DOUGLAS

O ambiente reinante nessas viagens foi o mais cordial e agradável. A presença de representantes da Marinha e do Exército fortaleceu a camaradagem tão cultivada na Escola.

Nossas observações, nesta e na outra viagem, voltaram-se sobretudo para os aspectos militar, social e econômico dos diversos locais por onde passamos. Em alguns deles tivemos também o ensejo de apreciar certas facetas de ordem

psicológica, presas às condições de vida local. E no que respeita às realizações nacionais, não poderíamos esquecer algumas impressões, porque foram fortes de mais.

1. Coisas de São Paulo.

Dentre as obras de vulto por nós visitadas no Estado de São Paulo cumpre-nos destacar a Usina de Cubatão e o Parque de Aeronáutica. A primeira, uma organização civil, de interesse propriamente nacional. A outra, de cunho militar, mas que se reflete acentuadamente no cenário público pelas suas possibilidades atuais, e futuras. Ambas impressionam pela sua grandiosidade e eficiência de seus dirigentes. Naquela, vimos um engenheiro patriótico, modesto e trabalhador, encaixado na tremenda luta, desde a construção. No parque, um jovem oficial engenheiro da Aeronáutica, cuja dedicação e competência são dignas de outras compensações além do respeito que lhe devotam subordinados e superiores hierárquicos. Cubatão é uma glória da técnica nacional. Extasia o visitante. Reforça o sentimento pátrio do brasileiro que a contempla. O parque conforta-nos por vermos no meio militar uma organização modelar, cujas possibilidades são exuberantes. Para a E.A.B., acreditamos, constitui o alicerce sólido de sua estrutura futura.

2. Impressões do Rio Grande.

De São Paulo voamos para Porto Alegre e daí rumamos para a fronteira. Pousamos em Uruguaiana onde nos demoramos apenas meia jornada. Mas foi o bastante para confirmarmos impressões anteriores, colhidas em 1944 e 1949.

A situação econômico-comercial dessa cidade sulina cai ano para ano. E não temos a menor dúvida em afirmar: a ponte internacional representa um verdadeiro "dreno" às atividades de Uruguaiana. A única beneficiária é Los Libres. Se quisermos positivar tal afirmativa basta que recordemos: algumas casas comerciais da cidade argentina, que em 1944 e mesmo 1949, eram simples "tiendas", de uma ou duas portas, hoje em dia consti-

tuem verdadeiros "magazins", luxuosos e prósperos. Seus fregueses, na proporção de 80 %, sem exagero, são provenientes do outro lado do Rio Uruguai.

3. Na fronteira com o Paraguai e ainda num trecho com a Argentina.

Saindo de Uruguaiana, apesar de uma "frente" que muito nos preocupava, voamos para Santa Maria, onde apenas dormimos. Na manhã seguinte, rumo a Iguazu. Antecipando o deslumbramento com que seríamos brindados *in loco*, os aviadores-pilotos consentiram em sobrevoar as famosas cataratas, dando-nos uma visão do conjunto dessa dádiva da natureza. O volume das águas, embora em estação de verdadeira estiagem, é impressionante. Vista de baixo, a coluna principal mais próxima da margem brasileira, deslumbra. E, nota pitoresca, as andorinhas, travessas e arroçadas, brincavam com o caudal, dando-nos a impressão exata de que furavam-na, em busca dos abrigos na rocha, atrás da massa líquida. Coroando esse espetáculo maravilhoso, o véu diáfano de vapor d'água, trisado pelos raios do sol, quente e benfazejo.

Ante a majestuosidade da cena, nosso pensamento voltava-se incontinentemente para as possibilidades de aproveitamento da energia potencial ali contida. E em nossa mente perpassavam os lances de progresso possíveis, da região, após o domínio dessas águas. Iguazu parece estar sempre gritando aos homens do Brasil: "por que não aproveitam essa força?"

Iguazu já foi território federal. Segundo dizem os moradores locais, grande foi o impulso decorrente dessa situação, embora transitória. Aham eles que esse trecho do Paraná, quase isolado do leste do Estado, melhor seria atendido com vida própria, com os recursos advindos diretamente do Governo Federal. A luz do que vimos nos outros territórios (Acre e Amapá), acreditamos seja realmente uma boa solução.

No que respeita o turismo, Iguazu oferece as piores condições.

No lado brasileiro, ao contrário do que ocorre com o argentino (onde há um magnífico hotel, possuindo até um bom campo de pouso ao lado), tudo é abandono. As estradas que nos levam às quedas, são

Deixemos Iguaçu, com suas maravilhas e pulemos para Guaira. Novos deslumbramentos e algumas decepções. Sete Quedas, vista do alto, é algo de indescritível. Uma vasta massa líquida, de cerca de 3



Fig. 2 — O maior salto das Sete Quedas (Guaira)



Fig. 3 — Vista panorâmica das Sete Quedas.

pouco conservadas e o percurso, se faz com sacrifício e muito tempo. Fala-se em verbas grossas, mas o estado em que se acha o hotel, em construção, desmente tal afirmação. É pena. Que bela propaganda poderíamos ter no exterior, a nosso favor.

a 4 km de largura, que se afunila numa passagem estreita, talvez com menos de 500 m, para em seguida se multiplicar, não nas 7 Quedas, mas em 12 ou 13 (incluindo as secundárias) saltos de valor e aspectos diferentes. Realmente há os 7 principais, que dão o nome já conhecido.

A estílagem nos permitiu caminhar por sobre lajes ainda escorregadias, que na época das cheias recebem uma manta d'água de mais de 2 metros de altura.

Se nesta ocasião da vasante o espetáculo é magnífico, o que diríamos se lá estivéssemos nas cheias.

Guaira grita-nos mais ainda do que Iguaçu. Sobre pertencer mais ao solo nacional, oferece, além disso, melhores possibilidades para o aproveitamento de sua brutal energia latente.

Idêntico problema ao do Iguaçu no tocante à condição de território federal. Basta de quedas d'água. Chegamos a Ponta Porã, na linha limite com a terra guarani. Era a primeira vez que a nós era dada essa oportunidade. E com satisfação externamos nossa opinião de termos conseguido esse objetivo.

A nossa chegada, um Esquadrão luzido da nossa cavalaria hipo (!), montava guarda de honra. Nada deixava a desejar, comparando às guarnições do "asfalto", no Rio de Janeiro.

Não lhe faltavam garbo e entusiasmo.

No quartel da unidade (o 10º R. C.I.) o mesmo espírito de trabalho e patriotismo observado nas outras já percorridas; o mesmo entusiasmo nos jovens oficiais e, porque não dizer, no próprio comandante, velho conhecedor do meio e das necessidades locais.

Todos, autoridades e povo, anseiam pela chegada dos trilhos da via férrea. Dizem que já transpôs a serra de Maracaju. O progresso está pois, às portas de Ponta Porã. Que chegue até lá e breve. Não basta o esforço heróico do punhado de brasileiros que ali lutam anônima e patrioticamente...

4. O começo do fim.

Almoçamos ainda nessa cidade e em seguida decolamos para Corumbá, encetando o regresso ao Rio, via Campo Grande. Nesse trecho do percurso, tivemos a oportunidade de, em Corumbá, visitarmos a Base Naval de Ladário, uma das "vanguardas" de nossa Marinha de

Guerra, na rede fluvial das fronteiras.

Sentimos ali a história pátria reviver na figura lendária de Barroso, nas silhuetas dos monitores que constituem a flotilha de Mato Grosso. O mesmo espírito de brasilidade se percebe nos marujos dessa base avançada. Ali se trabalha, embora muito longe das vistas dos órgãos centrais.

Agora é Campo Grande, com sua terra vermelha e seu vento penetrante. As próprias casas, com suas paredes cor de sangue, sujo, demonstram a ação daquele elemento. Mas é uma cidade em progresso. Só falta uma coisa: boa luz elétrica. À noite, sem um "flash-light", é fácil tropeçar-se e cair, ao descer uma calçada. Mas nem por isso o "trottoir" diminui na "main-street".

Povo hospitaleiro e bom, como todo o brasileiro, qualquer que seja seu lugar de nascimento. Disso tivemos provas nestas viagens.

Com os pensamentos já voltados para a Cidade Maravilhosa, deixamos Campo Grande no dia seguinte. Iríamos dar um pulo bem grande até Lagoa Santa, em Minas Gerais para, ali abastecendo, podermos atingir o Rio na mesma tarde. Chegando em Uberaba fomos obrigados a descer. Havia interdição em Belo Horizonte, Rio e São Paulo. Pensamos então em pernoitar naquela cidadezinha mineira. O oficial de operações porém decidiu esperar mais algumas horas. Quem sabe o tempo melhora?

Suas esperanças se confirmaram. O Rio daria acesso dentro de 3 a 4 horas. Levantamos vôo e, embora passássemos sobre Belo Horizonte, vendo lá em baixo a "princesa das Montanhas Mineiras", tivemos que prosseguir rumo à Capital.

A descida no Calabouço foi feita exatamente na hora e nos minutos previstos, provando de novo o acerto do planejamento executado desde C. Grande. A viagem sul terminara e fomos tomar o fôlego de alguns dias, antes de encetar a segunda, pelas fronteiras N. do país.

III — CIRCUITO NORTE

A segunda viagem ofereceu aspectos bastante diferentes da primeira. Muito mais longa. Voamos quase 10.000 km e nesse percurso só não passamos sobre o Estado da Paraíba, devido ao salto até F. de Noronha. Tudo mais, Estados e Territórios, foram por nós visitados.

As condições de voo desta feita eram mais delicadas.

Teríamos várias etapas grandes, sobrevoando regiões virgens, de selvas imensas, muitas vezes sem o recurso fácil e imprescindível do rádio farol.

Mas estávamos bem entregues. Nossos pilotos, em grande número, conheciam aquelas paragens.

Viajando freqüentemente junto a eles, na cabine cheia de painéis e instrumentos, pressentíamos o olhar seguro desses rapazes, ora nas cartas de navegação, ora voltados para terra, identificando acidentes e assegurando, destarte, uma rota perfeita. Pareciam possuir o sexto sentido, próprio das aves...

1. O trecho Rio-Forte Príncipe da Beira.

Inicialmente demos um "pulo" de 600 milhas até Goiânia. As alterações mineiras desfilavam sob nossos aviões, oferecendo-nos um espetáculo grandioso. Depois, a transição nítida entre solos mineiro e goiano. Este, menos acidentado.

Goiânia agrada não só dos ares como se a percorrermos, em suas ruas largas e bem traçadas. Sua arborização transformou-a num grande jardim. Os "flaboyants" floridos emprestavam-lhe aspecto festivo.

O Palácio do Governo, todo motivo indígena, conta-nos a história cheia de peripécias e tragédias dos "caçadores de esmeraldas". Seus "vitraux" falam melhor que a própria história.

Nota-se em toda parte o progresso e o interesse febril no trabalho. Governo e povo estão imbuídos desses mesmos objetivos.

A parada em Goiânia permitiu-nos almoçar com o Governador que, em traços largos, deu-nos uma idéia

clara e objetiva dos problemas atuais. Mostrou-nos também suas grandes possibilidades, sobretudo no campo da indústria extrativa mineral e da pecuária. Tudo está na dependência do desenvolvimento das comunicações terrestres, de vez que os transportes aéreos estão largamente difundidos.

De Goiânia voamos para Cuiabá, a capital matogrossense onde teríamos a primeira desilusão do "hinterland" desse Estado da Federação.

Sendo a capital, esperávamos encontrar mais progresso e melhor aspecto. Infelizmente, ficamos desolados. A própria natureza ofereceu-se hostil. Um temporal medonho desabou logo após termos aterrado.

As condições de vida ali são precárias. Luz deficientíssima; instalações de hotéis, más. Transportes, terrestres, praticamente inexistentes em algumas épocas do ano. O fluvial, na dependência das águas do único rio que a serve, o que obriga a viagens, às vezes, de mais de mês para atingi-la. Os aviões ainda são o meio positivo de ligação com os demais centros de vida do país.

Em nossa opinião, pensamos, Campo Grande deveria ser a capital matogrossense. Sua maior proximidade dos grandes centros, tal como S. Paulo, com comunicações terrestres abundantes, numa região geoeconômica mais propícia, poderia dar outro impulso ao Estado. Na realidade a julgarmos pelos valores individuais dessas duas cidades, a segunda delas parece de fato a capital. Não há termo de comparação. Deixemos Cuiabá. Vamos enfrentar agora um dos trechos mais difíceis e perigosos da viagem: o voo para Forte Príncipe da Beira.

Realmente, as 630 milhas que separam esses dois lugares, cobrindo uma zona inteiramente inóspita, desprovida do equipamento terrestre indispensável ao voo, justificavam os nossos receios (daqueles que não os pilotos). Além do mais, tínhamos notícia de uma "frente" respeitável a encontrar. Mas os Douglas atacaram seus motores e

eis-nos a caminho, procurando altura para melhores condições de voo.

Decorrida uma hora mais ou menos, começamos a ser sacudidos. A "frente" estava ali com todas suas perturbações desagradáveis. Ordem: apertar os cintos. Nós que estávamos junto aos pilotos, afer-

Quando tempo ainda lutamos, não podemos garantir. Pareceu-nos uma eternidade.

Perdêramos o contacto com os outros dois aparelhos. E estávamos ainda a meio caminho, mais ou menos na altura de Vila Bela, ex-capital do Estado. Decidiram os responsáveis pelo voo, a descida



Fig. 4 — Pôsto rádio em Vila Bela (Mato-Grosso).

râmo-nos às suas poltronas, com força e decisão. E a odisséia teve início. Aos trancos e solavancos, ora subindo, ora descendo, lá fomos em meio ao C B (cúmulus-nimbus) ameaçante, cinzento e imenso,

nesse lugarejo, o que fizemos para grande alegria dos que não estavam muito afeitos a tais aventuras. E ali esperamos cerca de quarenta minutos, até que melhores condições atmosféricas possibilitassem nova arremetida.



Fig. 5 — Um canto do Forte Príncipe da Beira.



Fig. 6 — Quartel do Pelotão de Fronteiras em Príncipe da Beira.

Vila Bela, outrora capital como dissemos acima, hoje é um simples povoado, quase que exclusivamente de "coloreds", com condições sanitárias precárias. Mesmo assim a Panair mantém ali um posto rádio de emergência.

Retomando o vôo chegamos a Príncipe da Beira com bom tempo. Coisas da natureza, sempre caprichosa.

A principal razão da parada ali era a visita ao antigo Forte, de origem portuguesa. Enfrentamos por

conservada, e que o tempo e a falta do pessoal no local, não conseguiram quebrar: um busto do ex-presidente G. Vargas, sorridente e como que dizendo assim: "Brasileiros! Marchem para o oeste. Eu aqui estou para convôscos lutar!..." A verdade, porém, é que o busto ali permanece, só, embora sorrindo...

2. Estamos no Acre.

De Príncipe da Beira "pulamos" para Rio Branco, capital do território do Acre. A estrada de ferro,

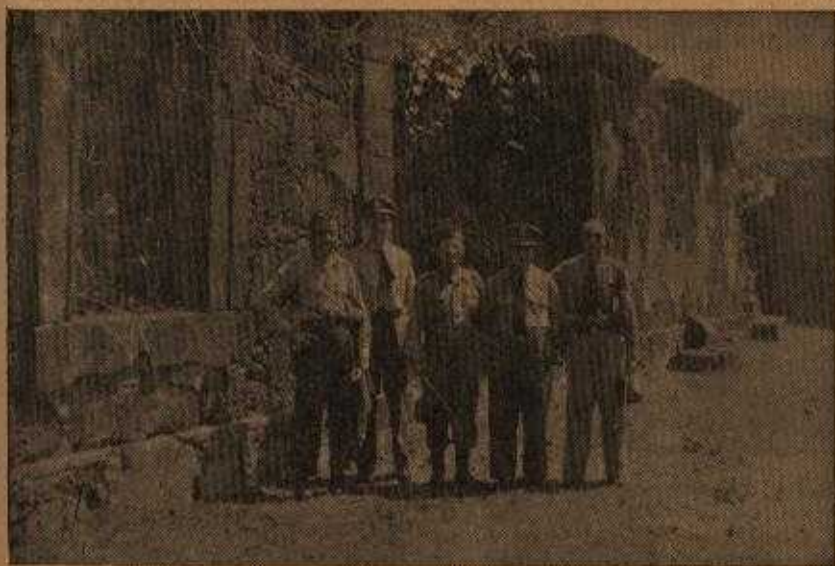


Fig. 7 — Entrada do Forte Príncipe da Beira.

isso uma caminhada de 40 minutos, através de um terreno arenoso e pouco coberto de vegetação. De trecho em trecho alguma macega, com troncos de árvores de tipo amazônico, de porte verdadeiramente majestoso.

Suados e cansados chegamos ao destino. Do forte há ainda as amuradas e os torreões, as portas de ferro e as masmorras. Mas tudo lastimadamente abandonado. A pequena guarnição militar que há por lá (1 cabo e alguns soldados do Exército) não tem meios como restaurá-lo. Mas há uma coisa bem

Madeira-Mamoré, a chamada dos dormentes de ouro na opinião menos avisada de certos jornalistas, foi por nós algum tempo sobrevoada. Difícilmente se pode identificá-la do alto. O seu traço na mata reinante é quase imperceptível, salvo se se segue a sua orientação geral. Difícil também se torna compreender as razões de sua construção. Economicamente, não resiste.

Rio Branco é uma verdadeira sala de visitas do Acre. Lá de cima, ao sobrevoá-la, percebe-se seu traçado regular, seu aspecto de

cidadezinha em franco progresso. Ruas retas e largas; telhados novos. Ao descer, o visitante encontra um aeroporto moderno, com um belo jardim florido à entrada e um grande salão de estar, cuja decoração, bastante original, surpreende. Acomodações decentes para os passageiros em trânsito e um bom bar que mitiga sede e fome de quem chega.

Dez ou quinze minutos após, por uma boa estrada, calçada, chega-se ao centro da cidade, uma bela praça, onde se encontram os principais edifícios públicos, inclusive o Palácio do Governo.



Fig. 8 — Aeroporto de Rio Branco

Recepcionou-nos um velho companheiro desde a Escola Militar — o Ten.-Cel. Raymundo Pinheiro Filho — nas funções de Governador substituto. Sua afabilidade, jamais discutível, prendeu-nos a todos. Sentimos, depois, no convívio com seus auxiliares diretos, o quão é ele estimado, seja no seio do governo, seja no do povo acreano. E foi-nos fácil verificar tais conceitos. Por onde passamos, em visitas sucessivas, tudo demonstrava o aprêço e consideração que lhe dispensam. A dedicação com que o "Pinheirinho", como o conhecíamos na Escola Militar, se entrega aos problemas do Acre, em todos os ramos da administração, secundado por sua esposa, encheu-nos de orgulho, mormente sabendo que ele não é acreano e sim do Nordeste.

Puro patriotismo e amor à causa pública.

Nós que vínhamos "palmilhando" as fronteiras, ficamos sem compreender porque no Acre não se cogitou de situar uma guarnição militar! Os moradores do Rio Branco se queixam disso.

Dois problemas se destacam na administração deste território, e que repercutem largamente no conceito nacional: o da educação e o da saúde pública.

Encantou-nos o cuidado com que o atual governo do Acre (prosseguiu a obra do Major Guimaraes) trata da educação infantil. Só no Rio Branco há 2 Grupos Escolares, modelares, com todos os requisitos exigidos dos estabelecimentos de ensino modernos. Biblioteca, cinemas, refeitório para o "lunch" das crianças, enfim, ambiente acostumados por nós a ver nos centros importantes. Vimos um "Jardim da Infância", que nada devia ao que funciona anexo ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro. O problema sanitário constitui outro orgulho da administração. Nem mais se fala na malária. As crianças, em geral, são coradas, vivas e desenvolvidas, mesmo aquelas cujo sangue, evidente, provém do indígena. Rio Branco possui uma Casa de Saúde que é um ponto alto da



Fig. 9 — "Meio de transporte" normal no Acre...

cidade. Oferece todo recurso imaginável. A creche é original. Nós jamais poderíamos pensar em encontrar, assim tão longe do Rio,

uma organização tão perfeita e eficiente.

O grande tropégo no Acre é a questão dos transportes. Excluindo o aéreo, a principal artéria da vida do território, tudo o mais é precário. A rede fluvial oferece variações de nível tão grande que se torna praticamente inoperante, salvo em poucos meses do ano. Apesar de tudo, sente-se que o governo luta e está vencendo todos os obstáculos. E o Acre vai adiante.

3. Voltando ao Guaporé.

Voltando sim, dizemos bem, pois o Forte Príncipe da Beira fica nesse território. Agora descemos em

rível. Foram 366 km conquistados à mata, e que agressividade!

Infelizmente a Madeira-Mamoré é deficitária. Semanalmente correm 2 trens de carga e 1 de passageiros. As vezes uma litorina também. A região não oferece grandes possibilidades para cobrir os gastos com pessoal e material, rodante e fixo. Este, vai se acabando aos poucos e nenhuma recuperação se faz. Dizem mesmo que seria mais interessante suspender o tráfego.

Perguntamos porque não se substitui a via férrea por uma estrada de rodagem, aproveitando o próprio leito. Mesmo isto é inexequível. A largura desse é unicamente



Fig. 10 — Pôrto Velho.

Pôrto Velho, em outro extremo. A mesma sensação de progresso e de trabalho.

Em Pôrto Velho tivemos desfeita a lenda da estrada de ferro dos dormentes de ouro.

Basta lembrar o número deles — 57.000 — para não aceitarmos desde logo a hipótese desse número de vidas ceifadas na construção dessa obra. Vítimas houve, e sempre há nesses empreendimentos. Mas levar a tais cifras, é puro exagêro. Quem sobrevoou, como nós, a região em que a estrada foi feita, poderá aquilatar com exatidão dos ingentes esforços e sacrifícios havidos. A batalha deve ter sido ter-

a dos dormentes e que não comportaria a bitola de um caminhão de 2,5 toneladas, o mais em uso.

O fato dessa estrada de ferro vem confirmar o conceito moderno: as vias férreas, só para os grandes percursos, quando os fretes se tornam econômicos.

Há em P. Velho uma companhia de fronteira. As suas instalações são precárias. Além disso, os recursos locais são poucos e as ligações com o Comandô das Unidades desse gênero, em Manaus, difícil. Só contam com a aviação. Julgamos se deveria dar um padrão de vida mais condizente com as agonias por que passam os oficiais e praças,

nesse longínquo rincão de nosso país. E, perguntamos nós, porque localizar tal elemento em Pôrto Velho, e não fazê-lo em Rio Branco, no Acre, onde há melhores condições de vida?

Aí fica a sugestão.



Fig. 11 — Quartel da Cia. de Fronteira em Pôrto Velho.

4. Agora o Amazonas, com uma pequena digressão pelo território do Rio Branco.

Nossa ansiedade era inequívoca. Iamos entrar no inferno verde, por nós completamente desconhecido. De P. Velho para Manaus atravessaríamos a selva amazônica, exuberante e misteriosa.

Tivemos um voo de quase 500 milhas. As referências principais, os afluentes da margem direita do Amazonas, foram os elementos básicos da rota seguida. As cartas de navegação reproduziam fielmente o que em baixo se descortinava. Recordávamos, *in loco*, o estudo teórico de geografia de anos atrás.

O recortado de rios, igarapés, e outras designações, dava-nos a impressão de um imenso arquipélago. Grandes lagoas, de quando em vez pontilhavam a região.

Cerca de 3 horas e meia de voo começamos a avistar o grande rio apesar da bruma, na altitude de 2.000 m em que nos encontrávamos. Nessa região convém voar alto. Qualquer pané, estando a baixa altura, pouco recurso resta para buscar uma praia do rio ou coisa semelhante.

Manaus à vista! Destacam-se logo a cúpula do Teatro e a torre da Catedral. O sol, batendo naquela, brilhava como que brindando-nos pela chegada. E um voo circular por sobre a capital amazônica nos deu a visão conjunta, indispensável ao aspecto turístico da viagem.

Magnífico aeroporto, embora um pouco longe da cidade, mas servido por uma estrada pavimentada, de traçado perfeito. Ali estavam, autoridades e algum povo, festivos e solícitos, aguardando a comitiva da ECEMAR.

Manaus é uma cidade pitoresca. Muito conservadora, chega a parecer retrógrada algumas vezes. Há verdadeiros contrastes em seus edifícios. Ao lado do moderno bloco de concreto armado, o casarão secular, de paredes parecendo fortes, e tudo bem no centro.

Acabaram com os bondes, este democrata sistema de transporte



Fig. 12 — Monumento a Carlos Gomes (Manaus)

urbano. Em compensação, encheram as ruas de grandes e pesados ônibus, inclusive um, com a forma de zepelin, verdadeiro monumento ambulante.

Cada cidade com sua coisa excêntrica!

Impressionou-nos bem o asseio das ruas e praças. Também, são mulheres as zeladoras da limpeza pública! Vê-las, desde cedo, vestidas de branco, com suas grandes vassouras em riste, a caminho de suas zonas de trabalho, constitui um espetáculo inédito ao visitante.

Passamos duas noites em Manaus. Seria crime deixá-la sem conhecer o Teatro Municipal. O Governador proporcionou-nos essa visita. Ficamos encantados. A julgar pelo explorador ainda patente, pudemos avaliar sua época áurea, no tempo da borracha a peso de ouro.

Dentre as coisas que mais nos extasiaram, no interior do Teatro, destacamos o belo quadro mostrando Peri salvando Ceci do incêndio. É uma tela do tamanho descomunal. Foi avaliada em 2 mil contos e, embora não sejamos técnicos no assunto achamos que não é exagero. Os efeitos de luz são deslumbrantes. Infelizmente o estado de conservação, sobretudo externo, dessa casa de espetáculos, é o mais precário possível, apesar do esforço do seu zelador, um velho amante das artes, mas sem verbas... Em volta do edifício lá estão as colunas vazias, um atestado evidente do abandono e do desprezo pelas coisas de valor. As estátuas criaram asas, dizem uns; outros, que foram guardadas mas... onde?

No segundo dia em terras amazonenses estava programado um "pulo" até Boa Vista, em Território do Rio Branco. Quatrocentas milhas de ida e outras tantas de regresso, que nos proporcionariam o ensejo de pisar quase no ponto mais extremo norte do país.

Nessa viagem cruzamos para o norte o equador, pelo ares, enquanto que mais adiante, no Território do Amapá fazíamos o mesmo, por terra, atravessando a linha geográfica, demarcada no solo.

Em Boa Vista outras surpresas agradáveis nos esperavam. Um

surto de progresso se manifesta nitidamente. Os problemas da educação e da saúde pública estão perfeitamente atacados e desenvolvidos. O índice da alfabetização sobe de ano para ano em cifras que constituem o maior orgulho dos administradores. No Grupo Escolar há uma professora, mineira, que ali se encontra há uns 10 anos, ou mais, inteiramente integrada ao meio. O Jardim da Infância é outra jóia.

Tanto na ida, como no regresso, chamou-nos atenção o capricho da natureza, em sua configuração topográfica e revestimento do solo.

Quem sai de Manaus para Boa Vista, após sobrevoar umas 2 horas a selva amazônica, em sua plenitude, esbarra com um planalto, que desce das Serras divisórias com a Venezuela (contraforte sul do monte Roraima), cuja vegetação de campina, oferece aspecto completamente diverso. O contraste é repentino e nítido. Ali estão os chamados "campos gerais", excelentes pastagens para a pecuária.

No regresso pensamos em sobrevoar o Monte Roraima. A hora porém um pouco avançada em que decolamos impediu essa oportunidade singular. Em Manaus esperavam-nos com uma recepção à noite num dos belos Clubes sociais, o Tênis, pitorescamente iluminado e decorado. Verdadeira noite à moda carioca.

5. Em direção ao Atlântico.

A rota escolhida passava por Belterra, Macapá e levava-nos a Belém do Pará. Mais de mil quilômetros "guiados" pelo Rio Mar.

Belterra: a antiga plantação de borracha do grande industrial norte-americano, Ford, ali estava, agora em mãos administradoras do governo brasileiro, como um atestado inequívoco da capacidade de organização "yankee".

No meio da floresta imensa, Belterra é uma gota de civilização. Ordem, trabalho, dedicação, são fatores positivos e evidentes. Um velho engenheiro mineiro, profundo conhecedor do problema, ali está há 25 anos, despreocupado de vantagens que não sejam as de levar

avante tão importante empresa. Sua grande luta é o problema de mão-de-obra. As seringueiras, selecionadas através de processos os mais modernos, estão produzindo muito abaixo do que podem dar. Faltam homens para "cortá-las" e extrair o precioso latex. Em consequência, há déficits para o governo. Mas não se pode abandonar aquele acervo magnífico, já tão avançado.

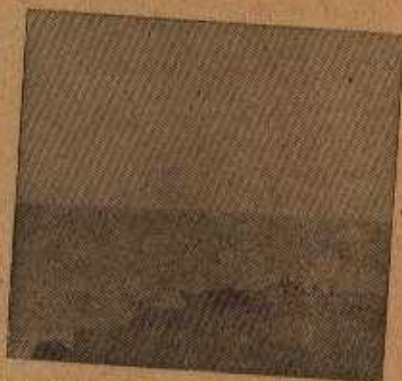


Fig. 13 — Barra N. do Amazonas, em Macapá.

Impressionou-nos profundamente a bela compreensão da administração de Belterra quanto aos problemas sanitários e educacionais. A malária é coisa do passado. As escolas rurais pululam e o número de alunos cresce de ano para ano. Não há problema de ideologias exquísitas.

Rumo a Macapá.

Deixamos Belterra satisfeitos e confiantes de que a obra de Ford não morrerá.

A capital do Território do Amapá desenhava-se lá em baixo, com seus telhados novos e ruas largas. Custou-nos crer houvesse nessas paragens quase na fronteira com as Guianas, um sôpro de progresso tão marcante! Recebeu-nos no aeroporto o Cap. Janari, governador do território. E com a fidalguia costumeira, sem esquecer o clássico sorvete e a "furiosa" local, enchendo os ares com suas marchas e toadas típicas.

A estadia em Macapá proporcionou-nos oportunidades únicas, que demonstram o quanto pode a iniciativa de um indivíduo bem orien-



Fig. 14 — Entrada do Forte de Macapá.

tado, servido por uma equipe de jovens trabalhadores e desinteressados.

O primeiro ponto a destacar é o Forte de Macapá. Que diferença para o de Príncipe da Beira. Tínhamos visto este em completo abandono. Aquêlê deu-nos a impressão de termos voltado aos tempos coloniais. Ali estava o Forte, inteiramente recuperado, em sua estrutura e até no pessoal com a indumentária típica. Fomos rece-



Fig. 15 — Guarnição a caráter, no Forte de Macapá

bidos com uma salva de tiros, dos velhos canhões vovô, acesos à ordem do sargento mor, com a mecha na ponta da vara. Um espetáculo tocante.

Nos inúmeros torreões as bandeiras daqueles tempos tremulavam, dando o colorido festivo ao ambiente.

Após esse rebusco na história, levou-nos o Cap. Janari ao centro da cidade, em visita a alguns estabelecimentos públicos. Destacamos dois, cujo valor, para o bem do povo, bastaria para consagrar a administração desse jovem oficial. Referimo-nos à Casa de Saúde e o Grupo Escolar.

A primeira, inteiramente dedicada à população de Macapá e aos municípios vizinhos, é uma obra prima de instalações e eficiência. Nós conhecemos algumas dessas casas no Rio de Janeiro e São Paulo. Afirmamos sem receio de erros, não deixa a dever a de Macapá. É possível assistir qualquer doente, mesmo no campo da cirurgia. E que maternidade!

O Grupo Escolar é outro empreendimento notável. O Governo do território tomou a seu encargo



Fig. 16 — Cruzando o Equador, em Macapá.

calçar e alimentar as crianças em idade escolar. Tem para isso oficinas próprias, onde aprendizes, menores ainda, exercitam-se nos ofícios de sapateiro, correio, etc.

modesto, mas eficiente. E nós já estávamos ficando empolgados. Há outros lugares sobre os quais falar. Deixemos sossegado esse longínquo recanto do Brasil.



Fig. 17 — Escola Pública em Macapá.

A freqüência, só em Macapá, de crianças do curso primário, sobe a 2.200! Faz gosto ver a gurizada, de manhã na educação física ou nos trabalhos manuais (as meninas) e à tarde, em 2 turnos, nas letras.

Indagando aqui e acolá soubemos coisas interessantes. A opinião do povo é pela continuação do Capitão Janari. Ele está de fato integrado na vida do Amapá. Seu entusiasmo é contagioso. Vê-lo falar nos problemas do território é ver um filho amante de sua terra. E o Janari não é de lá... Uns dizem que o futuro Governador será outro. Foi o que lhes disseram durante a campanha para o 3 de outubro. Mas a maioria, e porque não dizer, todo o povo, quer é o Janari. É moço e ardente apaixonado pela causa amapaense. No Amapá não há preocupações de edifícios suntuosos, para o governo. Tudo é simples,

Na Capital Paraense.

Saimos de Macapá após o alvorecer para podermos chegar a Belém antes da chuva. E, realmente, chegamos. Normalmente, após as 16 horas, há temporal na capital do Estado. Dizem mesmo que os "encontros" são apazados para depois da chuva...

Nós já havíamos estado em Belém em 1946, de passagem, na viagem para o E. Unidos. Naquela época ainda havia bondes circulando, embora deficientes. Hoje em dia, só há os trilhos, assim mesmo em algumas ruas pois até esses foram arrancados. Como ocorre em Manaus, os ônibus enxameiam, disputando, às correrias, seus passageiros. Nesse particular, a democracia vai perdendo terreno. Dizem que o bonde é democrata...

A Base Aérea de Belém guarda ainda muito da magnificiência le-

gada pelos norte-americanos. Instalações confortáveis e abundantes. Ali passamos duas noites, embalados no sono reparador proporcionado pelos colchões "hollywood".

A visita ao Q.G. da 8ª R.M. proporcionou aos Oficiais da Escola o ensejo de conhecerem de perto os problemas angustiosos desse imenso território de jurisdição militar. Num "show" rápido e bem ilustrado, foram discutidas as questões próprias no terreno militar. Um incidente pitoresco, ocorrido em meio à reunião no Q.G. bem pode dizer do empenho e amor com que oficiais da Região labutam. Um major, o oficial de operações, dando largas às demonstrações de como o

embargados. Nem sequer ousávamos entreolhar, mesmo sorrateiramente. Foi o General Sayão, no seu espírito alegre e comunicativo, que, num lance de chefe, compreendendo uma solução, apartou, quebrando a tristeza do ambiente. A odisséia dos Elementos da Fronteira, havia sido pintada em suas verdadeiras cores. E nós já a havíamos sentido, ao natural...

6. Agora é o nordeste.

A visão do nordeste recordava-nos a famosa Praia de Iracema, os "mucambos" de Recife e as belezas de Paulo Afonso. Já antegozávamos todas essas novidades quando da cabine do piloto veio a ordem:

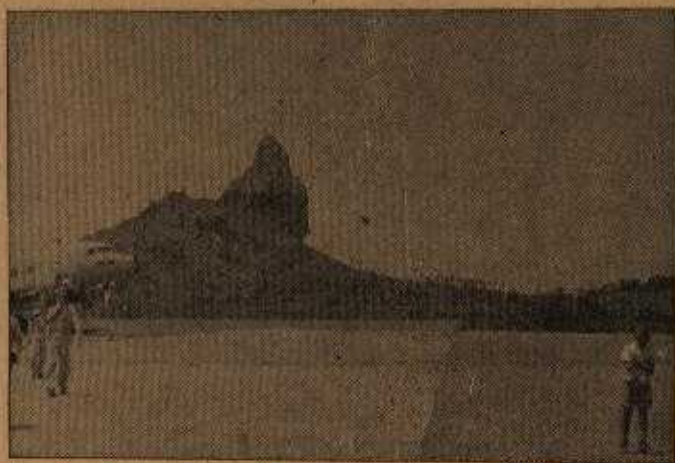


Fig. 18 — O "pico" em Fernando de Noronha.

problema é encarado na 8ª Região, entrou também no terreno psicológico, focalizando o aspecto dos elementos da fronteira, os minguaços pelotões que pontilham nossa linha divisionária, como um rosário na imensidão das selvas. O ardor e a sinceridade do major trairiam-lhe a palavra. Nos arremates de sua oração, as lágrimas correram e o nó cortou-lhe as últimas sílabas; seu coração de infante, recordando os companheiros lançados àquela luta, anônima e ingrata, traiu-o; comandou sua vontade e os soluços fizeram-no calar. Todos nós ficamos

"apertar o cinto, vamos descer". Estávamos sobrevoando Fortaleza, a capital cearense, onde nos deterríamos somente algumas horas, para o reabastecimento dos aviões.

Para quem, como nós, desconhecía as belezas naturais de Fortaleza, aquelas poucas horas representavam entretanto uma possibilidade. Tomamos o "jeep" da base. Rápido, pulando como cabrito novo, pela estrada, chegamos à Praça do Ferreira, célebre pelas reuniões através da história cearense. Visitamos também a E. P. Cadetes,

cuja tradição já extravasa os limites estaduais.

Na volta à base aproveitamos uma passagem pela praia de Iracema, cujas belezas o mar vai aos poucos roubando, quem sabe com ciúmes dos homens...

O salto seguinte foi a Natal, cujas instalações na base aérea guardam também grande parte do esplendor deixado pelos americanos. É grandiosa e suas possibilidades representam, de fato, um pósto avançado de olhos na África!

Alinhados na estupenda pista, estavam os conhecidos B-25, os "Mitchells" que saborearam o prazer de

que mais impressiona na chegada à Ilha é o colossal monólito, espetado num dos extremos dela, desafiando airoosamente os ares. Lá em cima, um farol que não se sabe como foi ali postado.

Percorremos a ilha rapidamente, de auto, para termos idéia melhor de suas particularidades. Vê-se que já foi fértil. Os indícios estão à prova. Cajueiros gigantes, mangueiras, e outras árvores de menor porte, atestam a exuberância do solo, embora o índice de humidade seja relativamente baixo.

Há um "palácio" do governador! Que contraste com a solidão da ilha



Fig. 19 — Vista panorâmica de Fernando de Noronha

bombardar Tóquio, na última guerra. São aviões que impressionam pelas suas linhas aerodinâmicas e expressão de potencialidade.

De Natal voamos para Fernando de Noronha, a ilha solitária, que teve grande valor na conflagração há pouco terminada. O vôo sobre o mar, a 2.000 m de altura, sem outros horizontes que não o da massa líquida, dá-nos uma sensação estranha. Cada um de nós envergava o seu "papo-amarelo", o conhecido salva-vidas tipo "May-west", norte-americano. O ambiente nos aviões era pitoresco. E aquelas medidas de previdência despertaram chistes alegres, que suavizavam sobremodo a tensão nervosa de cada um. O

e os casebres onde moram os demais servidores daquele pequeno torrão brasileiro! Não conseguimos achar qualquer justificativa naquela imponente construção. E mais aturdidos ficamos depois que o visitamos. Mobiliário rico, suntuoso mesmo. Dois enormes quadros a óleo, dignos de uma grande residência no Rio de Janeiro!...

Para administrar a ilha, com um pelotão de infantaria e alguns funcionários civis; uma estação rádio da Aeronáutica e uma escola, para poucas crianças; toda essa grandeza? Quem passou pelo Território do Amapá, e mesmo do Acre (este mais antigo), cujas extensões são indiscutivelmente muito superiores,

e cujos problemas, econômico, político e social são complexos, e não viu palácios desse gênero, fica dando tratos à bola, procurando razões que justifiquem a solução adotada em Fernando de Noronha.

Novamente sobre o mar, por cima das poucas nuvens que procuravam encobrir as águas azuis do Atlântico. Regressávamos ao continente. Nosso destino é agora Recife, a Venezuela brasileira, com seus imensos canais e pontes. E do alto, realmente, essa é a imagem da capital pernambucana.

Pousamos na imensa base de Ibura, com suas várias pistas de concreto lembrando ainda o esforço de guerra. Mais alguns B-25 formados, como que numa guarda de honra aos recém-chegados.

A noite, numa agradável recepção no Caxangá Golf Club, da elite pernambucana. Ambiente seletivo e altamente confraternizante. Refaziamos-nos assim das agruras da viagem, deleitando um pouco o espírito.

Quem passa pelo Recife e não visita os Guararapes, foi a Roma e não viu o Papa. Desta feita tínhamos um ciclorone de fato, o professor Hélio Viana, apaixonado pelas coisas do Brasil e um "papo" de ouro. Levou-nos em caravana à Igreja dos Prazeres, no topo de

um dos morros daquele nome e ali desdobrou as páginas da história pátria, eloquentemente. Foram algumas horas de espiritualidade magnífica. No átrio da igreja mostrou-nos ele as "gavetas" com os restos mortais dos vultos principais da epopéia dos guararapes: Vidal de Negreiros e Felipe Camarão. Ao descermos a estrada, que naquela época fôra testemunho dos sangrentos combates, sentimos toda a expressão da vitória de nossos antepassados.

Paulo Afonso.

Paulo Afonso merece um destaque especial no transecurso dessas impressões. Obra de vulto, cujo esplendor desperta verdadeiro entusiasmo. Desde o vôo circular, sobre as quedas d'água, a descida em meio ao casario que brota como cogumelos, até as barreiras de concreto armado, que vão em breve escrivizar as águas da represa, tudo passa como um sonho, cuja concretização nos parece ainda irreal!

A construção da Usina hidrelétrica do São Francisco não pode mais parar. Deu-nos a impressão do gigante que, acordado, resolveu marchar e não vê obstáculos à sua frente.

O visitante, ao chegar, depara logo com uma sala, devidamente equipada, onde lhe dão uma visão do conjunto do que é a obra. Mapas e fotografias falam melhor do que palavras. Já se sai dali conhecendo a empresa.

Boas estradas cruzam toda a área de serviço, permitindo acompanhar lance por lance.

A luta do homem contra a natureza não é literatura de Euclides da Cunha, quando bem descreve os Sertões. O solo, de espessura útil medíocre (dizem os técnicos que não vai além de 50 cm a camada de terra aproveitável), nada oferece que possa suprir o estômago daquele mundo de gente, que ali trabalha. Tudo vem de longe e os transportes são ainda deficientes. Mas os nossos patrícios não desanimam. Enfrentam a empresa com estoicismo e patriotismo.



Fig. 20 — Igreja dos Prazeres, nos Guararapes (Recife).

A par do plano industrial segue o social, possibilitando condições de vida as mais razoáveis a todos. Estima-se que Paulo Afonso possa trazer grande desenvolvimento ao nordeste brasileiro, numa área que

Aquelas outras duas maravilhas da hulha branca não perderão por esperar. Mais dias, o homem as desbravará com o mesmo ardor e amor com que vem fazendo no Rio São Francisco.

7. O petróleo brasileiro.

Deixando a hulha branca, avançamos agora para o ouro negro, da Bahia. A visita programada, era Mataripe.

Muito ouvimos dizer e ainda mais havíamos lido acerca do tão falado petróleo brasileiro. As campanhas abertas na imprensa e no rádio, desencontradas as vèzes, não nos deixaram uma idéia justa desse magno problema nacional. Somente in loco, nos seria possível avaliar a verdade. A oportunidade enfim se nos ofereceu.

Uma hora e meia de trem é o quanto se leva da capital baiana até a região dos poços e da refinaria. O percurso é bastante interessante. O recôncavo baiano é pitoresco.

Quando se chega a Mataripe logo se percebe o problema. Desde a estação ferroviária, tudo indica questões de petróleo. São máquinas perfuradoras, tubulações, tambores, enfim, esse material variado e complicado que equipa as usinas de refinaria.



Fig. 21 — Obras da represa de Paulo Afonso

englobe desde Fortaleza, no Ceará, até Salvador, na Bahia. É, na verdade, obra ciclópica. E vendo essa realização, no campo das coisas práticas, lembramo-nos de Iguaçu e Sete Quedas, que ainda dormem seu sono milenar, guardando em suas entranhas um potencial, quem sabe, ainda maior que Paulo Afonso. O Brasil é muito grande!

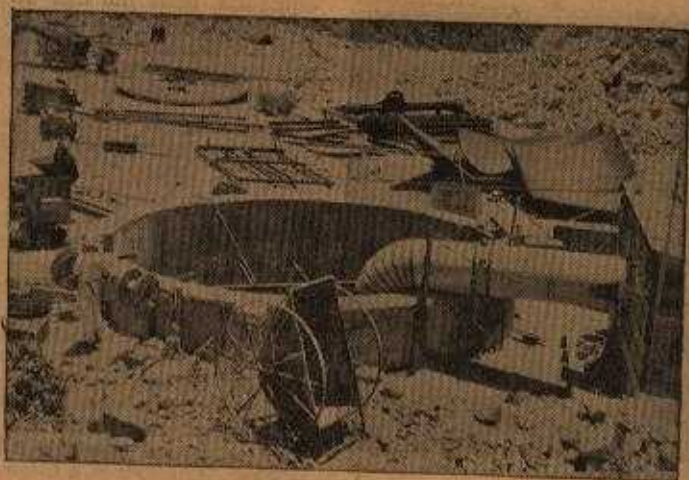


Fig. 22 — Obras de Paulo Afonso.

De uma igreja velha, esplendidamente situada num outeiro, tem-se uma vista completa dos campos petrolíferos. Vêem-se as torres, os depósitos prateados e, lá ao longe, as chaminés fumegantes da refinaria. Através duma estrada pavimentada com betume ali produzido, percorremos quase todos os poços indo então à usina. Os engenheiros, todos brasileiros e jovens, assistidos por enquanto por uma equipe de técnicos norte-americanos, se des-

dobravam em atenções, explicando até os menores detalhes. Todos muito encorajados e inteiramente acreditando no futuro promissor de Mataripe.

O problema dessa usina simplificou-se sobremodo. Sua situação é privilegiada.

Ao lado da baía, está por isso com os transportes ao pé da obra. Os poços surgentes ou não, têm seu produto levado até o local do tratamento (a usina) quase que por simples gravidade. O gás que já produz, alimenta suas caldeiras, trazendo economia brutal de combustível.

Nada nos fará, daqui em diante, subestimar nossas possibilidades em petróleo. O passo inicial já foi dado e com grandes auspícios.

Quando vimos jorrar o ouro negro, de um poço surgente, não nos contivemos; gritamos bem alto "fechem isso, é petróleo brasileiro e vocês estão desperdiçando!" Força de expressão logo se vê. Mas demonstra o quanto nos fez vibrar a corda de brasileiro.

Já agora, aqui no Rio, nestes dias que escrevemos estas linhas, tive-



Fig. 23 — Esguicho de petróleo em Mataripe.

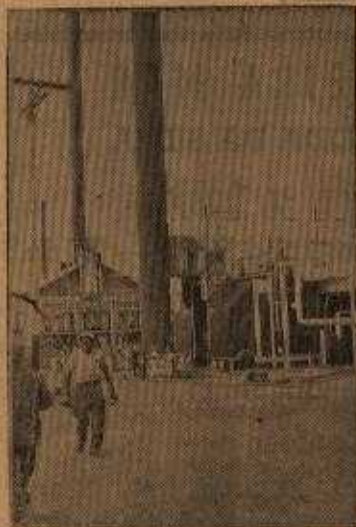


Fig. 24 — Instalações de Mataripe



Fig. 25 — Interior da Igreja de S. Francisco (Bahia).

mos a satisfação de ler a notícia da entrega da primeira gasolina já fabricada, ao Governo baiano. Viva, pois, Mataripe!

Antes de deixarmos a terra do Senhor do Bonfim, com suas centenas de igrejas, fomos até o alto da Barra, onde a imagem do Cristo, com seus braços abertos, recebe fraternalmente o forasteiro e ali depositamos a nossa prece ardente: "Senhor! ampara essa obra de tanto relevo no cenário brasileiro! Inspira os homens, do governo e de trabalho, para que só tenham em mira o bem do país.

Não deixeis que o entusiasmo se arrefeça.

Ao contrário, acendei mais ainda o facho patriótico daquele punhado

de brasileiros, levando-os ao término da jornada, para maior glória do nosso Brasil!"

8. No Rio novamente.

As 14 horas de 19 de outubro descíamos no Calabouço, fechando destarte, o maravilhoso circuito do norte. Havíamos cumprido bem o nosso programa. Os 15 dias de viagem tiveram as maiores compensações possíveis. Voltávamos mais brasileiros do que antes.

Seríamos, como estamos procurando ser, outros propagandistas de nossos valores e possibilidades. A ECEMAR colheu mais um louro para sua fôlha grandiosa de serviços prestados à Aeronáutica e ao Brasil.

"Tem-se a impressão de que se está formando entre os leitores dos livros de utilidade profissional militar, ou de cultura geral, uma espécie de "mentalidade de condensações".

As obras mais aprofundadas, que exigem leitura acurada e meditada, que constituem o verdadeiro fundamento da cultura profissional e geral, parecem preteridas pela leitura fácil e rápida das seleções e condensações, que apenas afloram os assuntos e expõem generalidades, sem descerem ao fundo dos problemas, muito próprios para serem lidos nos momentos de lazer, mas que apenas "informam" e pouco instruem."

(Do Relatório anual da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada.)

ARMAZEM BEIRA MAR

HONORATO ALMEIDA DA SILVA

Secos e molhados e bebidas

Rua Secundino n. 389 — Agostinho Pôrto — E. do Rio

ARMAZEM N. S. DAS GRAÇAS

Alfredo Cardoso

SECOS — MOLHADOS — BEBIDAS, ETC.

RUA BARROS JÚNIOR N. 406 — NOVA IGUAÇU — ESTADO DO RIO

O ÊXODO DOS CAMPOS E AS SUAS CAUSAS

Cel. IRAPUAN XAVIER LEAL

Não é do desconhecimento de ninguém que as cidades no Brasil estão cheias de gente proveniente do interior. Há cerca de quinze anos vem ocorrendo um deslocamento contínuo de lavradores e de elementos sem profissão definida, do interior para as grandes cidades, aumentando, sem resultados compensadores, a sua população marginal, representada pelos moradores das favelas, casas de cômodos e por aqueles que vagueiam pelas ruas e botequins, sem destino certo. As causas desse evento têm constituído objeto de diversas explicações, sendo a mais generalizada a que o atribui à falta de leis sociais para o trabalhador do campo, ao passo que o trabalhador das cidades — o da indústria e do comércio, é bem amparado por leis de aposentadoria e pensões, salário-mínimo, férias, etc. Por esse motivo, se conclui, então, que ao homem do campo cabe o direito de procurar melhores condições de vida, melhores condições para progredir e vencer; a cada um cabe aspirar melhor situação para si e para sua família. Será a falta de leis a verdadeira causa? A nós não parece. Temos a impressão que a falta de leis sociais não é o fator número um da evasão dos campos e que a vida nas cidades, com todas as suas leis sociais e trabalhistas não melhora a situação do imigrante do interior e de sua família.

A verdadeira causa da não fixação do nosso homem ao campo é a falta da educação, que se traduz por falta de conhecimentos técnicos, ignorância de métodos e processos adequados de trabalho, falta de assistência médica e conheci-

mentos de higiene (saúde), em suma, falta de assistência dos Governos — nenhum Governo até hoje cuidou a sério deste problema. Em matéria de educação do nosso homem quase tudo está por fazer. O homem brasileiro, particularmente o habitante do interior, vive completamente largado, entregue a si mesmo, e isso, nós militares, temos tido oportunidade de constatar por esse Brasil a fora. Dêsse jeito, desamparado tecnicamente, sem instrução e sem saúde, tentado pelas ilusões das cidades, de que ouve falar, ele vem povoar a orla dos morros e, em vez de auferir melhores conhecimentos e melhores condições de saúde, transfere apenas a sua miséria e a sua situação de pária social do campo para a cidade. Se fizermos um balanço da sua situação anterior com a nova situação, vamos ver que não adiantou trocar a casa de sapê pelo barraco no morro, nem o salário mais elevado compensou despesas de moradia, alimentação, vestuário e transportes. Aliás, são poucos, muito poucos desses elementos marginais que vencem nas cidades. A maioria, esmagada pela realidade, só encontra trabalho de servente de obras, biscateiro e em empregos sem garantia, em consequência da falta de habilitação e de eficiência. Criou-se, pois, no Brasil, um problema social, cujo fundamento principal e talvez único é a falta de educação do povo. E isto podemos afirmar pela simples comparação da situação do nosso homem do campo com a situação dos colonos estrangeiros ou de origem estrangeira, da situação das colônias e núcleos de nacionais com as das colônias estran-

geiras ou de descendentes de estrangeiros nos Estados do Sul.

Por que estas e aqueles prosperam e se apegam à gleba? Por que o colono estrangeiro ou de origem estrangeira não abandona os campos? Por acaso há leis sociais trabalhistas para ele? Não, as condições são as mesmas; contudo, o colono estrangeiro tem outros conhecimentos técnicos, método de trabalho, noções de economia e condições de higiene e saúde que já traz de além-mar, dos países mais educados socialmente. A sua experiência e a sua capacidade de trabalho são outras e, por isso, vence. Os alienígenas, na falta de assistência por parte dos órgãos competentes se organizam em Cooperativas e associações, tratam dos seus interesses, da instrução dos seus filhos e, embora com mais sacrifício, permanecem no seu labor de produção.

O que nós precisamos, portanto, é valorizar o nosso homem, educando-o. No dia em que o homem brasileiro for suficientemente valorizado, não abandonará os campos, com leis sociais ou mesmo sem elas. Ele saberá organizar as suas Associações e Cooperativas e saberá como suprir a falta dessas leis; será questão de dar-lhe os meios para vencer, inclusive, instrumentos de trabalho. Queremos crer que se processará até um movimento inverso — das cidades para os campos. Como está presentemente o problema, a solução só

se encontrará à força, drasticamente, reunindo os elementos marginais das cidades, colocando-os em meios de transporte, sob escolta, para retornar aos campos. No Brasil, o esforço máximo dos Governos, a sua preocupação constante, de todo o dia, deve ser a educação do povo, a valorização do homem, valorização sob os aspectos: moral, intelectual, físico, profissional e técnico. Entretanto, o que se tem visto não é isso. Agora mesmo o Ministério da Educação propôs o corte de quatrocentos milhões de cruzeiros no seu orçamento!



SACO AZUL - CINTA ENCARNADA

"Não esqueçamos o procedimento que nos deu a prosperidade, isto é, as vigílias, a agilidade, a tenacidade, a obediência, a tolerância, os trabalhos e riscos."

CARVOARIA N. S. DAS GRAÇAS
José Pacheco Mendes
RUA "A" N. 53 — NOVA IGUAÇU

"VOLTA AO PASSADO!"

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

No número de março desta Revista o nosso brilhante camarada Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro bate-se, ou melhor, continua a bater-se pela sobrevivência da Cavalaria hipomóvel.

"No Brasil", diz ele aduzindo considerações de valimento inatacável, "dadas as especialíssimas condições topográficas de várias regiões de seu imenso território e, pelas condições de sua incipiente indústria pesada e petrolífera, tão cedo poder-se-á relegar o cavalo para um plano secundário". "Os países sul-americanos", continua, "não se podem deixar empolgar fanáticamente pela motomecanização".

Mas não é só na Cavalaria que o fanatismo pela motomecanização vem invadindo a mentalidade de nossos círculos militares. Em outras Armas, como a Engenharia, à qual pertencemos, preponderam também as idéias de resolver todos os problemas com o auxílio do motor. Vamos ao caso das pontes, para sermos objetivos.

Longe de nós a idéia de que não devemos ter algumas de nossas equipagens de pontes traçadas a motor, embora nos subsistam dúvidas quanto à sua praticabilidade nos escalões Divisão, onde talvez melhor conviesse a tração animal.

Mas esta consideração já invade a questão tipo de organização da Grande Unidade e não é nosso propósito discuti-la aqui.

O fato é que todas as nossas equipagens atuais, seja a brasileira, seja a americana, são traçadas a motor, como se coubessem como uma luva em todos os nossos terrenos. A brasileira está, hoje traçada por pesados caminhões de 5 toneladas.

Ora, quem já viajou um pouco pelas nossas fronteiras e observou a topografia local, conclui pela impraticabilidade da tração automóvel em muitas delas. Conhecemos a fronteira do Rio Grande, ao Sul do Ibicuí, a região entre Chapecó e o Chopim, no Sudoeste paranaense e o planalto matogrossense, ao Sul da Noroeste. Podemos, portanto, dar nossa opinião. A região ao Sul do Ibicuí, na fronteira com a Argentina e o Uruguai, é inteiramente pedregosa e os maus caminhos ali existentes produzem tremendo e rápido desgaste dos pneumáticos. Fora das estradas é o suicídio das viaturas (é o caso dos tanques, por exemplo: não há lagarta seja de borracha, seja de aço, que resista ao tremendo atrito da natureza extremamente pedregosa do terreno). Além disso, região nua, onde as grandes colunas de viaturas são extremamente vulneráveis aos ataques de aviões.

Na região citada do Paraná predominam as chuvas e o terreno, de natureza silicosa, não coando as águas, forma atoleiros de profundidade insondável. Trabalhamos naquela região, precisamente na construção de estradas, durante vários anos e a conhecemos bem. Havia meses de se trabalhar apenas 5 ou 6 dias, devido às chuvas torrenciais. Que podem fazer, nessa região, as colunas automóveis se não enterrarem-se até aos eixos e atravancarem as estradas?

Ao Sul de Mato Grosso predominam a ausência de estradas, as grandes extensões descobertas, rios caudalosos de margens cobertas e um terreno de natureza tal que o tráfego de pequenas colunas, mesmo de 2 ou 3 viaturas levanta nuvens colossais de poeira, a ponto

de invadirem os próprios filtros de ar dos motores e provocarem "panes".

Qual será a sorte de uma coluna blindada nessa região, as lagartas a multiplicarem por mil os pontos de atrito com o solo?

Essas são apenas ligeiras citações das condições prevaletentes em algumas regiões do país e que sugerem uma meditação mais cuidadosa do problema da adoção indiscriminada da tração automóvel em nossas diversas Armas. Mas na Engenharia, o que se nos afigura um erro, ou pelo menos o abuso da motomecanização, vai mais longe. Adotando as equipagens motorizadas como solução para todos os casos disse-se adeus às pontes de circunstâncias, às pontes feitas com material de fortuna, encontrado no local. Em outras palavras, com "mato".

Quando éramos Capitão e cursávamos a E.A.O., isso em 1934, passamos um mês em Pinheiros, na barranca do Paraíba, em exercícios de pontes. O programa da Escola, sabiamente, comportava uma semana de pontes de equipagens e três de pontes de circunstância.

Estas três semanas eram o que havia de bom senso para o caso brasileiro. Os alunos durante esse período, já sabendo calcular e projetar, passavam à execução de tudo quanto é tipo de passarela ou ponte de circunstância. Lançavam-se pontes de cavalete, de estacas, pontes Tarron, pontes suspensas, tipo treliça, de vigas, etc. Tudo feito do bom e abundante mato brasileiro. Mais. Não se esqueciam as balsas feitas com material de fortuna e tão apropriadas para os grandes rios brasileiros, largos, de 500, 800, 1.000 e mais metros e diante dos quais as nossas equipagens são notoriamente insuficientes. Lançavam-se balsas de troncos, de tonéis, de vigas, de sacos Habert, etc.

Dava-se ao aluno problemas como este: "O Sr. encontrou na beira de tal rio apenas este lote de materiais".

Seguia-se uma relação de pranchões, vigas e toros das mais variadas dimensões e natureza.

"O Sr., com tais materiais (eram os realmente entregues ao aluno) deverá transpor esta brecha, em tal tempo e para servir a tais cargas".

Desenvolvia o aluno, então, o seu espírito de iniciativa, imaginando e executando o tipo de ponte que, com aquele lote de materiais, melhor se ajustasse para os fins visados.

Era o caso brasileiríssimo em ação, isto é, de falta de recursos e tendo-se de lançar mão dos meios de fortuna, como o ilustra a história de todas as nossas guerras e revoluções.

Pois bem. Viremos agora a página.

Fomos comandar, em 1947 e 1948, o Btl. Escola de Engenharia, na Vila Militar, encarregado da execução das demonstrações, na parte de Engenharia, para a E.A.O.

Durante aqueles 2 anos servimos a 4 turmas da Escola, indo a Rezende, com todo o Btl. 4 vezes, para a execução de grandes manobras de pontes de equipagem tão somente.

Desde o começo estranhámos os programas que nos eram enviados da Escola, requisitando as demonstrações. Nada sobre pontes de circunstância. Eram exercícios sobre pontes e de equipagem tipo M-2, M-4, M-6, americanas e sobre equipagem modelo brasileiro. Indagamos dos Capitães a razão da omissão.

— "Hoje não se usa mais ponte de circunstância, Coronel", foi a resposta deles, entre sorrisos mistos de explicação e de ironia. "O material de equipagem resolve qualquer problema de transposição.

De mais a mais, aquelas pontezinhas de circunstância de 3, 4 ou 5 toneladas não agüentam as viaturas de 8 e 12 toneladas que se usam hoje e muito menos os tanques de 25, 30 ou 35 toneladas".

Confessamos que nos sentimos perturbados. Acostumados no clima dos grandes escalões estratégicos da Escola de Estado-Maior, onde acabáramos de ser Instrutor, movimentando no papel grandes massas de homens e empregando materiais de guerras futuras, como

deve ser no ensino de uma escola militar superior, viamo-nos agora, ali, diante da realidade do escalão tático e na presença daqueles Oficiais, como que um homem do passado. Quem estaria certo? Tudo o que havíamos aprendido, ou melhor, tudo o que uma geração inteira de Oficiais havia aprendido na E.A.O. estava agora enterrado. Treze anos ou talvez menos haviam bastado para que esse milagre de versatilidade se realizasse, tradutor da afoiteza na absorção, por parte do nosso Exército, das idéias da "blitzkrieg" de Hitler, à base de poderosas forças motomecanizadas, inauguradas em 1939, com a invasão da Polónia.

Sentiamo-nos como que um homem ultrapassado, procurando consertar as idéias, mas aquelas palavras ainda soavam aos nossos ouvidos: "Hoje não se usam mais pontes de circunstância, Coronel, as nossas viaturas são muito pesadas. Só mesmo com o material de equipagem que dispomos é que poderemos transpô-las ou, se preciso ainda, com as pontes "Bailey" (mastodontes ainda mais pesados é que demandam, para cada uma, toda uma coluna motorizada). Sim, é verdade, pensávamos sucumbidos, as nossas viaturas são cada vez mais pesadas, embora as pontezinhas que aí temos pelo interior do país sejam cada vez mais leves para elas. Estaríamos certos? Até onde? Não podíamos deixar de meditar sobre as discordâncias que existem, entre nós, quanto ao ensino na Escola de Estado-Maior, onde ele deve ser subjetivo, à base da guerra do porvir, porque serve ao escalão estratégico e ao preparo de Oficiais para a função de E.M. e quanto ao ministrado na E.A.O. onde ele deve ser objetivo, visando às realidades do país, à tirania da topografia que o reveste, aos recursos que oferece e aos meios de que o próprio Exército disponha, por isso que lá descemos ao escalão tático e se visa o aperfeiçoamento de Oficiais que vão combater não em P.C., mas em compartimentos de Pelotão e Companhia.

Mas não parou aí a nossa decepção. Abrigos? Letra morta. Nem se fala mais nisso. Quem se lembraria de enterrar-se nas guerras de movimento de hoje?

"Agora", prosseguiram os meus Capitães, "defesa se faz com campos minados" (deixava-os falar). "Tanks-Destroyers, fogos de Artilharia e canhões anticarro e principalmente contra-ataques de Unidades blindadas (sempre a idéia fixa da guerra relâmpago), apoiados pela aviação completam o quadro da defesa. Abrigos? Não há tempo para prepará-los. Não se usam e nem se estudam mais".

De modo que toda uma vasta matéria que estudávamos, comportando o ensino da construção de abrigos para os mais variados fins, está também enterrada, como se não houvesse mais defensivas nas guerras de hoje, como se o comando não mais determinasse, por necessidade de manobra estratégica, a estabilização momentânea de certas frentes, enquanto procurasse pelo movimento a decisão em outras, como se não mais houvesse necessidade de abrigos para munições de Artilharia, para Centros de Transmissões, para não falar em P.C. e isso num país de vastas áreas descobertas e tendo-se em vista o papel da Aviação nas guerras de hoje.

Meditando sobre tudo isso, não podíamos deixar de considerar o perigo que a mentalidade motomecanizada, já tão arraigada entre nós, poderá representar para o nosso Exército, se não a colocarmos dentro de seus justos limites. Principalmente num caso de guerra, quando talvez 3 meses de campanha bastem para nos trazer da Lua para as realidades do caso brasileiro.

Pelo caso brasileiro entendemos a precariedade dos nossos transportes e vias de comunicações, a insuficiência de nossa indústria, a dependência de combustíveis estrangeiros, a agressividade da nossa topografia e o fatalismo de nossas imensas distâncias, a alimentação de exércitos e de uma população que na própria paz não encontra

sobras de gêneros de primeira necessidade, etc.

Três meses bastarão para nos fazer descer do blindado ao cavalo. E não obstante isso, o que vemos?

Hoje qualquer Tenente não pode fazer nada sem lhe darem um "jeep".

O cavalo foi varrido dos quartéis. Mesmo do Rio de Janeiro.

A Vila Militar é só ronco de motores e sirene de carros. Balas se transformaram em garagens. Invernadas em campos de estacionamento e treinamento de carros. A mentalidade motomecanizada está de tal maneira arraigada que nada se faz sem o auxílio de autos.

Reconhecimentos para exercícios, simples contactos administrativos, entrega de documentos, apresentações, deslocamentos para domicílio são hoje feitos à base de "jeeps" e outras viaturas, como se os pcos do petróleo do Texas fôsem ali em Cascadura e a Usina de Volta Redonda nada mais fôsse que uma sucursal das fábricas Ford de viaturas.

Quase 150 mil foi o número de peças de auto pedidas, para substituições, só pelas Unidades-Escola, num dos anos que lá estivemos. E esse número tende a crescer na mesma razão em que nos são fechados os mercados fornecedores, em consequência da crise internacional.

Para onde vamos?

Longe de nós a idéia de não termos forças motomecanizadas, fique aqui bem claro, principalmente na reserva geral, onde elas melhor se situam quando os teatros são vastos e os recursos disponíveis apoucados.

Serviços das Grandes Unidades motorizadas e Unidades de transporte motorizadas, também fora das mãos das Divisões, são outros recursos que devemos ter. Mas daí a motorizar tudo, tropas e espiões, sem atenção às realidades da nossa geofísica e às capacidades da Nação é que não nos parece certo.

A organização de um exército é função do que se quer dele (missão), dos meios disponíveis, do inimigo potencial provável (não teórico e muito menos europeu ou americano do Norte), mas daquele que se tem imediatamente à frente e, principalmente, é função do terreno particular que deve palmilhar.

Vale dizer, o Exército para Mato Grosso não serve para o Rio Grande, como seria insensatez fazer atuar o dêste no teatro amazônico.

Adaptação é o "mot d'ordre" da organização dos exércitos.

Não vai aqui nenhuma crítica a nenhum órgão ou a quem quer que seja sobre as idéias expendidas acima, pois todos nós temos o nosso quinhão de responsabilidade na situação que esboçamos.

Mas sempre é tempo para debater idéias e retonar o caminho certo. Gostaríamos imensamente de ler a opinião de outros camaradas sobre o assunto.

O latino, pela sua natural inteligência e vivacidade é facilmente levado a aceitar idéias modernas que surgem como relâmpagos, principalmente no campo militar, na questão organização e quando elas aparecem com o selo de vitórias espetaculares nas guerras tipo "blitz". Mas nós, militares, responsáveis pela defesa e segurança da Pátria e passado o clarão das idéias novas, devemos, na penumbra dos gabinetes, meditar sobre os caminhos que elas iluminaram e verificar com cautela se devemos mesmo mudar de rumo.

No caso da motomecanização do nosso Exército, julgamos que tem todo o cabimento uma "pausa para meditação".

Eis porque nos juntamos ao nosso camarada Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro na sua batalha pela revalorização do cavalo crioulo, que formou o fundo das nossas vitórias nas lutas passadas e no qual, estamos convencidos ainda poderemos depositar fundadas esperanças.

"Num exército vitorioso até os bagageiros marcham com ardor."

PARA LÁ HAVEMOS DE IR...

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO

Durante toda a nossa vida militar, temos olhado sempre com uma especial atenção e particular carinho, os camaradas que se encontram na RESERVA ou REFORMADOS.

Consideramos, com justiça, que eles merecem da nossa parte, oficiais ainda no serviço ativo, provas sinceras de consideração pelos reais serviços que prestaram ao EXERCITO e à PÁTRIA.

São camaradas, que no momento, gozam o merecido repouso, após longos e árduos anos de labuta, pontilhados, por noites de vigília; por saídas do lar pelas madrugadas e regresso, muitas vezes com as estrêlas a circular em no firmamento; pelas vezes que arriscam o que de mais precioso possuíam, as vidas em prol da segurança e da tranquilidade da PÁTRIA.

Não desconhecemos, que muito se tem feito em benefício daqueles camaradas; entretanto, mister se torna sanar, ainda, alguma coisa que pode traduzir-se por descanso ou indiferença.

Digno de registro, por exemplo, é a impressão que se colhe na D.R., e, permita-nos o seu ilustre e digno DIRETOR, Exmo. Sr. General Lamartine, que ressaltamos o carinho, a atenção e a solicitude com que, naquela dependência do M.G., são recebidos e atendidos os camaradas INATIVOS, seja qual for a graduação que tenham. Nota-se assim, na D.R., algo que conforta os camaradas que já se encontram na inatividade e dignifica os que, ainda, se encontram no serviço ativo.

A par de tão elevado e confortador ambiente, sente-se algo diferente, por ocasião do pagamento de vencimentos dos inativos, na respectiva repartição, não, evidentemente, por desinteresse dos seus

elementos componentes, mas, por questões materiais.

Formam-se as filas, a demora é relativamente grande e, conseqüentemente, o cansaço torna-se visível; são na maioria, velhos camaradas, alguns alquebrados pela idade e pelas lutas profissionais, que permanecem de pé por longo espaço de tempo, após, talvez, fadigas e incômodas viagens.

Acredito, que com boa vontade dos ALTOS CHEFES MILITARES, nunca regateada, poder-se-ia encontrar uma solução mais consentânea para o caso.

É do conhecimento geral, que os Oficiais Generais na inatividade, recebem seus vencimentos nos próprios domicílios, coisa aliás, de plena justiça. Para os demais poder-se-iam estabelecer em determinados pontos da cidade, POSTOS DE PAGAMENTOS DE INATIVOS, facilitando-se assim o problema.

Em Copacabana, por exemplo, no FORTE lá existente, poderia ser feito o pagamento dos vencimentos de todos os inativos residentes naquele bairro, BOTAFOGO, FLAMENGO e LEBLON; na URCA, um outro PÓSTO funcionaria na Escola de Educação Física e, assim em diversos pontos da cidade.

Bastaria que se fizesse um levantamento dos locais de residência dos Oficiais Inativos e, simples seria a adoção da medida que sugerimos.

Toda consideração e todo apoio que dispensarmos aos camaradas que deixaram o serviço ativo do EXERCITO, será obra meritória e de grande alcance moral.

Não nos esqueçamos, nós OFICIAIS DA ATIVA, que a INATIVIDADE é o nosso fim e que, se a morte não interceptar a nossa trajetória profissional, PARA LÁ HAVEMOS DE IR...

CRIAÇÃO DO CAVALO MILITAR E DO MUAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ten.-Cel. HERMENEGILDO DE O. CARNEIRO

Nas competições hípias internacionais, realizadas nesta Capital, os nossos cavaleiros civis e militares, demonstraram valor, tenacidade e conhecimento equestres, revelados no preparo de seus cavalos e aprimorados no trabalho intensivo a que foram submetidos sob a orientação segura e serena do Tenente-Coronel Enio Garcia.

Esse espetáculo de beleza, elegância e arte deixou-nos entretanto contristados pela verificação de que entre os 18 cavalos selecionados para a representação do Brasil, apenas 3 eram nacionais.

A uma conclusão temos que chegar: há algum grave erro na orientação e no fomento à criação do cavalo. A falta de objetividade na solução do problema, a predominância da solução de Gabinete, são fatores negativos para a obtenção de bons resultados.

Apenas com intenção de apontar as causas que determinam o pouco interesse pela criação de bons equinos, vamos enumerar algumas que nos parecem determinantes dos fracassos e objetivamente vamos estudar o panorama da criação do cavalo no Estado de Minas Gerais.

A solução do problema em Minas Gerais não servirá para outros Estados, a solução tem que ser procurada regionalmente em função do meio físico, clima, natureza do solo, aguadas e dos hábitos e gostos do povo.

Precisamos não esquecer ao colocar o problema em equação que o mesmo representa 3 fases bem distintas:

- a) A criação do cavalo de tropa e de serviço agro-pecuário;
- b) A criação do cavalo selecionado ou do tipo HUNTER, desti-

nado ao mercado esportivo para competições hípias;

c) Criação do muar de sela e de tração.

Meio físico, o hábito e o gosto dos mineiros, são fatores a que devem estar subordinadas as raças de cavalos que deverão melhorar os rebanhos equinos.

Incontestavelmente o cavalo marchador, tipo CAMPOLINA e o muar de sela são os animais preferidos nessa região.

Não poderemos impor assim o animal de trote e de porte grande porque não devemos contrariar o hábito secular adquirido e a ação do meio físico que se faz sentir de modo imperativo.

Em recente visitas às Coudelarias de Minas Gerais e Monte Belo, assistimos o mesmo espetáculo de há 10 anos passados quando servíamos nessa região.

Um campello chegou à Coudelaria montado num soberbo burro, trazendo por diante um lote de éguas de pequeno porte.

Interrogamos com habilidade, para saber seu objetivo e, sem rodeio, informou-nos que desejava cruzar suas éguas com os cavalos da remonta, torcendo entretanto para que os futuros nascimentos fossem fêmeas, porque essas seriam logo adquiridas pelos criadores de muar para futuros ventres e porque os machos trotadores não têm valor no sertão Mineiro.

Essa é a orientação do pequeno criador, que se mantém divergente mais de 3 decênios, apenas, da direção da Remonta do Exército.

O esforço dirigido para a criação do cavalo de campo e militar é habilmente desviado para a melhoria dos ventres para a criação do muar, que possui mercado com-

pensador, sendo adquirido logo após o desmame pelo Recriador de Muar.

O cavalo preferido por todas as classes sociais de Minas, desde o campeiro ao grande fazendeiro, é o marchador, o tipo CAMPOLINA, já bem definido como cavalo ideal para o solo montanhoso.

A seleção e criação do cavalo CAMPOLINA em larga escala é medida que se impõe, mesmo porque é hoje elemento conhecimento militar que a cavalaria para ser empregada em face do crescente domínio do teto aéreo pela Aviação e para durar, só poderá marchar à noite e ao passo, andadura essa muito desenvolvida no cavalo CAMPOLINA.

Apesar dos grandes esforços empregados, não poderemos contrariar hábitos seculares e influências do meio físico. Será um esforço inútil, embora não de todo perdido, mas que imporá mudança de orientação para não perserverar na falta de objetividade e acelerar a solução do problema.

Os esportes hípicas, o gosto pelos animais trotadores, a corrida rasa do puro ou meio sangue, não medram em Minas Gerais, é de nossos dias a constatação dos fracassos das Sociedades Hípicas Mineiras, do Jôquei Clube de Belo Horizonte e de Juiz de Fora, apesar do idealismo e da abnegação dos seus organizadores e dirigentes.

O ensinamento colhido pela experiência e observação do meio físico, do hábito e da inclinação natural, nos impõe a servidão de não contrariar as direções favoráveis e sim coordenar os esforços da Ramonta do Exército e da Secretaria da Agricultura em tornar Minas Gerais o grande centro da produção do muar que também interessa à articulação da nossa produção e da Defesa Nacional.

Resumindo, chegaremos às seguintes conclusões e ensinamentos sobre a melhor maneira de orientar a equinocultura no Estado de Minas Gerais:

a) Organização de um campo de Recria de Potros (mercado certo e compensador);

b) Organização de exposição anual de mestiços, com bons prêmios e a presença da comissão de compra de animais;

c) Fomento à criação do muar

d) Criação e seleção do Jumento Nacional marca PEGA;

e) Melhoria dos ventres, isto é, das éguas mães pelo emprêgo do BRETAO POSTIER e puro sangue Inglês;

f) Criação e seleção do cavalo CAMPOLINA;

g) Interêsse dos Fazendeiros na fenação das gramíneas, capim gorda, capim Kikuiu e desenvolvimento do plantio da leguminosa marmelada de cavalo, que infelizmente não se presta à fenação em grande escala, melhoria dos campos e pastagem pela adubação e emprêgo intensivo do arado. (METADE DA RAÇA ENTRA PELA BOCA);

h) Criação do tipo HUNTER em pequena escala nas Coudelarias e Campos de Recria; o tipo HUNTER ou o cavalo de caça é um tipo de animal obtido pelo cruzamento do puro sangue Inglês ou Árabe com éguas de tração leve; as éguas de sangue PERCHERON (Longilíneas) deverão ser cruzadas com puro sangue Inglês; e as éguas de sangue BRETAO POSTIER (Brevilíneas), com o puro sangue Árabe.

A grande ilusão — a cavalaria a cavalo e a tração animal vão desaparecer — será facilmente desfeita por um estudo das campanhas da última guerra.

Há lugar, na guerra moderna para o motor e para o cavalo; a solução racional está certamente no emprêgo adequado e oportuno de um e outro elemento.

REPITAMOS PARA CONVEN-CER, o cavalo e o muar interessam à nossa agro-pecuária e à Defesa Nacional; à simples ameaça de um bloqueio marítimo na última guerra, racionamos gasolina, imobilizamos viaturas, e a articulação econômica do Brasil quase entrou em colapso.

PONTO CRUCIANTE

Ten. - Cel. J. H. G.

Em 4-IV-951.

Na conferência de Washington na grande comissão que está tratando dos problemas económicos atingimos, por volta do dia 3, o ponto crucial — limite entre os interesses dos particulares Americanos e o das Nações Latino-Americanas.

Esta comissão é a mais importante da Conferência, pois, em torno dela agem, e em função do que nela se decide progridem ou não os assuntos nas outras comissões; ou melhor, a objetividade dos pontos assentados nas outras comissões depende do que nela se decide.

E não há dúvida, a coisa é clara, Nações pobres, paupérrimas mesmo, somente podem produzir um esforço fraco, insignificante na guerra ou para a guerra.

Outro ponto sobre o qual não se deve ter dúvidas e que está intimamente ligado a este é o das atividades comunistas. Ninguém desconhece que o problema do comunismo é um problema de insatisfação de vontades, é um problema de padrão de vida, antes que um problema de cultura, particularmente na América Latina.

Portanto, Nações pobres, que não podem encaminhar a solução de seus problemas vitais por motivos económicos e que devido a isto vivem em luta constante com desequilíbrios financeiros, podemos dizer melhor, vivem em verdadeiros distúrbios emocionais, constituem campos férteis para a semente do comunismo.

Então, quer por uma razão, quer por outra, a conferência de Washington é uma conferência sobre economia.

Ou os Americanos vêm nas reivindicações dos Latinos os seus verdadeiros problemas, os problemas que realmente eles têm a resolver para melhor cooperarem hoje e amanhã na solução do grande problema do mundo, ou não criarão a "unidade de sentimentos" como pretendem, e mais, estarão lançadas as sementes da dissidência no campo democrático.

E esta dissidência será mais grave justamente porque suas sementes foram lançadas no campo fértil do sentimentalismo latino.

É necessário que os Americanos compreendam com tempo que não estamos fazendo comércio, que não se trata de compra e venda de geladeiras e café, que se trata de uma coisa que para nós sempre foi capital: — criar o sentimento comum. E não há de ser sobrepondo a esta grande idéia interesses económicos de longo alcance e fechando os ouvidos a tudo que possa agora ou mais tarde fazer moça nas fontes de renda dos súditos americanos que se atingirá aquele objetivo.

* * *

Em 10-IV-951.

Finda a Conferência, quando seus resultados práticos, objetivos, reais, ainda continuam envolvidos no nebuloso véu das recomendações e instruções, urge que se volte a dizer aos americanos particularmente que eles estão jogando uma cartada decisiva, porque o problema da cooperação continua em foco.

A Conferência passou, verdades foram ditas e ouvidas, nós os latinos-americanos mostramos com a franqueza de quem deseja ser leal todas nossas fraquezas e todas nos-

sas aspirações; os americanos ouviram e o que farão de prático em resposta para corresponder aos nossos anseios só eles sabem, mas dentro em breve só nós sentiremos.

Atentem enquanto é tempo...

Nem só de pão vive o homem, particularmente os latinos que têm mostrado em suas próprias lutas internas o tamanho do coração que possuem.

HÁ UM SENTIMENTO COMUM A CRIAR... o que não será feito na base das duras transações comerciais...

Queira Deus que os Lincoln, os Jefferson, etc., ouçam os Artigas, os O'Higgins, os Tiradentes, os José Bonifácio, os S. Martin, os Bolivar, os Narino, os Miranda, os Murillo, os Moreno, etc....

NÓS, OS QUARENTÕES...

Major JOSÉ CODECEIRA LOPES

Na educação do homem brasileiro de minha geração as crianças mereciam menos cuidados do que as mulheres e as pessoas idosas, para as quais se solicitavam constantes manifestações de respeito e veneração. Exigiam de nós, a todo momento e como elementares provas de educação, que os ouvíssemos com solicitude e paciência; que não permanecêssemos sentados, perto de mulher ou pessoa idosa, estando estas em pé; que nos descobrissemos ante elas; que atendessemos com cavalheirismo e urbanidade a todas as suas solicitações; enfim, uma série enorme de gestos e atitudes que refletissem, inequivocamente, as atenções e cuidados devidos à condição de mulher ou de pessoa idosa. Até mesmo o silêncio que empregássemos, porventura, como reação a qualquer gesto de um deles, era considerado grande falta de educação. Havia que responder. E atenciosamente...

Criamo-nos, assim, sem nos metermos em "conversa de mais velhos" e respeitando "barbas bran-

cas", até mesmo quando estas eram as do professor que nos surrava de palmatória...

Foram-se passando os anos e tudo, paulatinamente, se modificando. Vimos o mundo evoluir do gramofone ao rádio, do bondinho de burro ao ônibus "gostoso", do sobrado ao arranha-céu, do "traje" de banha ao "Bikini", do balão ao quadrimotor e por aí afora. Assistimos a essa evolução extraordinária de coisas e costumes, sem dificuldades nem surpresas. Nossa adaptação processou-se naturalmente. Entretanto, por influência daquelas sistemáticas lições que recebíamos na meninice, não nos integramos, até hoje, nas normas atuais de cortezia. Por isso é que nós, os quarentões, ainda agora vemos com tristeza, no meio de muitos homens sentados, uma senhora viajar de pé, até mesmo sendo gestante. E por isso nos entristecemos quando mais moços dão resposta atravessada a pessoa de certa idade, mesmo quando esta, pelo que foi e pelo que ainda é, merecia tratamento mais gentil.

ARMAZÉM MOQUETA

JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA MANSO

Secos — Molhados — Bebidas, etc.

RUA CARAMUNI N. 49 — MOQUETA

PORTUGUÊS SEM MESTRE

(Análise)

2º Sgt. GERALDINO MARONÊS

3º Exemplo : Seis.

Seis — Adjetivo determinativo numeral cardinal, masculino, plural, monossílabo, tônico.

Os dois últimos exemplos podem ser masculino ou feminino, conforme o artigo que vier anteposto.

1º Exemplo : Primeiro.

Primeiro — Adjetivo determinativo numeral ordinal, masculino, singular, trissílabo, paroxitona.

2º Exemplo : Segundo.

Segundo — Adjetivo determinativo numeral ordinal, masculino, singular, trissílabo, paroxitona.

3º Exemplo : Terceiro.

Terceiro — Adjetivo determinativo numeral ordinal, masculino, singular, trissílabo, paroxitona.

1º Exemplo : Duplo.

Duplo — Adjetivo determinativo numeral multiplicativo, masculino, singular, dissílabo, paroxitona.

2º Exemplo : Quintuplo.

Quintuplo — Adjetivo determinativo numeral multiplicativo, masculino, singular, trissílabo, proparoxitona.

3º Exemplo : Sêxtuplo.

Sêxtuplo — Adjetivo determinativo numeral multiplicativo, masculino, singular, trissílabo, proparoxitona.

1º Exemplo : Algum.

Algum — Adjetivo determinativo indefinido, masculino, singular, dissílabo, oxitona.

2º Exemplo : Cada.

Cada — Adjetivo determinativo indefinido, feminino, singular, dissílabo, paroxitona.

3º Exemplo : Outro.

Outro — Adjetivo determinativo indefinido, masculino, singular, dissílabo, paroxitona.

Nota — Sabemos perfeitamente que o adjetivo determinativo não tem grau.

PRONOMES

1º Exemplo: Eu.

Eu — Pronome substantivo ou pessoal, caso reto, 1ª pessoa do singular; monossílabo, átono.

2º Exemplo: Nós.

Nós — Pronome substantivo ou pessoal, caso reto, 1ª pessoa do plural; monossílabo, tónico.

3º Exemplo: Tu.

Tu — Pronome substantivo ou pessoal, caso reto, 2ª pessoa do singular; monossílabo, átono.

1º Exemplo: Me.

Me — Pronome substantivo ou pessoal, caso oblíquo, 1ª pessoa do singular; monossílabo, átono.

2º Exemplo: Nos.

Nos — Pronome substantivo ou pessoal, caso oblíquo, 1ª pessoa do plural; monossílabo, átono.

3º Exemplo: Te.

Te — Pronome substantivo ou pessoal, caso oblíquo, 2ª pessoa do singular; monossílabo, átono.

1º Exemplo: Isto.

Isto — Pronome adjetivo demonstrativo, dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Isso.

Isso — Pronome adjetivo demonstrativo, dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Aquilo.

Aquilo — Pronome adjetivo demonstrativo, trissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: De que.

De que — Pronome adjetivo conjuntivo, dissílabo, oxítona.

2º Exemplo: De quem.

De quem — Pronome adjetivo conjuntivo, dissílabo, oxítona.

3º Exemplo: Quem.

Quem — Pronome adjetivo conjuntivo, monossílabo, átono.

1º Exemplo: Que?

Que? — Pronome adjetivo interrogativo, monossílabo, átono.

2º Exemplo: O que?

O que? — Pronome adjetivo interrogativo, dissílabo, oxítona.

3º Exemplo: Quem?

Quem? — Pronome adjetivo interrogativo, monossílabo, átono.

NOTA — Que, pronome vem seguido de um verbo, como: que fez ele?

1º Exemplo: Alguém.

Alguém — Pronome adjetivo indefinido, dissílabo, oxítona.

2º Exemplo: Outrem.

Outrem — Pronome adjetivo indefinido, dissílabo, oxítona.

3º Exemplo: Ninguém.

Ninguém — Pronome adjetivo indefinido, dissílabo, oxítona.

VERBOS

1º Exemplo: Tivéramos.

Tivéramos — Verbo ter, da 2ª conjugação, irregular, 1ª pessoa do plural, do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, ativo, transitivo, auxiliar, tempo simples; polissílabo, proparoxítona.

2º Exemplo: Dá.

Dá — Verbo dar, da 1ª conjugação, irregular, 3ª pessoa do singular, do presente do indicativo, ativo, de ação, transitivo, tempo simples; monossílabo, tônico.

3º Exemplo: Creram.

Creram — Verbo crer, da 2ª conjugação, irregular, 3ª pessoa do plural, do pretérito perfeito do indicativo, ativo, transitivo, tempo simples; dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Trarias.

Trarias — Verbo trazer, da 2ª conjugação, 2ª pessoa do singular, do imperfeito do condicional, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Veriam.

Veriam — Verbo ver, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do plural, do imperfeito do condicional, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Iria.

Iria — Verbo ir, da 3ª conjugação, 3ª pessoa do singular, do imperfeito do condicional, irregular, ativo, intransitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Vinde.

Vinde — Verbo vir, da 3ª conjugação, 2ª pessoa do plural do presente do imperativo, irregular, ativo, relativo, tempo simples; dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Faze.

Faze — Verbo fazer, da 2ª conjugação, 1ª pessoa do singular do presente do imperativo, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Sêde.

Sêde — Verbo ser, da 2ª conjugação, 2ª pessoa do plural do presente do imperativo, irregular, auxiliar, ativo, predicativo, tempo simples; dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Hajais.

Hajais — Verbo haver, da 2ª conjugação, 2ª pessoa do plural do presente do subjuntivo, irregular, auxiliar, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Houvessem.

Houvessem — Verbo haver, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo, irregular, auxiliar, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Fores.

Fores — Verbo ser, da 2ª conjugação, 2ª pessoa do singular do futuro perfeito do subjuntivo, irregular, auxiliar, ativo, predicativo, tempo simples; dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Termos.

Termos — Verbo ter, da 2ª conjugação, 1ª pessoa do plural do presente pessoal do infinito, irregular, auxiliar, ativo, transitivo, tempo simples; dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Estar.

Estar — Verbo estar, da 1ª conjugação, 3ª pessoa do presente pessoal do infinito, irregular, auxiliar, ativo, predicativo, tempo simples; dissílabo, oxítona.

3º Exemplo: Dar.

Dar — Verbo dar, da 1ª conjugação, presente impessoal do infinito irregular, ativo, transitivo, tempo simples; monossílabo, tónico.

ADVERBIOS

(um exemplo de cada classe)

1º Exemplo: Ali.

Ali — Advérbio de lugar, simples, dissílabo, oxítona.

2º Exemplo: Hoje.

Hoje — Advérbio de tempo, simples, dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Mal.

Mal — Advérbio de modo, simples, monossílabo, tónico.

4º Exemplo: Mais.

Mais — Advérbio de quantidade, simples, dissílabo, paroxítona.

5º Exemplo: Antes.

Antes — Advérbio de ordem, simples, dissílabo, paroxítona.

6º Exemplo: Certamente.

Certamente — Advérbio de afirmação, simples, polissílabo, paroxítona.

7º Exemplo: Acaso.

Acaso — Advérbio de dúvida, simples, trissílabo, paroxítona.

8º Exemplo: Nada.

Nada — Advérbio de negação, simples, dissílabo, paroxítona.

9º Exemplo: Eis.

Eis — Advérbio de designação, simples, monossílabo, tónico.

PREPOSIÇÃO

1º Exemplo: De.

De — Preposição simples, monossílabo, átono.

2º Exemplo: Entre.

Entre — Preposição simples, dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Sobre.

Sobre — Preposição simples, dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Além de.

Além de — Locução prepositiva, trissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Antes de.

Antes de — Locução prepositiva, trissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Dentro em.

Dentro em — Locução prepositiva, trissílabo, paroxítona.

CONJUNÇÃO

1º Exemplo: E.

E — Conjunção coordenativa, simples, monossílabo, átono.

2º Exemplo: Mas.

Mas — Conjunção coordenativa, simples, monossílabo, átono.

3º Exemplo: Ou.

Ou — Conjunção coordenativa, simples, monossílabo, átono.

1º Exemplo: Porque.

Porque — Conjunção subordinativa, simples, dissílabo, oxítona.

2º Exemplo: Se.

Se — Conjunção subordinativa, simples, monossílabo, átono.

3º Exemplo: Quando.

Quando — Conjunção subordinativa, simples, dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Ainda que.

Ainda que — Locução conjuntiva, polissílabo, oxítona.

2º Exemplo: Logo que.

Logo que — Locução conjuntiva, trissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Exceto se.

Exceto se — Locução conjuntiva, polissílabo, paroxítona.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 23 de fevereiro a 15 de março de 1951

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DO C.V.V.M.

Instruções Provisórias para execução
do Código de Vencimentos e Van-
tagens dos Militares

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as instruções provisórias para a execução do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, de que trata a Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951, publicado no "Diário Oficial" n. 23.151.

Instruções Provisórias para execução
do Código de Vencimentos e Van-
tagens dos Militares

A — Para aplicação imediata.

1. O pagamento das vantagens de que trata o referido Código, deve constar da folha especial até que seja aprovado o modelo respectivo.

As folhas de ajuda de custo, diárias de alimentação e pousada continuarão a ser organizadas conforme as prescrições que vinham sendo adotadas para as folhas especiais. A folha de diárias deverá conter mais as seguintes colunas: indicativa dos vencimentos do posto ou graduação, de importância das diárias de "alimentação"; de importância das de "pousada" e de "soma".

2. A classificação de despesas relativa às novas vantagens será feita de acordo com aviso próprio, a ser expedido.

3. Até que sejam baixados, pelo Sr. Presidente da República, os atos interpretativos de que trata o parágrafo único do art. 336, quanto às etapas ordinárias e suplementares; aos adicionais de guarnição e de tempo de serviço, continuará o pa-

gamento destas vantagens a ser feito pela forma e valores até aqui estabelecidos e fixados.

Ficam assim, revigorados, até ulterior deliberação, os valores das etapas correspondentes ao segundo semestre do ano findo.

4. As vantagens de que trata o item anterior continuarão a figurar nas folhas pela forma anteriormente estabelecida.

5. As novas vantagens serão sacadas em requisição especial, feita na mesma data da normal, e sua prestação de contas constará do balancete pessoal do mês do recebimento.

6. Na primeira requisição deverão ser incluídas as vantagens vencidas desde 23 de janeiro de 1951.

7. O abono militar — art. 70 — só será sacado para quem fôr casado legalmente ou faça prova de seus encargos de família nos casos do art. 72, e para os que satisfaçam as condições estabelecidas pelo artigo 102 do Estatuto dos Militares (art. 73).

8. É dispensado da prova de encargos de família o militar que já perceba, em caráter provisório ou definitivo, o salário de família.

9. Os adicionais de tempo de serviço dos militares (§ 3º do art. 63), amparados pelo Decreto-lei n. 8.795, de 23-1-1946, são calculados sobre os vencimentos atualizados do posto em que foram reformados.

10. Os adicionais de tempo de serviço dos militares amparados pelo Lei n. 938, de 1-XII-1948, continuarão a ser calculados sobre o soldo que o oficial percebia na atividade no momento da transferência para a reserva. Esses adicionais são acumuláveis com os adicionais de que trata o § 3º do art. 53, observado o disposto no art. 292 e respeitados os

aumentos atribuídos, posteriormente, pela legislação respectiva.

11. Continuarão a ser pagos até ulterior deliberação, os adicionais de 2, 10 e 15%, assegurados pelos artigos 69 e 70 do Código anterior (Decreto-lei n. 2.186, de 13-V-50), calculados de acordo com o art. 72 daquele Código.

12. As vantagens mantidas pelo art. 344 serão calculadas de acordo com a legislação anterior respectiva e, bem assim, incorporadas só nos casos previstos em lei.

13. Os militares, embora não pertencentes ao Quadro Técnico, nas Fábricas e Arsenais, fazem jus à diária industrial, desde que sirvam, efetivamente, naquelas organizações (art. 61).

14. As passagens para o doméstico do subtenente e do sargento serão concedidas nas ferrovias em 2ª classe (alínea e do art. 217).

15. Enquanto não for aprovado o modelo de folha para pagamento de vantagens do art. 38 recomenda-se que as unidades confeccionem as folhas em papel que tenha as seguintes dimensões: 33 x 44 cm ou 33 x 66 cm, isto de acordo com o número de vantagens a sacar.

Na cabeçalho da folha, além das indicações usuais, figurarão os seguintes dizeres: "Folha para pagamento das vantagens abaixo discriminadas, aos oficiais (ou praças) desta Unidade (ou Subunidade) atinentes ao mês acima". O corpo da folha compreenderá as seguintes colunas destinadas a:

1ª — número de ordem; 2ª — posto (gradação ou categoria); 3ª — Nomes; 4ª — Vencimentos-base (montante dos vencimentos sobre os quais incidem as gratificações) e tantas colunas quantas forem as vantagens a sacar e mais as que se destinam à "soma", às "observações", ao "recibo" ou "sinal de pagamento" e finalmente, a destinada à repartição do "número de ordem".

16. Na coluna de observações serão indicados: a número de dependentes e, no caso de novo dependente, o boletim que publicou a inclusão, tudo no tocante a salário de família; o tempo de efetivo exercício. Na eventualidade de outras vantagens, indicação do início e término do período a que se referem.

B — Para aplicação imediata, após ato interpretativo e solução do Senhor Presidente da República.

1. O pagamento das vantagens a que se referem os dispositivos infra só será efetuado após a publicação

em "Diário Oficial", dos atos interpretativos aludidos nos arts. 65, 84, parágrafo único do art. 87 e arts. 112 e 122, consoante o disposto no artigo 336, tudo do Código vigente: — alínea a do art. 30, § 1º do artigo 33, arts. 56, 58, 82, §§ 2º e 4º do art. 92, art. 100, alíneas b, c, d, h e m do art. 110, art. 120 e parágrafo único do art. 183.

2. As vantagens asseguradas pelos dispositivos acima, além de outros susceptíveis de dúvidas ou controvérsias, serão devidas aos militares que a elas façam jus, a partir de 23 de janeiro de 1951 — General Newton Estillac Leal.

(Portaria n. 44, de 16-II-51 — "Diário Oficial" de 23-II-51.)

• •

COMEMORAÇÕES DA CONQUISTA DE MONTE CASTELO

1. O Exército comemora hoje um dos mais notáveis atos da Força Expedicionária Brasileira, o glorioso feito de Monte Castelo, que, além de constituir uma memorável vitória militar, é uma ação de brasileiros na Europa contra o domínio do nazifascismo no mundo.

2. O Ministro da Guerra lembra ao Exército a alta e inconfundível expressão desse sucesso de nossas armas expedicionárias em 1945 e a justiça da reverência que é devida, na grande data de 21 de fevereiro, aos mortos da F.E.B.

3. Para melhor positivar a comemoração da vitória de Monte Castelo e o dever indeclinável do Exército para com a F.E.B., o Ministro da Guerra nomeia uma comissão presidida pelo Exmo. Sr. General João de Segadas Viana, Secretário Geral do Ministério da Guerra e tendo como seus componentes os Srs. Cel. Humberto Castelo Branco, Ten.-Cel. Carlos dos Santos Jacinto e Major I.E. Hipólito Alves Bastos, para apresentar, até 1 de março do corrente ano, um projeto com todas as minúcias necessárias à exumação e transporte dos despojos dos heróis nacionais que jazem em Pistóia, para sepultamento em Campo Santo definitivo no Território Pátrio.

(Aviso n. 155, de 21-II-51 — "Diário Oficial" de 23-II-51.)

• •

SUPRESSÃO DE CASAS EM FICHAS DE PROMOÇÃO

Em complemento ao Aviso n. 1.860, de 25-VII-50, determino que nas fi-

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de abril do corrente ano :

a) *Do exterior*

- Argentina — Revista del Suboficial — N. de março de 1951
- Bolívia — Revista Militar — Ns. de setembro e outubro de 1950
- Espanha — "Ejercito" — Revista Ilustrada de las Armas y Servicios — N. de janeiro de 1951
- Espanha — "Guion" — Revista Ilustrada de los Mandos Subalternos — N. de janeiro de 1951
- França — Revue Militaire d'Information — Ns. 168, 169 e 170
- França — Revue Mensuelle de l'Armée de l'Air — Ns. de outubro, novembro e dezembro de 1950
- França — Revue Défense Nationale — N. de novembro de 1950
- Itália — Rivista Militare — N. de janeiro de 1951
- Peru — Revista de la Escuela Militar — N. de dezembro de 1950
- Portugal — Revista Militar — N. de janeiro de 1951
- Portugal — Revista da Cavalaria — N. de janeiro de 1951
- EE. UU. — Military Review — N. de março de 1951
- EE. UU. — Revista Aérea Latino Americana — N. de fevereiro de 1951

b) *Nacionais*

Resenha Econômica do Banco do Brasil — Ns. de dezembro de 1950 e janeiro de 1951

Revista de Intendência — N. de janeiro e fevereiro de 1951

Estas Revistas encontram-se na nossa Biblioteca à disposição dos companheiros que as queiram consultar.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Cel. Hon. Luiz Vieira Ferreira
Cel. Alberto Ribeiro Paz
Cel. Irapuan Xavier Leal
Cel. J. B. Magalhães
Ten.-Cel. Adalardo Fialho
Ten.-Cel. Antonio M. Coimbra
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro
Ten.-Cel. Hermenegildo de O. Carneiro
Ten.-Cel. J. H. Garcia
Ten.-Cel. Paulo Eneas F. da Silva
Ten.-Cel. Riegrandino da Costa e Silva
Maj. Arlindo Viana
Maj. José Codeceira Lopes
Cap. Amerino Raposo Filho
Cap. Ayrton de Carvalho Mattos
Cap. Luiz de Almeida Barreto
Cap. Nazareno de Brito
Cap. Tácito Theophilo
Ten. Amantéa
Sgt. Geraldino Maronês



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1951